

Comunistas alentejanos reunidos em Sines

Aprofundar ligação ao povo



Mais de trezentos militantes participaram, no domingo passado, em Sines, no 9.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo, oriundos das quatro organizações da região – Évora, Beja, Portalegre e Litoral.

O Encontro, em que participou Carlos Carvalhas, fez o balanço das autárquicas e preparou a intervenção do Partido nas próximas legislativas.

Págs. 5 e 6

Solidariedade internacional
com as acusadas da Maia

Não estamos sós nesta causa

A uma semana da leitura da sentença do processo em julgamento no Tribunal da Maia, Ilda Figueiredo, deputada do PCP no Parlamento Europeu, apresentou um balanço da iniciativa por si proposta – uma Declaração Internacional de Solidariedade com as 17 mulheres acusadas da prática de aborto clandestino.

Centrais



Direcção Nacional da JCP
Prioridades para 2002

A agenda do JCP está repleta. Este ano será marcado pelo 7.º Congresso e por várias campanhas – de recrutamento, de fundos e pela defesa da paz.

Pág. 15

Colômbia

Alta tensão

As negociações de paz, entre as FARC e o governo, na Colômbia, recomeçaram segunda-feira, após cinco dias de alta tensão, mas Pastrana exige «resultados concretos» até 20 de Janeiro.

Pág. 21

Em 27 de Janeiro

Encontro Nacional do PCP

Com o objectivo de contribuir para a unificação da orientação do Partido relativa à batalha das legislativas, realiza-se, a 27 de Janeiro, um Encontro Nacional do PCP.

Pág. 29

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ªA - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

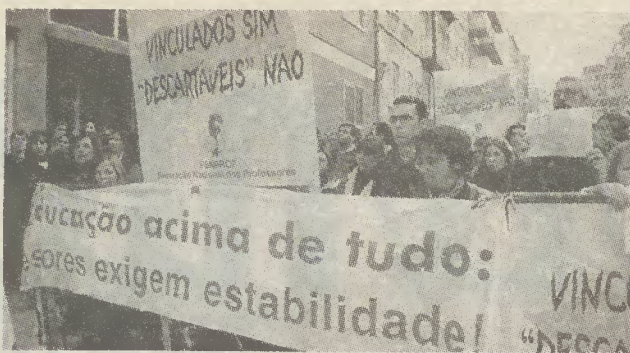
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Professores protestam em São Bento

Resumo

9 Quarta-feira

O novo presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Carlos Sousa, quer acabar com a portagem de Palmela na A12; o autarca considera que, para além de injusto, o pagamento daquele troço de auto-estrada provoca problemas sérios ao nível da circulação. Um avião de reabastecimento KC-130 do Corpo de Marines despenha-se no Paquistão com sete militares a bordo. Slobodan Milosevic contesta a imparcialidade do Tribunal Penal Internacional. Seis combatentes armados continuam barricados no hospital de Kandahar, recusando render-se.

10 Quinta-feira

A direcção do PCP nega categoricamente que existam quaisquer processos disciplinares com vista a uma expulsão de militantes comunistas. Os desempregados da Siderurgia Nacional ameaçam concentrar-se frente ao Ministério do Trabalho, caso o Governo não ceda às suas reivindicações. Inicia-se no Tribunal Administrativo do Funchal a apreciação de uma queixa intentada por um grupo de cidadãos contra o presidente do Governo Regional da Madeira, o secretário-geral do equipamento social e o director do extinto gabinete de gestão do litoral. Ambientalistas contestam a validade do estudo de Impacto Ambiental da ETAR a construir nas salinas de Alverca. O presidente da República da Guiné-Bissau, Kumba Ialá, apela em Bissau para que se «evite uma nova guerra no país» porque «se houver um novo conflito, será uma guerra sem dono».

11 Sexta-feira

A suspensão do regime de recrutamento e colocação de docentes está na base do protesto que leva um grupo de professores contratados a manifestar-se junto à residência oficial do primeiro-ministro. Os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia rejeitam a acusação de que são responsáveis pela ruptura das negociações de paz e pedem aos negociadores do governo que regressem à mesa do diálogo. As tropas israelitas entram na localidade autónoma palestina de Rafah, na Faixa de Gaza, ocupando as ruas de acesso à cidade. A Índia admite que «existe uma perspectiva de guerra convencional limitada» com o Paquistão.

12 Sábado

O reforço da unidade, mais eficácia e redução dos custos são algumas das vantagens da Federa-

ção de Sindicatos Bancários, cujo a criação é aprovada em Coimbra, por unanimidade e aclamação. Um jovem católico de 20 anos é morto a tiro nos arredores de Belfast, num ataque reivindicado por um grupo protestante. A Amnistia Internacional protesta contra a forma como os Estados Unidos tratam os prisioneiros talibã e da al-Qaeda durante a viagem desde o Afeganistão até à base de Guantanamo, Cuba. O exército israelita dispara mísseis contra uma doca das forças navais palestinianas em Gaza.

13 Domingo

O 9.º Encontro de Quadros do Alentejo junta em Sines, cerca de 300 militantes do PCP. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local reivindica um salário mínimo de 449 euros (90 contos). O Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos alerta para o facto dos paramédicos não poderem ser «esquecidos», enquanto Corpo de Saúde que também tem direito a um director representante nos Hospitais. A polícia irlandesa detém dois homens alegadamente envolvidos na morte do jovem católico nos arredores de Belfast.

14 Segunda-feira

O Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento lança uma campanha que pretende informar os portugueses sobre a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos genéricos. Um líder militante palestino é assassinado em consequência da explosão de um automóvel. O primeiro-ministro Ali Abu Raghheb apresenta a demissão ao chefe de Estado jordano, o rei Abdallah II. O ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, afirma que Israel não aceitará a proposta do líder palestino, Yasser Arafat, de convidar observadores internacionais para garantir o cessar-fogo.

15 Terça-feira

Realiza-se em Coimbra uma manifestação de trabalhadores da Sociedade de Porcelanas de Coimbra e da Fábrica de Cerveja; os operários reivindicam o pagamento de salários e subsídios de Natal em atraso. O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado apresenta aos partidos políticos um plano de emergência para a administração pública. Pais e professores lançam um manifesto que tem como principal objectivo mobilizar a sociedade portuguesa em defesa da melhoria das condições do 1.º ciclo do ensino básico. O presidente argentino apela à unidade nacional para enfrentar a crise social e económica que assola o país.

Aconteceu

Santana com despesas a mais

Os vereadores do PCP e do PS na Câmara Municipal de Lisboa (CML) rejeitaram na passada semana a pretensão do presidente, Pedro Santana Lopes, de poder gastar até 785 mil euros (150 mil contos) na aquisição de bens móveis e serviços.

O PS propôs que o limite de despesas seja de 600 mil euros (120 mil contos) enquanto o PCP defendeu um limite até 500 mil euros (100 mil contos).

PCP e PS recusaram igualmente a delegação de competências no presidente em matéria de urbanismo, nomeadamente em operações de loteamento e urbanizações e fiscalização de grandes obras, as quais devem ser levadas à Câmara para efeitos de aprovação.

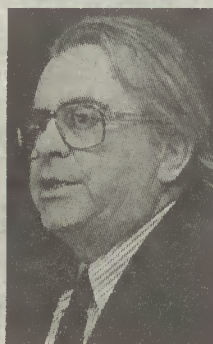
Os dois partidos pretendem ainda que a Câmara delegue nas Juntas de Freguesia um conjunto de competências, incluindo todas as que vinham já a ser exercidas nos mandatos anteriores.

Gomes Mota morreu

O comandante Gomes Mota, militar ligado ao 25 de Abril, faleceu, domingo de manhã, em Lisboa, vítima de doença prolongada. José de Magalhães Saldanha Gomes Mota, de 69 anos, oficial da Marinha na reserva, foi um lutador antifascista.

Economista, antigo administrador da Heska Portuguesa, ex-conselheiro de Estado, duas vezes presidente da TAP, Gomes Mota será recordado pelo apoio que deu às candidaturas de Mário Soares e de Jorge Sampaio para as eleições presidenciais, tendo dirigido as duas candidaturas do antigo chefe de Estado e integrado a comissão política do actual Presidente da República.

Foi mandatário da coligação PCP, PS e PEV na Câmara Municipal de Lisboa, em 1989, 1993 e 1997.



Má água para 200 mil

Mais de 200 mil portugueses, cerca de dois por cento da população, beberam água com má qualidade durante o ano 2000, sendo o Norte e Centro do país as zonas com maiores problemas no abastecimento à população.

De acordo com o Relatório de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano em 2000, sexta-feira divulgado, ainda há dois por cento da população portuguesa

a consumir água que viola os parâmetros de qualidade estabelecidos por lei.

«Em 2000, cerca de 202 mil habitantes, 2,1 por cento da população servida, foram abastecidos com água apresentando contaminação microbiológica», diz o documento.

Nos distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Coimbra há muitas falhas no cumprimento das análises que são necessárias para atestar a

qualidade da água para consumo humano. Estes distritos são também os que têm água com pior qualidade, geralmente porque servem a população através de sistemas pequenos.

Os ambientalistas da Quercus reagiram já ao documento, considerando «inadmissível» que «um grande número» de entidades distribuidoras de água não cumpram a legislação nacional.

Parquímetros mais caros em Lisboa

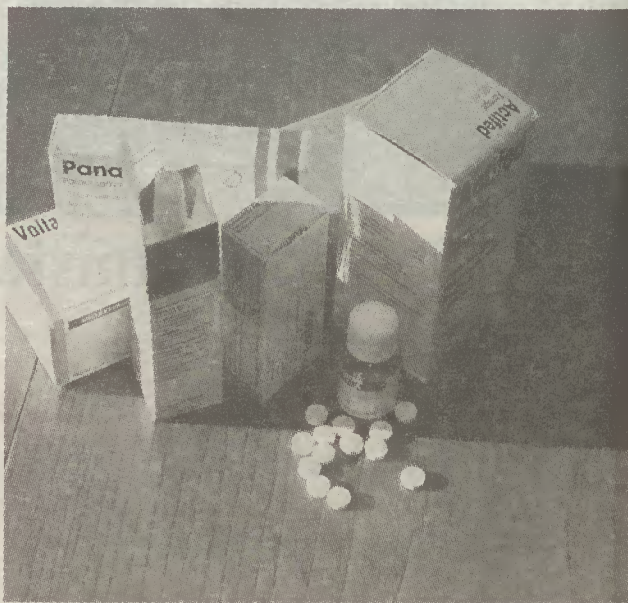
Os preços dos parquímetros da Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, EMEL, nas zonas tarifárias B subiram 11 por cento com a chegada do euro.

Os parquímetros marcam como valor mínimo de estacionamento, nas zonas

da cidade cobertas por este tarifário, 27 centimos, mas as máquinas não aceitam moedas de um e dois centimos. O utilizador vê-se obrigado a pagar mais três centimos, o que corresponde a um aumento de seis escudos, por 36

minutos de estacionamento.

Assim, o utilizador que só queira estacionar durante meia hora, o tempo mínimo afixado, terá que pagar mais 30 centimos e não os 27 estipulados, o que corresponde a um aumento de 11 por cento.



«Medicamentos genéricos, a qualidade por princípio»

O Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (Infarmed) lançou, segunda-feira, uma campanha que pretende informar os portugueses sobre a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos genéricos.

Sob o lema «Medicamentos genéricos, a qualidade por princípio», esta campanha vai estar na

rua até ao dia 19 de Fevereiro em todos os órgãos de comunicação, nomeadamente jornais, rádios, televisões, multi-bancos, outdoors e, simultaneamente, em espaços como farmácias e centros de saúde.

Esta acção, que custará cerca de 699 mil euros (140 mil contos), integra-se no Plano Nacio-

nal de Promoção de Genéricos, coordenado pelo Infarmed, e que teve início em Junho de 2001. Apesar deste plano, os genéricos, que chegam a ser 35 por cento mais baratos do que os de marca, ainda só ocupam 0,26 por cento da quota do mercado dos fármacos participados pelo Estado.



Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

Omnipotência - limites - explosões

A desordem que se vai instalando no mundo desde há uma década, quebrado que foi o relativo equilíbrio antes prevalecente, tem certamente causas várias (entre as quais as desastrosas consequências generalizadas das políticas neoliberalistas) mas onde avulta sem dúvida o comportamento do imperialismo norte-americano, desde que, na Guerra do Golfo, decretou o advento duma **Nova Ordem**. Ou seja a sua pretensão de impor a todo o mundo a sua hegemonia. Cujo 1.º mandamento é *sobrepor os seus interesses nacionais*, imperialistas, uma pequena minoria, excluindo a maioria do povo americano. Mas incluindo as outras forças imperialistas, inclusive dos seus «aliados» e também a esmagadora maioria dos países do chamado Terceiro Mundo. Por isso terminam sempre os seus decretos «imperiais» com a fórmula «*God bless the America*». Ora o seu Deus não é nem omnisciente nem onnipotente (isso queriam eles!!!), mas é decerto um *Deus zorloho*, porque

Os trabalhadores e os povos, mesmo nestas difíceis condições actuais, não se rendem

vela apenas pelos cifrões dos seus abençoados «eleitos», enquanto suga aos trabalhadores e aos povos do mundo imensas riquezas e até a própria vida.

Com esta desordem política vigente e os seus sucessivos episódios, por vezes torna-se um verdadeiro *massacre ideológico* a conjugação do frenesim repetido das imagens e o blá-blá da legião de comentaristas, analistas, etc., a soldo do seu *His Master's Voice*, o imperialismo. Mas basta contudo um momento de serena reflexão para ver que a Nova Ordem ainda não se impôs e por isso não se estabeleceu a ideologia inatacável do imperialismo USA. As contradições interimperialistas persistem, os outros países não se põem em sentido à sua voz de comando, e os trabalhadores e os povos, mesmo nestas difíceis condições actuais, não se rendem, lutam constante e tenazmente por toda a parte.

Uma outra realidade está subjacente à desordem: a *patente crise económica mundial do capitalismo*. De dimensão e duração raras: a recessão é mundial, afecta simultaneamente os 3 pilares da Tríade imperialista (EUA, Alemanha, Japão) e suas zonas de directa influência, nomeadamente a U.E., o Sudeste Asiático, a América Latina, com relevo explosivo da bancarrota financeira, económica, social e política da Argentina, etc. Instituições oficiais internacionais (FMI, BM, OCDE...) e outros organismos especializados, andam de previsão em previsão a rever em baixa os indicadores e a fazer novos prognósticos para a recuperação cada vez mais dilatados. Ainda há quem, das possíveis «saídas da crise», já tenha posto de lado a saída em V (rápida recuperação após a queda) e já se discuta as saídas em U (queda mais arrastada e recuperação mais lenta), mas cada vez mais se aponta para uma saída em L (prolongada estagnação em baixa após a queda).

Pelo menos para o Japão, mas também no futuro para os EUA, há quem aponte como provável essa «saída». O NBER (Gabinete Nacional para a Investigação Económica), que é o autorizado organismo dos EUA para o estudo dos ciclos e a fixação das suas fases, anunciou há pouco que os EUA estão em recessão desde Março de 2001. Já lá vão pois 11 meses. Mas como hoje as previsões mais optimistas para a retoma económica nos EUA já a protelam lá para o 2.º semestre de 2002, é cada vez mais provável que a crise dos EUA ultrapasse os 16 meses, o máximo atingido desde o fim da 2.ª guerra mundial, em 73-74 e em 81-82 (ver *The Economist*, 1/12/01, p. 76). Uma saída em L no horizonte, se não degenerar em plena depressão.

Assim, a arrogante afirmação de força (real) do imperialismo dos EUA tem os seus pés assentes em barro, e as profundas fragilidades no campo económico, estão intimamente ligadas às usuais políticas do imperialismo: agressividade militarista, reforço da repressão no interior e no exterior para impedir a inevitável resistência da luta de massas dos trabalhadores contra o aumento da sua exploração e a revolta dos povos contra os atentados à sua soberania. *A pretensa onnipotência do imperialismo choca-se cada vez mais com os próprios limites do capital e as explosões sociais, como está a suceder na Argentina... e não só.*

Editorial

A RESPOSTA DO PARTIDO

Dois dias depois das eleições autárquicas, o Comité Central do PCP procedeu a uma primeira avaliação dos resultados eleitorais, analisou o novo quadro político decorrente da demissão do Primeiro-Ministro e sublinhou a importância e a necessidade da intervenção do colectivo partidário nas múltiplas tarefas emergentes. Na circunstância, o Comité Central apelou a todas as organizações e militantes do Partido para que, fortalecendo a vida democrática interna, intervissem na reflexão colectiva e individual que a situação impunha. Tal reflexão, considerava o CC, era essencial quer para o aprofundamento da análise aos resultados eleitorais, quer para o apuramento de ideias, opiniões e orientações de trabalho que – na concretização das orientações definidas pelo XVI Congresso – conduzissem ao reforço da organização e intervenção partidárias. Tudo isto visando enfrentar em melhores condições as múltiplas batalhas sociais, políticas e eleitorais, nomeadamente a batalha eleitoral para a Assembleia da República.

A resposta do colectivo partidário aí está: por todo o País, milhares de militantes comunistas, em

“Milhares de militantes comunistas procedem a um amplo debate”

centenas de reuniões, plenários e encontros, têm vindo a proceder a um amplo debate em torno não só dos resultados das autárquicas (cujo aprofundamento importa prosseguir) mas igualmente das eleições legislativas de 17 de Março.

Com a noção das dificuldades existentes, com a consciência plena da dimensão dos desafios que a situação decorrente das eleições autárquicas lhes coloca, com naturais e legítimas diferenças de opinião, mas também – clara e inequivocamente – com a firme determinação de superar essas dificuldades e de, com igual determinação, responder a esses desafios, os militantes comunistas assumem-se, mais uma vez, como motor da actividade e da intervenção do Partido e confirmam estar à altura das exigências da situação.

É sabido que a intervenção militante na análise das situações, na definição das orientações partidárias e na execução das tarefas colectivamente decididas, constitui uma característica específica do PCP. Aliás, característica singular no quadro partidário nacional, como sabe quem quer saber.

Bom seria que o exército de comentadores e analistas que (salvo raras e honrosas excepções), em fila indiana e todos os dias, verte rios de prosa sobre o que o PCP não é, se desse ao trabalho de comentar e analisar o que o PCP é. Que abandonassem o feio hábito de criticar um PCP desenhado à medida das suas críticas pré-concebidas e cri-

ticassem o que entendessem criticável na *realidade* partidária comunista. Se assim fizessem, seguramente deparariam com muitos motivos de crítica e constatariam que nós próprios, militantes comunistas, somos, nessa como noutras matérias, profundamente autocríticos.

Bom seria, igualmente, que não reduzissem ao PCP a sua observação sobre funcionamento partidário interno. Que comparassem. Isto é: que, sem batotas, sem subterfúgios, sem preconceitos, se debruçassem sobre a vida e a prática internas de cada partido político português e tirassem as respectivas ilações. Se tal fizessem, facilmente constatariam a diferença existente – em matéria de funcionamento e prática democráticas, de participação militante – entre o PCP e qualquer dos restantes partidos nacionais. Bastar-lhes-ia, para não se fatigarem com apelos às suas fatigadas memórias, observar, por exemplo, a prática de cada partido desde as eleições autárquicas de Dezembro; ou observar o conteúdo participativo da democracia interna de cada partido. Bastar-lhes-ia olhar e, naturalmente, ver... Não se lhes pedem aplausos nem encómios nem adesões: pede-se-lhes, tão-somente, *a clara certidão da verdade* – ainda que acompanhada pela reafirmação convicta das suas opiniões anticomunistas.

É pedir muito? É, sem dúvida. Apelar à verdade e à seriedade, num tempo em que o pensamento dominante se sustenta na mentira e na hipocrisia, constitui impertinente ousadia. Não obstante, aqui fica o apelo. Mesmo que em jeito de sermão aos peixes...

Repita-se, por isso, o que, com verdade, acima se escreveu: por todo o País, milhares de militantes comunistas, em centenas de reuniões, plenários e encontros, têm vindo a proceder a um amplo debate em torno não só dos resultados das autárquicas (cujo aprofundamento importa prosseguir) mas igualmente das eleições legislativas de 17 de Março. E é evidente a disponibilidade e a determinação do colectivo partidário no sentido de levar por diante, com empenho, com dedicação, com serenidade, a importante batalha das eleições para a Assembleia da República – com a consciência das dificuldades existentes, como acima se disse, mas com a convicção profunda de que o PCP – pelos valores e ideais que defende; pela validade, actualidade, autonomia, modernidade e conteúdo transformador do seu projecto; pelas propostas que apresenta visando a resolução dos problemas dos portugueses; pela seriedade da sua intervenção; pelo seu património de luta contra a política de direita e as suas consequências; pelo seu exemplo de determinada e constante insistência e disponibilidade para encontrar os caminhos conducentes à concretização de uma alternativa de esquerda – é uma força indispensável para pôr termo aos ciclos alternantes entre o PS e o PSD. Ciclos em que mudam caras e etiquetas para, assim, fingindo mudanças, manterem o essencial de uma política errada e injusta.

Na política de direita e no seu conteúdo de classe estão as causas essenciais dos muitos problemas que afectam a maioria dos portugueses. Mudar de política é, assim, uma necessidade premente e o caminho para essa mudança passa, inevitavelmente, pelo reforço eleitoral do PCP, pelo aumento do número de deputados da CDU.

Actual Juízes da nova ordem

• José Casanova

Não surpreende a forma como a generalidade da comunicação social dominante tem vindo a tratar o PCP. Nunca é de mais repetir – por isso aqui se repete – que o ataque ao PCP é tarefa prioritária de órgãos ditos de informação e que são propriedade de grupos económicos, financeiros e afins. Não surpreende, portanto: os porta-vozes do grande capital, como lhes compete, fazem do partido da classe operária e de todos os trabalhadores o seu alvo preferencial.

Na actual cruzada anticomunista, o «Expresso» volta a assumir papel de vanguarda. Foi assim há doze anos (para não irmos mais longe); assim foi há um ano; assim é hoje – e assim será no futuro: daqui por um ano, por doze anos (para não irmos mais longe)... Natural é que assim seja, não só pelas razões acima expostas mas também porque, entre os cruzados da Duque de Palmela, abundam os ex-esquerdistas, cujos exibem as suas apostasias e vira-casquismos substituindo os gritos de guerra ao tigre de papel impe-

rialista por não menos fervorosos cânticos e loas ao imperialismo.

As últimas edições do «Expresso» – e, de forma particular, o número de 29 de Dezembro passado – constituem exemplos luminosos do conceito de *informação* dominante. Dificilmente se poderá ir mais longe na manipulação, na mistificação, no despudor, na ausência de escrúpulos.

É claro que o «Expresso» tem todo o direito (e exerce-o exaustivamente) de dividir os comunistas em «bons» e «maus» e de optar por uns contra outros. Pena é que não explique as razões da sua opção.

É claro que o «Expresso» tem... o direito (e exhibe-o abundantemente) de transformar em liberdade de desinformação a liberdade de informação conquistada em 25 de Abril. Pena é que não

sinta o dever de assumir frontalmente tal opção. Quanto mais não seja por respeito por si próprio.

O «Expresso» julga e condena, por delicto de opinião, todos os comunistas que ousam ter opinião diferente da que o semanário expende sobre o PCP – e

julga e condena mentindo, caluniando, ofendendo, mistificando, manipulando; julga e condena com a prepotência, a arrogância e a

insolência usadas pelo Tribunal Plenário do *antigamente*.

Só que, infelizmente para esses juízes da nova ordem, as suas sentenças não passam de inócuas, patéticas e patetas expressões escritas de um incontido ódio aos comunistas. E, felizmente para nós, comunistas, o 25 de Abril acabou com as prisões de Caxias e Peniche. Esperemos que para sempre.



Namoros e embustes

• Carlos Gonçalves

Andam os partidos mais à direita em namoros e embustes desvairados que, embora recorrentes, merecem nesta fase alguma atenção e o devido registo.

É o assédio frenético e sem pudor do CDS/PP ao PPD/PSD, que, de tão excessivo, ainda acaba no suicídio do pinga-amor. De facto, a três dias do Congresso, o discurso tautológico dos dois candidatos-inimigos – ambos repetindo a mesma proposta nupcial pré-eleitoral ao PSD e nem sequer por palavras muito diferentes – é bem elucidativo de até onde pode chegar a política sem sentido ético, tornada mero instrumento de grandes interesses ou de narcisismos insignificantes.

E sobra o embuste. Como se P. Portas ou M. Monteiro não tivessem andado anos a fio amancebados com o PS e zurzindo no PSD; como se, neste momento, a sua arrebatadora paixão por uma «nova AD» não tivesse a ver tão-só com as prebendas e honorarias do poder; como se, para ambos, o «seu» queridíssimo PP não fosse inexoravelmente descartável; como se, deixadas cair as «profundas divergências» com o PSD, sobrassem resmas de razões e de votos ao PP. E, sobretudo, como se não fosse claro que o PSD nunca aceitará um casamento pré-eleitoral, quando, pelo caminho já feito e ensejado, o PP lhe oferece os votos sem espinhas e de bandeja.

E é o arrebatador afecto que o PSD nutre pela «mudança» que, por ser superficial em matéria de facto e tão obsessivo quanto à «maioria absoluta», ainda acaba em desgosto profundo. De facto, o seu namoro velhaco a tantos descontentes das políticas de direita do PS, a paixão ardente pelo «voto útil» do PP e o amor assolapado pelos *boys* e a «direita dos interesses», das dissidências do BCP e da «obra», aí estão a comprovar que o PSD sabe que está ainda a milhas da maioria e que, provavelmente, a famigerada «vaga laranja» não passa de miragem.

E daí o embuste. Como se a deriva arrogante de num «clic» privatizar a CGD, a RTP, etc., pudesse, por agora, andar além do sinal fortuito com destino certo, como se para o PSD não se tratasse, em caso de possibilidade, de assegurar a continuidade, fazer «mais e melhor» – nas suas próprias palavras – do essencial das mesmas políticas, de concentração de riqueza e serviço dos grandes interesses, que o PS consumou, com embustes e trapaças.

E é também por isso que, nestas legislativas, mais que confirmar a derrota dos partidos da direita e dos seus namoros – e os votos e deputados da CDU contam sempre a esse respeito – há que dar mais força ao PCP, relativamente ao PS, para que definem os embustes e se abra uma «janela de oportunidade» para uma política à esquerda.



Valores

• Anabela Fino

Define-se o PCP, no art.º 2.º dos seus Estatutos, como um partido cuja base teórica é o marxismo-leninismo. O que significa que tem uma «concepção materialista e dialéctica do mundo», a qual «em ligação com a prática e com o incessante progresso dos conhecimentos», «é necessariamente criadora e, por isso, contrária à dogmatização assim como à revisão oportunista dos seus princípios e conceitos fundamentais».

Estipula a sua alínea a) do art.º 15.º dos Estatutos do PCP que cada membro do Partido tem o direito de «expressar livremente a sua opinião nos debates realizados no organismo a que pertence, nos plenários da sua organização, nas Assembleias, Conferências e Congressos para que for eleito, em todas as reuniões do Partido em que participe; contribuir para a elaboração da linha política do Partido e cri-

ticar, nos organismos a que pertença e nas reuniões partidárias em que participe, o trabalho do seu organismo, de qualquer outro organismo ou de qualquer membro do Partido independentemente das funções que este desempenhe».

Que sentido faz então vir para a praça pública debater o que é interno e que como interno se assumiu na adesão ao PCP?

A filiação em partidos políticos, sendo um direito dos cidadãos, é um acto individual que só faz sentido quando tomado por vontade própria, em liberdade de consciência e com pleno conhecimento das suas implicações. Porque se trata de uma decisão que não pode, nem deve, ser imposta por terceiros, a filiação partidária implica, por definição, a identificação com os princípios estatutários consagrados e reconhecidos.

Porque as sociedades humanas, para o serem, se organizam segundo regras e em função de interesses comuns, a existência de partidos políticos só tem razão de ser quando um conjunto de indivíduos partilha de ideias e princípios que são a linha orientadora da sua forma de estar no mundo, do modo como interpreta a realidade e o fio condutor da sua acção para a transformação dessa mesma realidade.

Adere-se a um partido quando se comunga dos seus ideais. Não se adere a nenhum ou forma-se um novo partido quando não há identificação com os existentes. Muda-se de partido quando se muda de ideais.

É bem certo que muitas outras razões, bem mesquinhas, presidem a escolhas e a mudanças partidárias, mas essas não vêm agora ao caso. Do que se trata, nestes tempos conturbados em que vivemos, é de valores, ou da ausência deles, que presidem à actividade humana, militância partidária incluída.



Frases

“Comunicar tornou-se mais importante que governar. Para um político é essencial alimentar a máquina dos *media*, produzindo, regularmente, um certo número de mensagens. A “classe política” concebe e fornece “menus” a pensar nos jornalistas, enquanto estes argumentam que se limitam a reportar o que lhes é oferecido. Este círculo vicioso cria aquilo que os especialistas chamam “espiral de cinismo”.”

(Estrela Serrano, Diário de Notícias, 14.01.02)

“Dupond e Dupont, perdão, Portas e Monteiro querem é chegar ao poder. Pouco interessa como, porquê, para quê, em que condições... Se um quer a AD, o outro diz mesmo mais: quer a AD.”

(João Morgado Fernandes, Diário de Notícias, 12.01.02)

“Quanto mais o PS nos der o filme “reviver o passado no Largo do Rato e no Hotel Altis”, mais perde terreno em relação à direita.”

(Eduardo Prado Coelho, Público, 14.01.02)

“Na vida política não há espaço para a argumentação, ganhou a frase curta e assassina que pode entrar no telejornal da noite.”

(Pacheco Pereira, Diário de Notícias, 12.01.02)

“A crise económica no Peru é, em grande parte, consequência directa da patifaria sistemática e generalizada que a pandilha encabeçada por Fujimori e Montesinos perpetrou ao longo de dez anos, apoiada na força e na coerção.”

(Mário Vargas Llosa, idem)

“Pouco importa que Berlusconi continue a ameaçar fazer uma revisão constitucional inconstitucional ou que tenha desencadeado uma campanha de intimidação contra os magistrados que o incomodam. O que, de momento, preocupa os italianos que votam Berlusconi continua a ser a miragem de uma prosperidade sem regras.”

(Jorge Almeida Fernandes, Público, 13.01.02)

“Agora, que corre sério risco de o poder lhe cair no colo, o dr. Durão Barroso precisa de demonstrar (...) outras qualidades que não se limitem à mera navegação de cabotagem. Bem sei que não é fácil conciliar interesses e ambições pessoais num partido cheio de caciques, comensais e cavalheiros de indústria sedentos de poder. O PS que o diga, pois foi assim que correu para a sua perda quando se apanhou no auge do poder.”

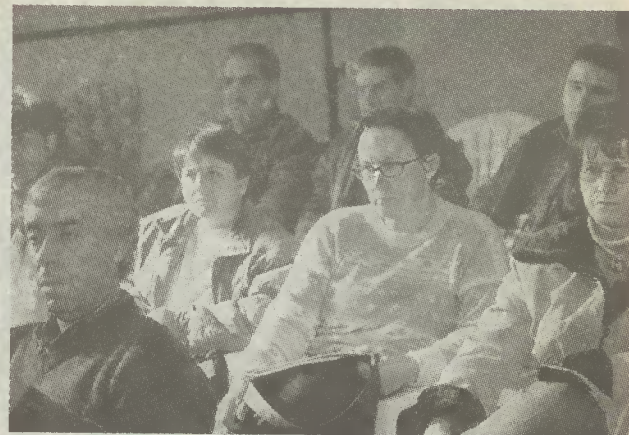
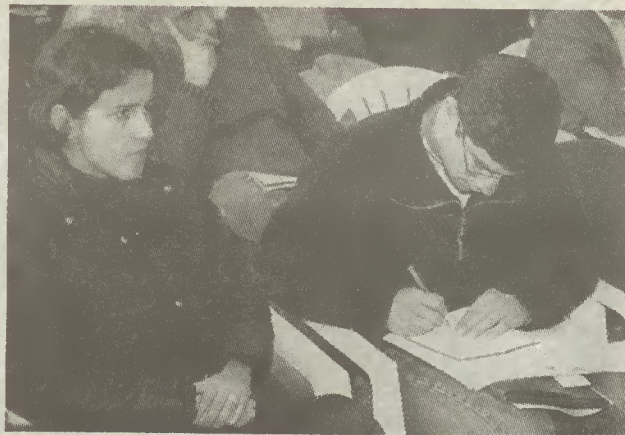
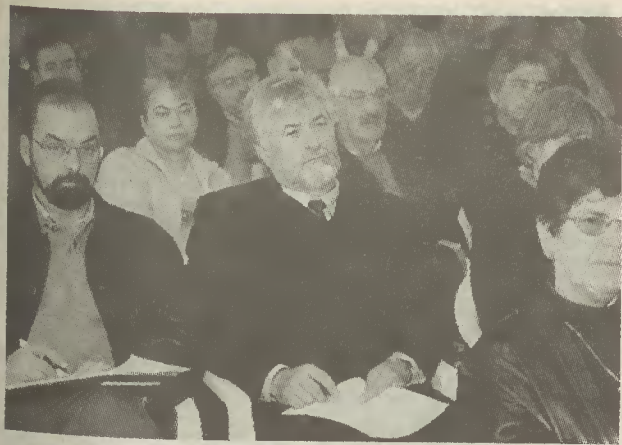
(Alfredo Barroso, Expresso, 12.01.02)

“[Os que se abstêm] não rejeitam apenas o PCP e o PP, o “voto inútil”. Rejeitam também – ou sobretudo – o PS e o PSD. Por muitas razões. Conhecemos a principal: o desgaste de 25 anos de poder alterado.”

(João Carreira Bom, Diário de Notícias, 11.01.02)

“Invocar a convocação de um congresso[do PCP] é, em si próprio, um título. Contudo, se as condições que qualquer cidadão pode constatar não são, manifestamente, as mais indicadas para o alargado debate de ideias e propostas que nele se diz procurar, é então inteiramente legítima a pergunta sobre o que se pretende então.”

(Ruben de Carvalho, idem)



Comunistas alentejanos reunidos em Sines

Aprofundar a ligação ao povo

Foram mais de trezentos militantes que se deslocaram no domingo a Sines para participarem no 9.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Realizar um balanço das eleições autárquicas e preparar a intervenção do Partido nas legislativas antecipadas de 17 de Março eram alguns dos objectivos deste encontro, que reuniu os principais quadros do PCP das quatro organizações alentejanas: Évora, Beja, Póvoa de Varzim e Litoral.

Laçado o repto por José Soeiro, membro da Comissão Política, o debate prosseguiu com muitas intervenções a destacar a importância do reforço da organização do Partido junto do povo – nas empresas, nos locais de trabalho ou de residência – como garantia de melhores resultados da CDU em futuros actos eleitorais.

Unanimemente considerados negativos, os resultados da CDU no Alentejo evidenciaram, segundo muitos oradores, algumas debilidades orgânicas do Partido na região, muitas vezes ligadas à sua progressiva «autarquiza-

ção», quer ao nível dos quadros quer da actividade.

Presentes estiveram também preocupações sobre a necessidade de racionalização dos recursos humanos e de melhor aplicação do centralismo democrático no funcionamento interno – que permita levar de forma mais eficaz a opini-

As propostas do PS cativaram a direita e provocaram o afundamento do PSD

ão das bases aos organismos de direcção.

Consensual foi a necessidade sentida de ir mais longe na discussão, realizando reuniões, debates e plenários em todas as organizações, como, aliás, tinha sido já decidido pela direcção do Partido.

Resultados insatisfatórios

«Fazer bom trabalho já não chega.» Esta foi uma das conclusões a que se chegou no encontro do Alentejo, onde um dos participantes lembrou



que ocorreram factores externos que influenciaram os maus resultados das eleições autárquicas. Unânime foi também a afirmação de que os resultados ficaram aquém das expectativas e previsões, até porque, um pouco por toda a região, esta foi a melhor campanha eleitoral dos últimos oito anos.

«O eleitorado votou contra o poder instituído», considerou outro orador, que chamou ainda a atenção para o afundamento eleitoral do PSD na região e a transferência de votos deste para o Partido Socialista.

Porém, também contaram para os resultados algumas

falhas e insuficiências próprias da CDU, como sendo a informação e propaganda municipais, que continuam muito longe do que se faz noutras regiões do País.

É preciso marcar mais a diferença na gestão autárquica, discutindo os problemas com as populações e fazendo com que estas participem, foi afirmado no encontro por alguém que considerou negativas as tendências – reveladas em muitos concelhos da região – de privilegiar o trabalho individual de um ou mais eleitos em detrimento do colectivo. «Depois, quando o presidente sai, perde-se»,

concluiu. Reafirmada foi ainda a necessidade de voltar a ligar os eleitos aos reais problemas das populações, lutando contra as máquinas administrativas pesadas que subsistem em algumas autarquias e que, em alguns casos, se substituem aos eleitos.

Das manobras do PS ao reforço do PCP

A campanha do PS na região foi agressiva e demagógica. Esta afirmação foi ouvida muitas vezes no 9.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo. Recorrendo a chan-

tagens e pressões sobre o eleitorado utilizando os Centros de Emprego, o Rendimento Mínimo Garantido e outras estruturas públicas e à utilização de fundos para a campanha muito além do máximo legal permitido, o PS – segundo um dos participantes – «cativou a direita mais reaccionária e grande parte do eleitorado idoso e dependente», tendo conseguido roubar diversas presidências à CDU.

Face às novas realidades, os comunistas alentejanos consideram ser indispensável o aproveitamento dos antigos quadros autárquicos – agora «libertos» de funções – para o reforço do Partido. Reforço este possível, a julgar pela grande quantidade de independentes que se tornaram militantes após a noite eleitoral, de entre os quais se destaca o ex-presidente da Câmara de Grândola, Fernando Travassos.

Bem patente no encontro ficou a grande vontade dos presentes de uma forte mobilização e empenho no sentido de levar por diante uma campanha dinâmica e com grande confiança com vista à obtenção de uma bom resultado eleitoral nas próximas eleições para a Assembleia da República, a 17 de Março.

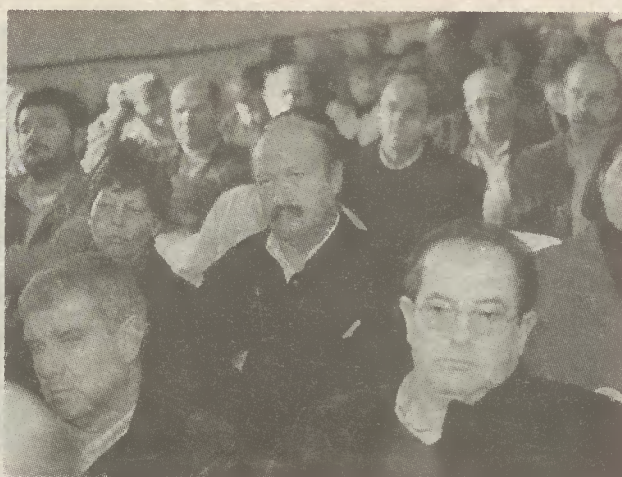
Mudar para melhor, só com a CDU



O 9.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo aprovou dois documentos, um plano de actividades e uma nota de imprensa. Na nota, é considerado «significativo que as grandes preocupações dos alentejanos, referidas em múltiplos estudos de opinião, se centrem nas questões da falta de emprego, dos baixos salários e reformas, nas deficiências dos serviços de saúde e nas acessibilidades, áreas de responsabilidade do Governo, onde PS e PSD, ora um ora outro, estão há mais de 25 anos consecutivos, prosseguindo no essencial a mesma política de direita que tem conduzido o Alentejo e todo o interior do País a um crescente envelhecimento e desertificação».

O documento acusa ainda estes dois partidos de serem os responsáveis pela degradação dos serviços de saúde, pela «expulsão de milhares de alentejanos da sua terra devido à ausência de investimento por falta de incentivos dos sucessivos governos» e pela deficiente utilização da base aérea de Beja como aeroporto civil e do Porto de Sines, bem como pelos atrasos na construção da Barragem do Alqueva.

A todos quantos desejam outra política, os comunistas alentejanos apelam para que «concentrem os seus votos na única força de esquerda» que está em condições de intervir para que «alguma coisa mude para melhor», a CDU.



Intervenção de Carlos Carvalhas no Encontro de Quadros do Alentejo

«Não seremos bengala da política de direita»

Este Encontro realizou-se num quadro de fraternidade e respeito mútuo que deve ser sempre bandeira dos comunistas. O aprofundamento do debate no nosso Partido sobre a situação política pós-eleições autárquicas e a procura de contribuições para que venhamos a travar a batalhas das legislativas com êxito deve prosseguir procurando congregar esforços e vontades, e mobilizar o máximo de energias no pouco tempo que temos pela frente.

Como sabemos, é já a 17 de Março que os portugueses vão ser chamados a eleger uma nova composição da Assembleia da República, que determinará uma nova relação de forças entre os diversos partidos. E para a constituição de um novo governo o que conta são as maiorias que se formam. Não há eleições para primeiro-ministro, como alguns pretendem fazer crer, os mesmos que falam depois na importância de os deputados serem mais conhecidos do seu eleitorado e que agora os apagam completamente, os mesmos que fomentam o rotativismo sem alternativa e as bipolarizações artificiais.

O País precisa de uma nova política e nada tem a ganhar com um rotativismo em que mudam as etiquetas, algumas caras, alguns discursos, mas em que na prática se mantém o que de fundamental era necessário mudar.

Na verdade, o País nada tem a ganhar com um regresso ao cavaquismo sem Cavaco, nem a continuação de um guterrismo sem Guterres.

O País precisa de uma política de esquerda

O País precisa de uma política de esquerda, não precisa que alguma coisa mude para que no essencial tudo fique na mesma. Já tivemos 10 anos de governos PSD e 6 anos de governos PS, todos com muitas promessas, com muitas propostas de mudança e com a criação de novas ilusões. Foi o que se viu. O PP e o PSD nada de novo têm para oferecer. E o Partido Socialista?

Ferro Rodrigues já ensaiou no discurso algumas demarcações em relação ao governo de que fez parte, sobre aspectos mais formais e de estilo do que sobre aspectos substanciais. Mas a sua «moção», como aliás é reconhecido por vários comentadores, mantém todas as ambiguidades em áreas decisivas da governação (saúde, laboral, salarial...), insiste na alteração das leis eleitorais e defende a mesma postura de «geometria variável» e dos «zigzagues», em relação às convergências políticas pós-eleitorais. Diz que está disposto a fazer convergências políticas pós-eleitorais com o PP, ou com o PCP, desde que estes partidos mudem. Só lhe faltou explicitar que também estaria disponível para as fazer com o PSD, tal como o seu governo o fez anteriormente com orçamentos, com a revisão constitucional e com várias legislações de retrocesso. Pondo de lado o tique arrogante de quem afirma que após as eleições poderá eventualmente, fazer o favor de fazer convergências com o PCP desde que este mude, também daqui lhe dizemos sem arrogância, mas de uma forma muito singela, clara e sem ambiguidades que não seremos (como alguns socialistas gostariam) bengala ou força de apoio a políticas ou a soluções governativas que visem a continuação no essencial, da mesma política. Ao contrário do que alguns dizem, não somos nós que fechamos as portas. Já no nosso último Programa Eleitoral se afirmava sem ambiguidades que o PCP estava disponível «para encontrar soluções políticas e governativas pós-eleitorais capazes de garantirem a definição e realização de uma nova política» que represente uma ruptura com a política de direita, que represente uma profunda rectificação da política seguida pelo PS.

Derrotar a política de direita

Alterar a correlação de forças à esquerda

É necessário reafirmar, porque há quem queira continuar a jogar com mistificações:

- 1.º – que os deputados eleitos pelo PCP e pela CDU contarão sempre para derrotar a direita e para derrotar as políticas de direita;
- 2.º – que os deputados eleitos pela CDU não são deputados

da direita e contribuem sempre para que a direita fique em minoria;

3.º – que as deslocções de votos e deputados entre a CDU e o PS não alteram o resultado da direita. Alteram apenas a relação de forças entre a CDU e o PS. Mas uma relação de forças mais favorável à CDU dá mais força após as eleições a uma política de esquerda;

4.º – que o nosso adversário é a política de direita.

É uma verdade indesmentível que tudo o que na Assembleia da República se aprovou de mais progressista ao longo dos seis anos (mesmo pequenos avanços) teve origem, o impulso, a luta, a pressão e o voto do PCP, como foi o caso do Rendimento Mínimo, do pré-escolar, da segurança social, da reforma fiscal ou os avanços no sindicalismo policial. E se o governo não tivesse estado contra e se o PS não tivesse votado contra ter-se-ia avançado com os votos do PCP para, por exemplo, se ter reposto a idade da reforma das mulheres para os 62 anos; para se ter aumentado mais justamente os trabalhadores da administração pública e os reformados; para se ter avançado no combate aos acidentes de trabalho e numa melhor reparação aos acidentados do trabalho; para se ter avançado num programa urgente de formação de médicos e enfermeiros e com a escolha por concurso dos gestores dos hospitais e centros de saúde; para se ter dado passos na defesa da escola pública; para um justo e racional aproveitamento do perímetro de rega do Alqueva; para se ter avançado na reforma fiscal.

Não foi por exemplo, por não ter havido uma maioria de votos na Assembleia da República, que aliás af se expressou favoravelmente, que o País ainda tem hoje uma lei sobre a interrupção voluntária da gravidez mais retrógrada do que a da vizinha Espanha, obrigando neste século XXI, como acontece agora na

verbal, pela superficialidade, pela gritaria para disfarçar muitas vezes a coincidência com grande parte das orientações governamentais, essa força política foi e é o PCP e a CDU. Os deputados comunistas marcaram a diferença fazendo incidir a sua intervenção sobre os problemas, as questões vivas e as preocupações mais sentidas pelos portugueses.

O País, os trabalhadores, os pequenos e médios empresários precisam de uma nova política que defenda e valorize a produção nacional e o aparelho produtivo nacional; que defenda os interesses do país na União Europeia; que dignifique e valorize a força de trabalho e promova uma mais justa distribuição do Rendimento Nacional; que promova a justiça fiscal e pare com os processos de privatizações que vai fragilizando e retirando instrumentos de intervenção que o Estado não pode abdicar; que dê uma atenção particular às reformas, nomeadamente às mais degradadas; que promova uma efectiva reforma do Serviço Nacional de Saúde e do ensino e a valorização dos serviços públicos; que combata os défices comercial, tecnológico e energético; que promova o investimento na inovação tecnológica e científica e assegure um maior equilíbrio no desenvolvimento das diversas regiões do País na sua dimensão económica, social, cultural e ambiental.

O País não dá resposta aos seus problemas com uma política económica assente nos baixos salários, na precariedade e na desvalorização da força do trabalho. Os aumentos de preços dos medicamentos, do pão, das portagens, dos seguros, dos correios, dos registos notariais, já af estão.

É a política do «aperto do cinto» sempre para os mesmos e que não tem também a contestação nem do PSD, nem do PP. Aliás estes dois partidos foram os aliados do governo na chamada contenção salarial e em políticas e medidas decisivas alternativas defendidas pelo PCP.

Confiança e determinação

Dentro em breve apresentaremos aos portugueses os grandes eixos do nosso programa eleitoral. Um contrato de progresso com o povo e os trabalhadores. Uma política de esquerda sem ambiguidades.

Uma política realista, mas com uma exigência profunda de justiça e transformação social, procurando mobilizar todos aqueles e aquelas que querem derrotar a direita e as políticas de direita. Dirigindo-se e apelando ao voto de todos aqueles e aquelas que querem uma esquerda activa, com convicções, com causas, determinada, empenhada, com propostas de progresso e justiça social.

De uma esquerda que não recue perante as forças do dinheiro, e as forças corporativas.

De uma esquerda que promova e impulsione a participação popular na construção e concretização de uma política ao serviço do povo e do País.

Temos muito trabalho pela frente, de esclarecimento, de mobilização e participação, de convencimento, de desmontagem de velhos sofismas, de apelo às populações para que se não deixem iludir pelas promessas e operações destinadas a apresentar como adversários e grandes opositores os que na maioria das questões fundamentais têm prosseguido a mesma política.

O reforço da CDU é determinante para que Portugal tenha uma nova política. É a mais sólida garantia para aqueles que querem barrar o caminho à direita e à política de direita.

É necessário uma grande contribuição dos quadros activistas militantes e simpatizantes do PCP e da CDU, para que o PCP na batalha eleitoral que se avizinha possa estar à altura das suas responsabilidades democráticas e nacionais.

As batalhas travam-se com determinação. E é com determinação e confiança, com convicções e empenho que procuraremos vencer este desafio e nele dar mais força às justas aspirações dos portugueses e de Portugal.



Maia, mulheres a passarem pelo vexame de se sentarem no banco dos réus e a exporem a sua vida privada... Queremos daqui expressar-lhe a nossa solidariedade certos de que é também esse o sentimento deste colectivo.

Paralelamente, também podemos afirmar com verdade que em múltiplos aspectos e designadamente nas áreas sociais, se o PS não foi mais longe numa política negativa e retrógrada foi porque teve a oposição do PCP e de largos sectores da vida sindical, do movimento social e da opinião pública.

É uma evidência que se a correlação de forças na Assembleia da República entre nós e o PS nos tivesse sido mais favorável, muito mais teríamos conseguido e a situação dos trabalhadores, do povo e do País seria diferente.

Pagar a factura

da política do «aperto do cinto»

O debate que é preciso fazer é sobre a política necessária ao País. E se houve força política que se recusou e recusa a deixar-se aprisionar pelo debate marcado pelo espalhafato

MÉRTOLA Perder sem decrescer

A Comissão Coordenadora da CDU de Mértola reuniu no dia 10 e procedeu a uma análise dos resultados eleitorais e das causas do negativo resultado no concelho. Considerando que o resultado ficou aquém das expectativas e das previsões, a referida comissão assume que as perdas da Câmara Municipal por 55 votos, da Assembleia Municipal e de duas freguesias, «significam uma perda da CDU de significado político». Porém, e sem pretender «diminuir em nada o sentimento suscitado pela derrota da CDU», a Coordenadora salienta que a CDU obteve 46,41 por cento dos votos, contra 47,35 do PS, pelo que sustenta não ter havido diminuição da sua influência eleitoral e política, tendo em conta o «completo desaparecimento da expressão eleitoral» dos partidos de direita – CDS/PP e PSD – que concentraram o voto no PS. A este último a CDU não poupa críticas, acusando-o de ter utilizado abusivamente o aparelho de Estado e de ter instrumentalizado diversas instituições públicas em favor de objectivos eleitorais, prometendo emprego, saúde e habitação a eleitores em concreto.

GUIMARÃES Segurar o eleitorado

Em Guimarães, o secretariado da Comissão Concelhia do Partido também abordou questões relacionadas com as eleições autárquicas e com a preparação das legislativas antecipadas. Em relação aos resultados das eleições de 16 de Dezembro, estes confirmaram a CDU como terceira força política concelhia, tanto em número de votos como em mandatos. Apesar de ficar aquém das metas eleitorais que havia traçado, a CDU em Guimarães «revelou capacidade para segurar uma base eleitoral superior a 10 mil votos, muito superior à de alguns anos passados, fruto da crescente influência na sociedade e sinal de um dinamismo que alguns consideram inexistente», afirma o secretariado que considera ainda que a perda de algumas freguesias e de eleitos nos órgãos municipais «são pormenores de um processo político intenso e complexo», que não pode ser avaliado de forma homogénea. Daí a anunciada realização de plenários de freguesia para «aprofundar a compreensão do que se passou em cada uma delas».

PORTO Privilegiar o protagonismo

A DORP do PCP reagiu à forma como sucedeu a primeira reunião da Junta Metropolitana do Porto, tendo manifestado a sua «profunda indignação por, mais uma vez, os presidentes de câmaras do PSD e do PS da Área Metropolitana do Porto terem transformado a Junta Metropolitana numa autêntica "feira das vaidades", onde os protagonismos pessoais e as "tricas" partidárias se sobrepõem claramente à reflexão ponderada dos problemas que afectam a população da Área Metropolitana do Porto, bem como das soluções para a sua resolução». A DORP considera ainda que estes autarcas adoptaram comportamentos que envergonham o Porto e a sua população, pois, ao mesmo tempo que adoptam um discurso de reivindicação, tomam medidas que efectivamente descredibilizam o poder político.

Aborto clandestino – uma lei inócua?

Amanhã será lida a sentença do chamado «megaprocesso» da Maia, que envolve 43 arguidos, dos quais 17 mulheres acusadas de prática de aborto clandestino.



Fernanda Mateus
Membro da Comissão Política

A acusação que pesa sobre estas mulheres causa uma justificada inquietação e motiva importantes expressões de solidariedade, nacional e internacional e de apelo à sua absolvição. Absolvição que não apagará as sequelas psicológicas e sociais que este processo lhes trouxe. Absolvição que não apagará o facto de Portugal ter entrado no século XXI como um dos países da Europa com a legislação mais restritiva, quando noutros países têm vindo a registar-se importantes avanços legislativos na despenaliza-

ção do aborto. A absolvição destas mulheres não apagará o facto da lei portuguesa continuar a ameaçar as mulheres com penas de prisão até 3 anos se sobre elas pesar a mesma acusação: prática de aborto clandestino. Este julgamento veio, mais uma vez, provar que a actual lei não é inócua, ao contrário do que alguns foram dizendo para manter tudo na mesma, aquando do referendo realizado em Junho de 1998. As estatísticas oficiais da justiça registam que, todos os anos sem excepção, existem processos que decorrem nos tribunais e que há pessoas condenadas; revelam que as autoridades policiais, todos os anos sem excepção, investigaram casos de aborto - em 1998 e 1999 foram registadas e investigadas 49 situações de aborto clandestino. Dirão alguns que são números pouco significativos. Mas perguntar-se-á: quantas prisões seriam necessárias para prender todas as mulheres que tiveram ou têm que interromper uma gravidez, como um último recurso face a situações pessoais e sociais, que ninguém e muito menos o legislador, tem o direito de questionar, ameaçando com prisão?

/// Apenas 1 a 2 por cento dos abortos são efectuados ao abrigo da lei ///

Recorda-se que apenas 1 a 2 por cento dos abortos são efectuados ao abrigo da legislação. As estatísticas oficiais registam 700 abortos legais entre 1984-1994; 268 em 1995; 281 em 1996; 491 em 1999. Mas estimam-se entre 20 mil a 40 mil abortos clandestinos por ano. E nos últimos 6 anos cerca de 9 mil mulheres portuguesas deslocaram-se a clíni-

cas espanholas para interromper a gravidez, em condições de segurança para a sua saúde e com garantias de salvaguarda da sua dignidade.

No início do novo século, tudo poderia ser diferente se no final da noite de 4 de Fevereiro de 1998, após a votação favorável do projecto de lei de despenalização do aborto do PS, com os votos favoráveis de 116 deputados – socialistas, comunistas, Verdes e 3 deputados do PSD –, se tivesse aberto um novo ciclo no combate aos cruéis atentados à saúde e à dignidade das mulheres. Tal não aconteceu, como todas(os) nos recordamos: 24 horas após a aprovação desta lei na Assembleia da República, a direcção do Partido Socialista logrou todas as expectativas, ao virar as costas às mulheres, cedendo ao PSD na realização de um referendo. Referendo realizado a 28 de Junho de 1999, com uma vitória tangencial do «Não», mas que contou, apenas, com a participação de 31,9 por cento dos eleitores, não tendo por isso efeitos vinculativos.

Uma questão de dignidade

Amanhã, dia 18 de Janeiro de 2002, as 17 mulheres em julgamento não estarão sós. A Plataforma pelo Direito a Optar estará presente à porta do Tribunal na Maia e junto ao Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, onde em Julho de 1979 teve início o julgamento de Conceição Massano acusada então do mesmo crime.

Ao contrário do que alguns possam pensar, não se trata de instrumentalizar a dramática situação destas 17 mulheres, para «agitar» de novo as «bandeiras» da despenalização do aborto em Portugal. Porque, tal como foi afirmado por Ilda Figueiredo na Conferência de Imprensa de balanço das adesões individuais e de organizações à sua Declaração Internacional de Solidariedade para com estas mulheres, a causa da despenalização do aborto não necessita que estas mulheres sejam criminalizadas e transformadas em «mártires» e porque «nada pode ou deve passar à frente do interesse directo das mulheres acusadas, porque entendemos que a pungente situação em que estas 17 mulheres foram colocadas é só por si razão suficiente para que, tão breve quanto possível, Portugal seja finalmente dotado de uma lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez aprovada na Assembleia da República».

E para tal continuará a ser decisivo que as mulheres portuguesas se indignem e lutem activamente contra a actual lei, um verdadeiro atentado à sua saúde, à sua dignidade e à sua capacidade de tomar decisões. E são as mulheres das camadas mais desfavorecidas, ou menos informadas que pagam o preço mais elevado desta situação. A despenalização do aborto, quando realizada até às 12 semanas para garantir o direito a uma maternidade consciente e responsável, é indissociável da defesa dos direitos das mulheres portuguesas. Nesta luta continuaremos.



Açores Criar condições para a mudança

«É indispensável criarem-se condições políticas e institucionais para que se possa finalmente verificar e realizar uma política de esquerda que promova o desenvolvimento de todo o País, defenda e valorize os sistemas sociais fundamentais (educação e saúde), defenda políticas de remuneração do trabalho mais justas, aposte nas capacidades produtivas do País, aprofunde realmente a democracia nas suas vertentes representativa e participativa.»

Esta afirmação é de José Decq Mota, responsável pela organização do PCP no arquipélago, na conferência de imprensa do PCP/Açores, realizada no dia 10, onde assumiu que, para a mudança de política, é «indispensável fazer crescer eleitoralmente a CDU, evitar que quer o PS ou o PSD tenham maioria absoluta, criando assim um quadro social e político que aponte para entendimentos transformadores nos sentidos apontados».

Para além da discussão sobre a composição das listas a apresentar, o PCP/Açores está a promover o debate interno acerca da preparação das eleições para a Assembleia da República, nomeadamente no que respeita à definição das orientações a propor ao eleitorado».

Decq Mota transmitiu ainda a convicção de que «é indispensável que o conjunto dos militantes do PCP se una com clareza à volta do projecto de intervenção transformadora, valorizadora da democracia e da construção da justiça social que constitui o núcleo essencial das propostas programáticas do PCP» e de que só com esta unidade será possível a CDU sair reforçada das eleições de 17 de Março.

Sobre os resultados das autárquicas, que se saldaram num «insucesso eleitoral» face às expectativas criadas, o responsável pela organização dos Açores lembra que, se por um lado a CDU perdeu os vereadores que detinha, não é menos verdade que aumentou o número de eleitos em juntas e assembleias de freguesia, estando agora representada em oito. Esta perda de vereadores prende-se com a «muito forte convergência de esforços dos dois maiores partidos no sentido de ser reposta a repartição bipolar de lugares nas câmaras respectivas».

Em termos gerais, tudo ficou na mesma, afirmou o dirigente comunista, baseando-se nos resultados obtidos em Dezembro último em relação a 1997, pois o PS manteve as cinco maiorias e o PSD passou de catorze para treze. PP e CDU aguentaram-se ao nível da votação global, embora o PP tenha conquistado a presidência de uma autarquia.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Faria Sampaio

Faleceu, no passado dia 21 de Dezembro, o camarada Faria Sampaio. Médico de profissão, destacou-se na sociedade ermesindense pela sua actividade nas mais variadas colectividades, como desportista ou associado, mas sobretudo como dirigente sendo, na altura do seu desaparecimento, presidente de várias colectividades.

Militante comunista há longos anos, destacou-se pela sua participação em todas as campanhas eleitorais desde 1958, nomeadamente na de Humberto Delgado.

Após o 25 de Abril, foi membro de vários órgãos autárquicos do concelho de Valongo, nomeadamente vereador da Câmara, eleito na Assembleia Municipal e membro da Junta de Ermesinde.

No funeral esteve representada a Organização Regional do Porto do PCP e todas as organizações do concelho.

Joaquim Matias

Faleceu no passado dia 2 de Janeiro, com 80 anos, o camarada Joaquim Matias, na sequência de um acidente rodoviário ocorrido no dia 14 de Dezembro. Joaquim Matias foi candidato à presidência da Câmara Municipal de Aljezur em 1976 e 1979 e era o autarca mais antigo do concelho sendo, à data do seu desaparecimento, membro da Assembleia de Freguesia de Aljezur.

Gertrudes Sousa Bárbara Cunha

Faleceu, com 90 anos, a camarada Gertrudes Sousa Bárbara Cunha. Membro do Partido desde 1974, estava organizada na organização Concelhia de Faro. Poetisa popular, e tendo visto publicado muito do seu trabalho criativo, assumiu diversas tarefas no Partido, nomeadamente a distribuição do Avante!, que só há pouco tempo abandonou.

No seu funeral, incorporaram-se camaradas, amigos e familiares, que acompanharam a urna coberta com a bandeira do PCP.



As familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Por todo o Partido sucedem-se as reuniões, plenários e encontros para análise dos resultados e preparação das batalhas futuras

Intensificar a acção do Partido

O Comité Central, na sua reunião de 18 de Dezembro, apelou às organizações para que realizassem diversas reuniões para analisar pormenorizadamente os resultados eleitorais e preparar a intervenção na batalha das legislativas. As organizações responderam afirmativamente.

Na Damaia, no passado sábado, realizou-se o plenário de militantes da organização de freguesia, que contou com a presença do camarada Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

importância no mundo actual de um partido com as características do PCP, deu conta do quadro político e das iniciativas anunciadas na preparação das eleições legislativas e da posição tomada de reprovação da acção promovida por mem-

e que pode ser confirmado na legislatura que está a terminar» – referiu o camarada Jorge Pires, igualmente da Comissão Política, no jantar-convívio da CDU realizado no passado sábado, no Gaio, concelho da Moita, e no qual participaram cerca de uma centena de pessoas. O dirigente do PCP sublinhou, sobre a situação partidária, o comunicado do Comité Central, apelando a

A principal tarefa colocada aos comunistas é o reforço da organização

A iniciativa teve lugar para assinalar o reforço da votação na CDU na freguesia do Gaio-Rosário, onde a vantagem da CDU sobre o PS, em relação às eleições de 1997, aumentou de 1 para 53 votos, numa freguesia onde o número de eleitores inscritos não alcança o milhar.

Os resultados no concelho da Moita, globalmente considerados (41,4 por cento para a CDU, 32,5 para o PS), foram caracterizados pela Comissão Concelhia do Partido como «positivos», dada a manutenção da maioria absoluta na Câmara, Assembleia Municipal e nas freguesias da Baixa da Banheira e Gaio-Rosário, a recuperação da maioria absoluta em Alhos Vedros e a obtenção de mais um mandato na freguesia do Vale da Amoreira, a cuja Junta a CDU continua a presidir.

Em Sarilhos Pequenos e Moita, onde a CDU não conquistou a presidência das juntas, obteve, mesmo assim, votações expressivas. No primeiro caso, obteve 42 por cento, sendo de destacar ainda o completo apagamento do PSD na freguesia – com apenas 7 votos na sua lista –, em claro favorecimento do PS.



«Todos os militantes devem colocar as suas opiniões no quadro do funcionamento do Partido», afirmou Jorge Pires num dos muitos plenários realizados no fim-de-semana (Foto de arquivo)

Com a presença de trinta e cinco pessoas, o plenário analisou os resultados eleitorais na freguesia e o trabalho eleitoral e sublinhou a importância de aprofundar a acção do Partido no movimento associativo e em torno dos problemas das populações, em articulação com o trabalho autárquico.

A preparação das próximas eleições foi considerada uma tarefa prioritária, tendo sido vinculada a disposição de trabalhar para o alargamento do apoio ao PCP e à CDU e para a continuação da acção do Partido sejam quais forem os resultados eleitorais.

Os participantes manifestaram a sua indignação pela atitude de alguns membros do Partido que são promotores de uma acção que enfraquece e prejudica gravemente o PCP, num momento em que é necessário arrancar com a acção partidária.

Na sua intervenção, Francisco Lopes frisou a redobrada

bro do Partido, em colisão com os princípios estatutários.

O dirigente do PCP afirmou a importância de uma acção determinada e convicta de contacto com os trabalhadores e a população para o apoio ao projecto de ruptura com a política de direita de 10 anos de governos do PSD e 6 anos de governos PS, que o PCP e a CDU protagonizam nas próximas eleições, mobilizando para o voto na CDU, o voto que mais contará contra o PSD e o CDS/PP e que contará sempre para dar força à política de esquerda que Portugal precisa.

Continuar a crescer

«O grande equívoco do futuro secretário-geral do PS é que ainda não percebeu que no PCP somos nós que definimos a nossa política de alianças e os acordos pontuais que verificamos serem necessários, tal como tem acontecido até aqui

que todos os militantes sem excepção exprimam as suas opiniões no quadro do funcionamento normal do Partido.

Encontro com a Fenprof

Uma delegação do PCP, composta pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, e por António Abreu, membro da Comissão Política, encontrou-se no passado dia 11, na sede nacional do PCP, na Soeiro Pereira Gomes, com uma delegação da Fenprof num momento em que os professores se encontram num importante e complexo processo de luta pela vinculação de milhares de profissionais.



Público induz em erro

Na sua edição de 9 de Janeiro, o jornal Público publicou uma notícia intitulada «Sector Intelectual do PCP-Porto critica Comissão Política», que contém factos que, por não serem verdade, induzem em erro os leitores.

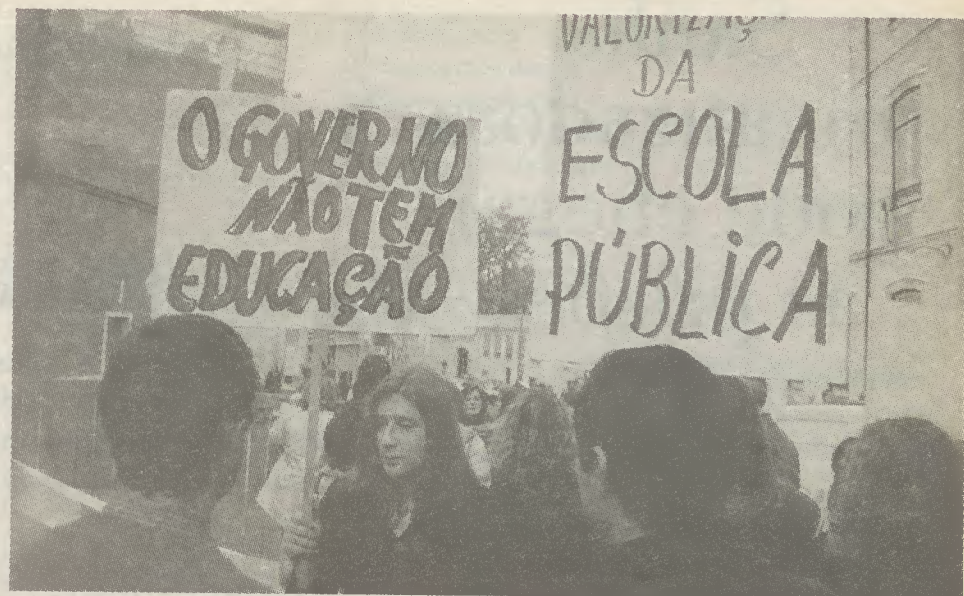
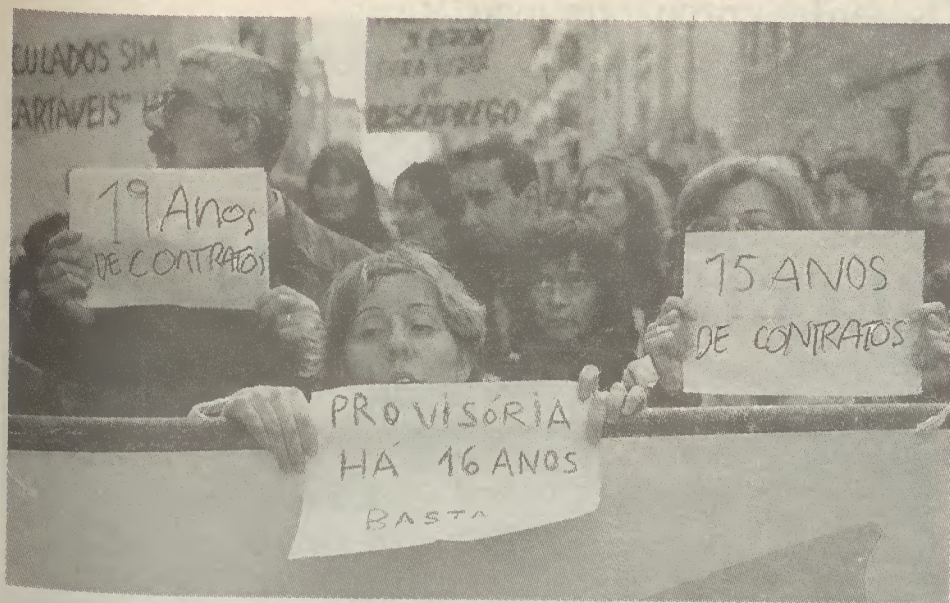
Tratando-se de uma reunião normal deste organismo do Partido – e «apesar de não ser normal comentar notícias sobre a actividade do Partido» – o Gabinete de Imprensa da DORP considerou indispensável esclarecer os leitores sobre algumas questões citadas que não correspondem à verdade dos factos. «Nessa notícia – diz o Gabinete de Imprensa – se afirma que «uma significativa maioria dos militantes comunistas que integram o SI PCP-Porto manifestaram-se anteontem à noite contra o tom e o conteúdo do comunicado que a direcção do Partido emitiu a propósito do abaixo-assinado(...)» e, mais adiante, «a maioria dos presentes que interveio manifestou o seu desagrado em relação ao referido comunicado não só pela substância como também pela forma».

Sobre estas afirmações, a DORP, «sem pretender relatar o

conteúdo da referida reunião de militantes, marcada por mais de três dezenas de intervenções», declara serem falsas, pois «longe de constituírem uma opinião significativamente maioritária, como é afirmado na peça, foi reduzido o número de intervenções que abordam o referido documento no sentido que acima se traduz».

O desmentido termina afirmando que «embora se trate de matéria que não interessará ao Público, cremos que o sentimento dominante entre os participantes no final da reunião terá sido de satisfação pela forma elevada como decorreu, por ter sido marcada pela franqueza e pelo respeito de todas as opiniões, pela riqueza e diversidade das intervenções, pela abordagem de erros e insuficiências e pelas propostas de medidas indispensáveis com vista a melhorar a intervenção do Partido».

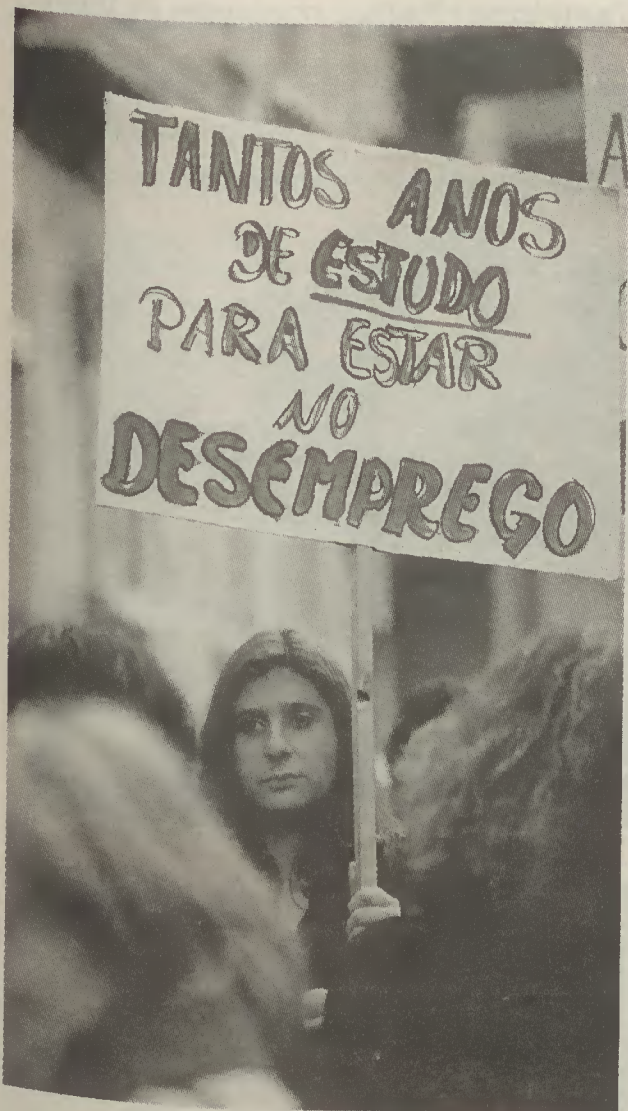
O referido desmentido à notícia do Público de dia 9 – que mereceu honras de primeira página – foi publicado no dia 11, numa pequena notícia no interior do jornal.



Governo falta à palavra

Professores em luta pela vinculação

Centenas de docentes contratados manifestaram-se na passada semana em Lisboa para exigir a sua vinculação. Foi a resposta à decisão do Governo de suspender a entrada em vigor do regime de recrutamento e colocação de docentes.



O diploma deveria ter entrado em vigor em Janeiro e implicava a vinculação de seis mil docentes em 2002, segundo os termos do acordo assinado pelo Governo com os sindicatos.

Faltando aos compromissos, sob a alegação de que as suas competências são de mera gestão, o Governo paralisou todos os diplomas que estavam a ser negociados com os parceiros, incluindo o referido acordo firmado em Junho do ano passado.

Em comunicado, a tutela justifica que a vinculação extraordinária dos docentes não pode ser dissociada da publicação do novo diploma legal. «O Governo não pode, nesta altura, promover a publicação de um diploma, que pela natureza e alcance da matéria visada, não se enquadra na definição constitucional das competências de um governo de gestão», sublinha.

Para a Federação Nacional dos Professores, que assume ser esta a principal luta a travar com o actual e futuro governos, não existe qualquer razão para o Governo suspender a vinculação de milhares de professores, nem mesmo do ponto de vista financeiro, uma vez que o Orçamento de Estado

aprovado contempla uma verba para esse efeito.

Prosseguir a luta

Esta decisão do Governo surge num momento em que é cada vez maior o «desânimo e a descrença entre os professores contratados. Há professores na situação de contratados há 10 e 15 anos», assinalou em declarações à Lusa o dirigente sindical António Avelãs. O sindicalista garante que a Fenprof não cruzará os braços e manterá esta questão na ordem do dia durante a campanha eleitoral para as próximas eleições legislativas.

Também as questões jurídicas apontadas pelo Ministério da Educação não colhem junto da Fenprof. Segundo Paulo Sucena, constituem apenas uma

opção política do Ministério da Educação, já que em outros ministérios, como o da Saúde, a postura tem sido diferente.

A entrada para os quadros do Ministério da Educação de cerca de seis mil professores, segundo aquele diri-

A estabilização do vínculo será um contributo importante para o aumento da qualidade do sistema de ensino

gente sindical, iria contribuir para a estabilidade de emprego e seria um contributo importante para o aumento da qualidade do sistema de ensino.

No entender da Federação Nacional dos Professores, a luta pela vinculação de professores contratados é em tudo idêntica a uma outra travada há seis anos contra a candidatura de acesso ao 8.º escalão, último grau da carreira docente. Na ocasião, recorde-se, a contestação dos professores à candidatura ao topo da carreira - que implicava a apresentação

de um trabalho científico (exame) e a avaliação do *curriculum* do docente - terminou com o Governo PS a anunciar a sua abolição.

Solidariedade do PCP

O PCP expressou entretanto o seu apoio e solidariedade à luta dos professores. Esta posição foi tomada em nota do seu Gabinete de Imprensa, onde se afirma que a vinculação excepcional de cerca de seis mil professores, na sequência das lutas desenvolvidas o ano passado, corresponde a um compromisso que não pode deixar de ser cumprido. Tanto mais que o Orçamento de Estado dispõe de verbas para esse efeito, pelo que, conclui, o Executivo, mesmo em gestão, «deve decidir de imediato a vinculação extraordinária, desligada de toda a legislação sobre concursos, essa sim incompatível com a actual situação governamental».

Proteger a avifauna em Alverca

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a construção de uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR) nas salinas de Alverca foi objecto de contestação por parte de ambientalistas.

A validade do estudo foi posta em causa devido, sobretudo, ao que consideram ser a insuficiente inventariação das aves protegidas que frequentam o local.

Segundo a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), a avaliação de impacto apresenta «uma lacuna grave» na inventariação das aves já que a amostragem foi realizada «numa das piores épocas do ano para recenseamentos» e nunca poderia traduzir a importância do local em estudo para a avifauna.

Num parecer apresentado ao Instituto de Promoção Ambiental (entidade que lidera os processos de discussão pública deste tipo de projectos), a SPEA refere que a implantação de uma ETAR e outras infra-estruturas nas salinas de Alverca do Ribatejo ameaça seriamente várias espécies de aves protegidas.

Os ambientalistas salientam a «enorme importância» do complexo das salinas

para a conservação da natureza, «nomeadamente para espécies de aves ameaçadas e protegidas por leis nacionais e internacionais», e consideram «imperioso identificar um local alternativo» para a instalação da ETAR e restantes projectos que lhe estão associados (Bacia de Retenção de Águas Pluviais, urbanização entre as salinas e acessos a estas infra-estruturas).

Reivindicam ainda que aquela zona do estuário do Tejo ganhe o estatuto de Zona de Protecção Especial (ZPE), conforme prevê a directiva da União Europeia sobre protecção das aves (Directiva Aves).

A SPEA registou no local pelo menos 152 espécies de aves nos últimos anos, 37 das quais protegidas pela Directiva Aves, e entende que aquela zona reúne todos os requisitos para ter a classificação de protecção especial.

A associação entende que os impactos ambientais da ETAR e restantes infra-estruturas «contribuirão para a degradação irreversível» das salinas, uma área já «muito intervencionada e ameaçada» em termos urbanísticos e industriais.

Motociclistas reclamam por segurança Pôr fim aos rails desprotegidos

Os responsáveis do Moto Clube Virtual entregaram na Assembleia da República um pedido no sentido da convocação de uma sessão plenária extraordinária para aprovar legislação que ilegalize os rails sem protecção nas estradas.

O diploma em causa proíbe os rails com prumos desprotegidos, vindo assim preencher o vazio legislativo actual. Os rails sem protecção, como é sabido, constituem uma autêntica arma de morte que todos os anos ceifa a vida a muitos motociclistas. O embate

num rail sem protecção a mais de 40 quilómetros por hora pode provocar o decapeamento, desmembramento, amputação e decapitação de qualquer motociclista.

O diploma que os motociclistas há muito reclamam, para além de ilegalizar os rails com prumos desprotegidos, obriga o Estado Português a, num prazo de dois anos, proteger os rails em todas as curvas e, num prazo de cinco anos, a colocar protecção em todos os rails existentes nas estradas portuguesas.

Acresce, quando o diploma vigorar, que passará também a ser ilegal a inauguração de qualquer estrada com rails desprotegidos.

A urgência que os motociclistas têm na aprovação do projecto de lei é justificada por Miguel Trindade, do Moto Clube Virtual, pelo número de vidas que é possível salvar. «Se esperarmos mais tempo não será possível salvar nenhum dos 300 a 450 motociclistas que morrem por ano em consequência de embates em rails com prumos desprotegidos», sublinhou em declarações à Lusa.

Sanha privatizadora pode chegar às prisões

Nos dias 23 e 24 de Novembro do ano findo teve lugar em Lisboa o primeiro Congresso dos Guardas Prisionais, realizado sob a égide da sua organização de classe - o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional.

O referido evento, ímpar neste sector da Justiça, representou, pela actualidade da reflexão, pela vivacidade das intervenções, pelo elencar das razões do descontentamento e mau funcionamento do sistema e pela conclusões e soluções apontadas, uma iniciativa com bastante mérito e exemplar.

O ministro da tutela esteve presente e, no seu conhecido estilo - ora populista, ora lacónico -, afirmou: "temos que perceber o que a sociedade quer para o sistema penitenciário". Só mais tarde, ainda no decorrer dos trabalhos, é que se percebeu o alcance e sentido desta frase quando um Director prisional deu a conhecer a intenção do Governo de construir duas prisões (Coimbra e Faro) com recurso a capitais privados. O ministro teve resposta imediata por parte dos congressistas, com a rejeição clara da opção privatizadora.

Mas tal situação, a configurar-se, constitui mais uma prova inequívoca e chocante de que o Governo do Partido Socialista (agora demissionário) nunca teve uma política sustentada para este sector, como inclusive tem contribuído para a sua degradação, com vista a mais tarde justificar a privatização deste serviço público e de segurança do Estado.

A receita é conhecida e já foi aplicada a outros sectores e com os resultados negativos que se conhecem.

A desresponsabilização do Estado neste sector sensível levaria à lógica da maximalização do lucro, ao esmagamento da função ressocializadora, à discriminação grave entre presos ricos e presos pobres, à perda gradual de direitos e regalias e da dignidade funcional para os seus profissionais, à quebra nos investimentos e à ruptura do sistema.

O sistema prisional de hoje

É conhecido que o sistema prisional português é caracterizado, em relação à Europa, por mais presos, penas mais longas, mais mortes e mais consumos de drogas e doenças infecto-contagiosas. Mas qualquer análise rigorosa ao sistema tem que ter em consideração que ele faz parte integrante do chamado triângulo da Justiça - as polícias, os tribunais e as prisões. E é aqui que reside uma parte do problema com que o sistema se debate. Não existem equilíbrios entre estas três componentes. E as soluções só podem ser encontradas no quadro de uma política sustentada e de uma estratégia que envolva este triângulo:

- É necessário que as polícias cumpram a sua função constitucional de segurança dos cidadãos e garantam o efectivo respeito pelas liberdades democráticas:

- É imprescindível que os tribunais julguem com justiça e celeridade e procurando penas alternativas à prisão;

- Mas é urgente uma profunda reforma do sistema penitenciário que o torne eficaz, tanto do ponto de vista do seu funcionamento como da sua função de segurança e ressocializadora. Reforma que não pode ser feita nos gabinetes, mas tem que envolver todas as partes intervenientes: o pessoal administrativo, os técnicos, os educadores e o pessoal de vigilância, bem como as suas organizações de classe.

Tem que haver meios financeiros adequados para investimentos no material de segurança e vigilância, nas instalações, nas transmissões, na formação profissional, nas inspecções e na melhoria da situação económica dos profissionais do sector, nomeadamente a atribuição do subsídio de risco ao Corpo da Guarda Prisional.

É necessário uma nova reclassificação dos estabelecimentos prisionais, com a separação entre preventivos e condenados, o tratamento e prevenção da toxicodpendência e das doenças infecto-contagiosas e de alto risco. É preciso reforçar o seu papel de ressocialização e de humanização.

O que é preciso é uma reforma global, sr. ministro, e não meias medidas e muito menos a privatização destes importantes serviços de segurança do Estado português!

No fundo, é saber ouvir e respeitar as conclusões deste importante Congresso.

● José Martins

«Os Verdes» preparam legislativas fazendo uma avaliação positiva do trabalho realizado

Contribuir para o reforço da CDU

Contribuir para o «reforço da CDU» e assim garantir uma «política diferente» para o nosso País. Com esta perspectiva parte para a próxima batalha eleitoral o Partido Ecologista «Os Verdes».

A posição foi assumida pelo seu Conselho Nacional, em reunião no dia 12, no final da qual reiterou o propósito de lutar para que «as questões sociais e as questões ambientais estejam no centro das preocupações políticas».

Positivo é entretanto o balanço que «Os Verdes» fazem da sua participação na Coligação Democrática Unitária, onde, assinalam, existe uma «convergência de valores de esquerda» e um efectivo respeito pelas diferenças de cada força política.

Como muito positiva e útil é também a avaliação que fazem da acção desenvolvida pelo seu Grupo Parlamentar da Assembleia da República. Em comunicado, o Conselho Nacional recorda que «Os Verdes» têm sido «uma voz incómoda para o Poder, denunciando problemas concretos de norte a sul do país, procurando respostas e apresentando propostas».

Entre as iniciativas por si levadas ao Parlamento, todas elas orientadas para a melhoria da qualidade de vida das populações, estão, por exemplo, diplomas e outras tomadas de posição relacionados com o tratamento de resíduos, a regulação da actividade de extracção de areias, o combate às alterações climáticas, a promoção do transporte público e alternativo, o fomento da eficácia energética, a transparência das acções

es e recursos do Estado, a segurança rodoviária e a não discriminação dos cidadãos deficientes.

Governo infringe Lei

O traçado do gasoduto de gás natural Sines/Setúbal e a extensão do oleoduto Sines/Aveiras a Setúbal foram também, muito recentemente, objecto de uma tomada de posição do Partido «Os Verdes». Criticada é a construção da nova infra-estrutura

de transporte de gás natural, e do oleoduto com o mesmo traçado, na zona de paisagem protegida da Reserva Natural do Estuário do Sado, e na Reserva Natural de Santo André e da Sancha, salientando que se trata de um solução que já tinha sido rejeitada pelo Instituto de Conservação da Natureza e pela Comissão de Avaliação de Estudos de Impacte Ambiental.

«Não é o facto de a empresa ter apresentado posteriormente alteração ao método de transporte (perfuração dirigida) mantendo o mesmo traçado, que pode levar o Ministé-

rio do Ambiente a tomar decisões passando por cima de todos os mecanismos exigidos pela lei, neste caso concreto, pela Lei da Avaliação dos Impactes Ambientais», refere a nota aos órgãos de comunicação social de «Os Verdes», que defende a necessidade de um novo projecto.

«Qualquer alteração ao projecto que foi inicialmente chumbado, implica uma nova concepção do projecto que necessita obrigatoriamente de ser sujeito a nova avaliação de impacto ambiental - no estudo e consulta pública», sustentam «Os Verdes».

«Os Verdes» têm sido uma voz incómoda para o poder



A CDU é um espaço plural onde convergem os valores de esquerda

Arranque de mandato no terreno

Rui Sá avalia problemas na zona de Pego Negro

Rui Sá, vereador comunista no executivo camarário do Porto, visitou no passado domingo a zona do Pego Negro, onde constatou a existência de «graves problemas» no plano dos acessos pedonais e rodoviários.

Com esta deslocação àquela zona da freguesia de Campanhã, Rui Sá cumpre o compromisso por si assumido no decurso da campanha eleitoral de ali voltar após a sua tomada de posse como vereador.

Rui Sá salientou no final da visita que se trata de uma área atravessada pela Circunvalação, via de grande movimento onde os automóveis circulam a velocidades elevadas.

«O Pego Negro fica localizado no lado exterior da Circunvalação, numa área em

que há duas vias ascendentes e uma descendente e os carros passam com grande velocidade, dificultando entradas e saídas na zona», explicou.

De acordo com o vereador, que manifestou a intenção de levantar o problema na primeira reunião do executivo municipal, o principal problema que afecta a segurança dos moradores é a deficiente localização da passadeira que serve aquela área, que, apesar de dotada de semáforos, está desloca da cerca de 20 metros do acesso a Pego Negro.

Conforme referiu, «os peões que têm que atravessar para o Cerco, e sobretudo as crianças que vão para as escolas do outro lado da Circunvalação, têm que percorrer esses 20 metros ao longo da via, sem qualquer passeio».

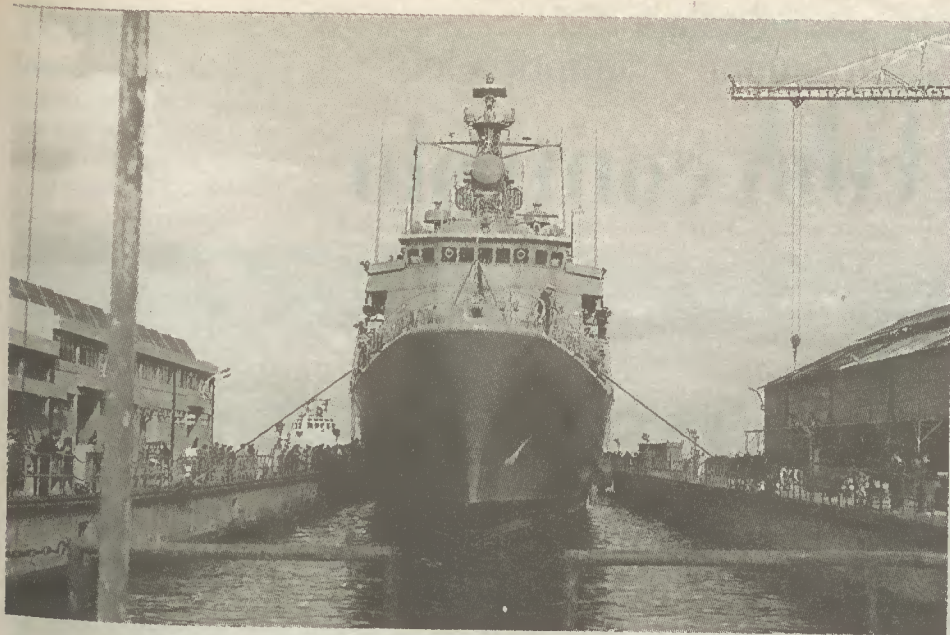
Para além de ter já provocado vários acidentes, alguns dos quais com consequências graves, esta falta de segurança culminou, no passado dia três, na morte por atropelamento de «um dos moradores que mais chamou a atenção para o problema de Pego Negro e que mais mobilizou as pessoas» para a sua denúncia.

Na opinião de Rui Sá, estes problemas são ainda agravados pelo facto da paragem de autocarro mais próxima estar situada a 150 metros do acesso a Pego Negro, obrigando os moradores a optar entre fazer esta distância a pé pela Circunvalação, ou percorrer um «caminho de cabras» sem iluminação, frequentemente por toxicodpendentes, e que, por ser de terra batida,

«fica completamente pantanoso quando chove».

Embora considere que a situação «vai ter que ser estudada pelos serviços técnicos» da Câmara, Rui Sá entende que a sua resolução passará, nomeadamente, pelo deslocamento da passadeira e respectivo semáforo cerca de 20 metros para cima.

De acordo com o vereador, responsável pelo pelouro do Ambiente e Limpeza, existem igualmente no local problemas a este nível, «embora não com a mesma gravidade». «Como responsável pelo pelouro do Ambiente e da Limpeza, vou ter que lhes dar resposta», disse, salientando ter-se comprometido a, assim que assumir as suas responsabilidades na área, «dar instruções aos serviços» para resolver esta questão.



O Arsenal é decisivo para garantir a operacionalidade e prontidão da Armada portuguesa

PCP exige medidas do Governo Em defesa do Arsenal do Alfeite

A situação do Arsenal do Alfeite continua a suscitar sérias preocupações. Avolumam-se os sinais de instabilidade, em tudo contrários às promessas do Governo de estudos e planos tendentes à consolidação e modernização dos estaleiros.

Na base das dificuldades, como o PCP tem insistentemente denunciado, está o processo de desmantelamento e privatização de estabelecimentos fabris e áreas da indústria de Defesa. Processo este indissociável da «ausência de uma visão nacional para o problema das Forças Armadas», como há três meses salientou no Parlamento o deputado comunista Vicente Merendas.

A retirada de direitos dos trabalhadores tem gerado um clima de grande instabilidade

Na ocasião, o ministro da tutela, Rui Pena, não escondeu a sua preocupação pelo quadro existente. E garantiu, em resposta ao deputado do PCP, ter em preparação um plano «estruturante» destinado a todos os estabelecimentos ligados à construção e à manutenção naval no sentido de haver uma integração e um aproveitamento das respectivas sinergias. Falou mesmo em

«pôr um ponto final na degradação».

Ora a verdade é que até ao momento nada mudou. E continuam, como salienta Vicente Merendas em requerimento que dirigiu na passada semana ao Governo, as «medidas unilaterais de retirada de direitos dos trabalhadores», mantendo assim «um clima de grande instabilidade com graves consequências para os trabalhadores e para o funcionamento do estaleiro».

O que justifica a pergunta do deputado comunista no sentido de saber que medida célere tenciona o Governo adoptar para «travar o processo de desestabilização que se vive no estaleiro» e para que este continue ao serviço da Marinha.



Utentes querem ver melhoradas as acessibilidades

Utentes de Transportes da Margem Sul Dar voz às preocupações

A Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul solicitou à administração da BRISA uma reunião com vista à exposição de algumas situações que preocupam a generalidade dos habitantes da Margem Sul.

A abertura de acessos à A2 entre os nós do Centro Sul e o Fogueiteiro e a instalação de painéis luminosos de informa-

ção aos condutores constituem duas matérias que a Comissão de Utentes quer abordar com os responsáveis da Brisa.

De acordo com o pedido de reunião, formalizado no passado dia sete, na agenda de trabalhos deverão estar igualmente a colocação de mais estruturas insonorizadoras junto de núcleos habitacionais, bem como a reparação

das estruturas de passagens inferiores, dado o impacto sonoro originado pela passagem dos veículos, como sucede na passagem mais a Norte de Corroios.

A Comissão de Utentes, segundo comunicado chegado à nossa redacção, coloca ainda a questão da necessidade de mais travessias sobre e sob a A2.

Da violência

*Do rio que tudo arraste
se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem*

Bertolt Brecht

Reflexões caóticas

• José Brinquete

Tenho um amigo que me procura com regularidade para bebermos um copo na noite bragançana, onde o tema da conversa é invariavelmente a política. Seja ela o desporto, as religiões, a luta de classes, o imperialismo travestido de social-democracia, etc. Só não falamos do futebol do campeonato da liga. De resto, todas as conversas são possíveis. As nossas tertúlias são, sempre, num dos muitos Pub's que existem nesta cidade. Procurando não nos sedentarizarmos, rodamos por quase todos, muito embora confesse que tenho uma simpatia particular pelo «Duque», situado dentro das muralhas do castelo.

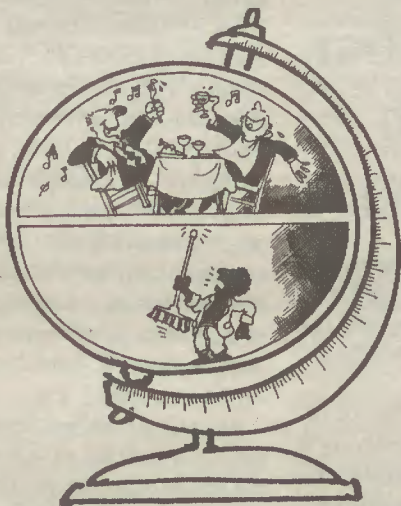
O início da conversa começa com dois personagens mas é habitual aparecerem outros amigos que entram, sentam-se e participam na conversa. Esta é uma forma agradável de passar-mos algumas das noites do Nordeste Transmontano, neste inverno que de tão seco, já,

a sua curta experiência, a tragédia que foi a derrota e a mortandade dos revoltosos, dizendo que, esta serviu para ferir de morte, duma forma definitiva, todas as monarquias absolutistas. Por outro lado, embora não tivesse um programa e uma direcção política, serviu, ainda, como experiência revolucionária para os explorados e oprimidos de todos os tempos. A Comuna de Paris, dizia, mostrou e demonstrou qual o maior perigo para as classes dominantes, isto é, as classes dominadas e exploradas, também, saberem e poderem governar.

O meu amigo não se esqueceu da Revolução de Outubro de 1917 e da experiência que foram os cerca de 70 anos de Socialismo. A este respeito falou preferencialmente das grandes conquistas consubstanciadas; na abolição da exploração do homem pelo homem; na ciência; na cosmonáutica; na medicina; no desporto; etc. Conquistas essas que, na hora da derrota, foram completamente esquecidas e escondidas.

A certa altura recordei-lhe o princípio da não violência e a necessária legitimidade para a prática de determinados actos políticos. Só que, o meu amigo não desarmou e, para espanto meu, voltou a disparar argumentos, agora apoiado na nossa história pátria, dizendo, nomeadamente, se eu sabia em que dia se realizaram eleições para que o Rei Afonso Henriques ganhasse legitimidade para fundar Portugal. Ou, quando foram as eleições para que os republicanos apeassem a monarquia e instaurassem o regime republicano. Ou, ainda, quem deu legitimidade eleitoral aos militares de Abril para deporem o regime fascista.

Há falta de argumentos para manter a polémica recorri, pela última vez, a uma chamada de atenção que me parecia essencial, isto é, tentei fazer ver ao meu parceiro de conversa que não podíamos ignorar o facto de a «pátria da liberdade e da democracia» ser a América e nós nos situarmos no dito mundo ocidental. Portanto, era nosso dever respeitarmos as regras do jogo «democrático». Mais uma vez, tive de ouvir daquilo que não esperava, quando ele me lembrou que o presidente dos EUA foi eleito com menos votos do que o seu adversário, que Bush e o seu país actuam no plano internacional com métodos terroristas, desrespeitam sistematicamente os acordos internacionais e fazem «tábua rasa» do papel institucional da ONU, vivendo à custa da exploração e opressão de outros povos e países. A nossa conversa, versando o tema o papel da violência na história, prolongou-se pela noite dentro. No final veio-me à memória um outro poema de Bertolt Brecht «ELOGIO DA DIALÉCTICA», quando no início diz: *A injustiça avança hoje a passo firme / Os tiranos fazem planos para dez mil anos / O poder apregoa; as coisas continuarão a ser como são / Nenhuma voz além da dos que mandam.*



teve as temperaturas negativas mais baixas dos últimos trinta anos. No último encontro e na companhia de um whisky de malte (talvez por ser fim de ano, época mais favorável a extravagâncias), a nossa conversa resvalou para o papel da violência na história.

Estávamos, precisamente, falando do papel da violência na história, quando eu tentava meter água na fervura, provavelmente, fruto desta minha costela «contemporizadora» (quem sabe se o gosto pelo whisky velho, não é um preocupante sintoma ideológico?), eis que o meu interlocutor dispara de rajada um conjunto de dados histórico que me deixaram quase sem argumentos. Começou por me questionar sobre a revolta dos escravos liderada por Spartacus, dizendo que pelo facto destes escravos não terem saído vitoriosos não deixaram de ter razão. E da justeza do objectivo que prosseguiam: acabar com o sistema indigno e desumano que era escravatura. Ao mesmo tempo considerava que a violência não vinha de quem se queria libertar mas sim do regime opressor «escravagista» que os oprimia. E, concluiu: há muitas lutas justas que não são vitoriosas no imediato! Depois recordou a Comuna de Paris,

Cantinas

Uma greve a 24 e 25 deste mês foi convocada pela Fesah/CGTP para o sector das cantinas, refeitórios, áreas de serviços e bares concessionados. A federação responsabiliza os representantes patronais pelo recurso a esta forma de luta, pois propuseram «de forma arrogante» apenas 3,5 por cento de actualização salarial. Ficando abaixo da inflação verificada em 2001, tal valor faz com que o salário real dos trabalhadores diminua «ainda mais do que nos anos anteriores». O comportamento dos patrões é considerado «injusto e prepotente», exigindo a Fesah aumentos salariais de 7 por cento e a garantia de, no mínimo, mais 30 euros por mês.

Enfermeiros

A greve convocada para 28 de Janeiro e dias seguintes, no Hospital de São João, mantém-se, por decisão tomada sexta-feira, em reunião geral de enfermeiros – informou a delegação do Porto do SEP/CGTP. O sindicato valoriza o facto de o conselho de administração do hospital ter declarado que vai suspender até final do ano a decisão de não renovar regimes de horários acrescidos, mas vai solicitar reuniões com os administradores do São João e da ARS, uma vez que os enfermeiros ainda não viram revogada aquela deliberação, tal como não foi publicado um parecer de Agosto sobre competências dos enfermeiros-chefes (directores de serviço); este foi até contrariado por um recente comunicado do presidente da administração do hospital.

Orgalimpe

Pelo pagamento de salários em atraso, trabalhadores da empresa de limpeza hospitalar Orgalimpe manifestaram-se segunda-feira, frente a instalações da firma em Algés. Citando um dirigente do STAD/CGTP, a Lusa informou que cerca de 300 empregados da Orgalimpe têm um mês de salário em atraso (Dezembro de 2001), não dispõem de seguro de saúde e não podem beneficiar da Segurança Social. Os cerca de 40 trabalhadores exigiram responsabilidades a dois dos sócios da Limposegur, que é, segundo o dirigente sindical, uma filial da Orgalimpe. Os dois responsáveis da Limposegur saíram sob escolta da PSP.

Luto

Os civis da Força Aérea estão, desde segunda-feira e até amanhã, a manifestar o seu descontentamento por a hierarquia e o Governo arrastarem o atraso na correcção de anomalias, desde 1998. Além da correcta aplicação do decreto-lei 404-A/98, os trabalhadores exigem a apresentação urgente de um projecto de revisão de carreiras e do sistema retributivo, informou o Steffas/CGTP.

Mantém-se a exigência à IGT para obrigar a Yazaki Saltano a cumprir a lei

Lavabos com controlo

Após a forte denúncia do SIEC/CGTP e dos trabalhadores, os responsáveis da empresa apresentaram justificações perante as câmaras de televisão e aliviaram a pressão, mas não foi anulada a ordem para limitar as idas à casa de banho.

Na semana passada, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro manifestou publicamente indignação contra o facto de, na fábrica da Yazaki Saltano, em Ovar, um superior hierárquico ter instituído «entraves à realização das necessidades mais elementares do ser humano, as necessidades fisiológicas».

Uma ordem de serviço emitida em Novembro suscitou vivo descontentamento e foi formalmente contestada pelo SIEC e pela sua comissão sindical na empresa. Os trabalhadores, na sua maioria mulheres, ficaram impedidos de usar os lavabos na

hora de trabalho, fora dos condicionamentos impostos superiormente. «Chegaram ao ponto de serem orientados para a necessidade de trazerem declarações médicas, com intuito de se poderem deslocar às casas de banho», repudiou o sindicato, numa nota enviada à imprensa no dia 9. Com o comunicado,

o sindicato distribuiu também a cópia de uma dessas declarações médicas.

Uma questão... de educação

A ilustrar «a afronta e arrogância» do responsável da Yazaki Saltano, o SIEC relatou que ele «foi ao ponto de afirmar perante os trabalhadores e trabalhadoras que «é uma questão de educar as bexigas»». Noutro momento, questionado sobre uma necessidade de, no Verão, por se beber mais água, ser necessário ir mais frequentemente à casa de banho, explicou que «os líquidos saem pela transpiração» e ameaçou que «quem não estiver interessado, a porta da rua é a serventia da casa».

Quando o sindicato levantou a questão, a 18 de Dezembro, numa reunião que teve lugar no IDICT, em



A firmeza da denúncia obrigou os responsáveis da Yazaki a recuar, mas a ameaça persiste

Aveiro, a responsável pelos Recursos Humanos da Yazaki disse desconhecer a comunicação de serviço distribuída na fábrica; os inspectores do IDICT, segundo o SIEC, «mostraram a sua indignação».

Depois dessa reunião, nada foi alterado, o que levou a comissão sindical a colocar a questão formalmente à Direcção de Recursos Humanos da empresa, no dia 3 de Janeiro. Questio-

onava o motivo de tais orientações e qual a base legal em que foram suportadas, uma vez que a comunicação de serviço viola, nomeadamente em três pontos, a Lei 73/98. «Não houve resposta», diz o SIEC, que já na altura avisava que iria denunciar publicamente a situação.

No dia 9 seguiu para a Inspeção Geral do Trabalho um pedido de intervenção na empresa, «com o

intuito de repor a normalidade das condições de trabalho». Ao denunciar a situação publicamente e revelar que tinha recorrido à IGT, o SIEC e a comissão sindical da Yazaki Saltano ressaltaram que «não pretendem denegrir a imagem da empresa, mas sim chamar a atenção de todos para factos que julgávamos ultrapassados no modelo de gestão dos recursos humanos».

Em três pontos apenas...

A «comunicação de serviço» distribuída aos sectores de produção por F. Monteiro, com data de 12 de Novembro de 2001, refere como «assunto» o «cumprimento dos horários de trabalho». Consta de nove pontos, a maioria dos quais se limita a repetir princípios elementares de funcionamento da produção. A novidade é, apenas, o tom de ameaça: os atrasos, tanto na chegada ao posto de trabalho, como na colocação dos equipamentos em marcha, «serão utilizados para uma posterior avaliação», mas sair

antes do «toque» poderá resultar em «acção disciplinar».

A contestação do SIEC centra-se apenas em três pontos, que rezam assim:

«6) Não é permitido nenhum trabalhador deslocar-se aos lavabos 30 minutos antes de cada período de trabalho, assim como após os intervalos.

7) Só deve ser permitida a deslocação aos lavabos de um trabalhador de cada vez.

8) O tempo de permanência nos lavabos deve ser também controlado pela chefia.»

CCT lança alerta em defesa da Petrogal

A Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal chamou, na semana passada, a atenção para o actual momento que se vive na empresa, sublinhando que «não podemos estar alheados».

O motivo próximo foram textos do presidente da Galpenergia, Rui Vilar, e de Mira Amaral, ex-ministro da Indústria, publicados dia 7, em dois jornais diários. Os artigos «evidenciam a grave situação que vem envolvendo a empresa e que a está atravessando na sua globalidade», afirmando a CCT que «o que está nas entrelinhas e por trás delas são, claramente, lutas de poder e de interesses de grupo». «A não se lhes pôr fim, poderão ser a porta aberta (escancarada) para a destruição da empresa, com milhões de contos entretanto abocanhados pelo grande capital e seus servidores e uma cada vez maior dependência económica de Portugal», previne a estrutura representativa de todos os trabalhadores da Petrogal.

Álibi

Para a CCT, «os acontecimentos políticos que o País está a viver não podem ser álibi para a destruição da empresa, nem podem servir para justificar a sua subordinação a interesses estrangeiros». Recusa igualmente que o contexto actual permita «uma gestão ao sabor da onda», «a suspensão de investimentos necessários», «a descabida organiza-

ção empresarial que está em marcha», «a substituição das nossas competências por consultores externos de toda a ordem e feitio», «uma política de amiguismo, de desnecessárias admissões, colocações e estranhas práticas remuneratórias».

No comunicado são colocadas questões preocupantes:

- «Que gestão é esta, que permite diversas interpretações sobre o futuro imediato da Refinaria do Porto?»

- «Qual o significado da concorrência passar a dominar postos de abastecimento Galp?»

- «Que história é esta de deixar de haver interesse em produção própria de petróleo, para mais quando ela já era garantida?»

- «Que fusão ou aproveitamento de sinergias ocorre com o definhamento e desmantelamento de serviços, a par da criação de novas empresas que não têm nenhuma justificação?»

- «Como é possível persistirem e até multiplicarem-se os mais díspares tratamentos de gestão entre os trabalhadores?»

- «Que empresa de futuro se constrói com constantes guerras intestinas entre os que têm altas responsabilidades de gestão e de governação?»

A sublinhar a importância de, no actual momento, os trabalhadores serem chamados a «tomar posição e reagir conjuntamente», a CCT evoca outras ocasiões marcantes nos quase 28 anos de vida da empresa, desde a criação da própria Petrogal, com a implementação de um acordo que passou a abranger todos os trabalhadores, até actualizações salariais gerais.

Têxteis

Reúne hoje no Porto o plenário geral de sindicatos dos têxteis, lanifícios, vestuário, calçado e peles, para analisar a actual situação da contratação colectiva e «promover acções que permitam aos trabalhadores terem novos e justos salários em 2002, já com efeitos a partir do final do mês de Janeiro», informou a Fesete/CGTP-IN. A federação acusa as associações patronais dos têxteis, vestuário e calçado, com quem iniciou negociações em Dezembro, de usarem «vários argumentos com o objectivo de manter a matriz dos baixos salários e, inclusive, em 2002, diminuir os salários reais», procurando que as remunerações contratuais da maioria dos trabalhadores fiquem «encostados ao salário mínimo nacional». Na nota divulgada à comunicação social salienta-se que a generalidade das empresas dos sectores de têxteis, vestuário, têxteis-lar, malhas, lanifícios e cordoaria vive uma situação «boa», enquanto o calçado atravessa um momento «excelente», registando-se níveis de crescimento da produtividade entre 6 e 13 por cento, muito acima da média nacional. As propostas dos representantes do patronato, «após várias reuniões, não chegam sequer aos 3 por cento», protesta a Fesete.

Automóvel

À porta da Santogal, que exerce a presidência da associação patronal ACAP, foi ontem bater a comissão negociadora sindical do contrato colectivo do sector automóvel. A Fequimetal/CGTP pretendeu assim reclamar a conclusão das negociações, que se arrastam desde 1997, sem acordo, uma vez que os representantes do patronato pretendem «desqualificar as profissões e pôr em causa os horários diários e semanais».

Inflação

Em 2001 foi de 4,4 por cento a inflação média em Portugal. Os preços subiram 0,2 por cento em Dezembro, enquanto a inflação homóloga baixou 0,2 pontos percentuais, para 3,7 por cento. Os dados do INE, referidos anteontem pela Lusa, indicam que a inflação média de 2001 é a mais elevada desde 1994. Os mais elevados aumentos de preços em Dezembro verificaram-se nas classes «alimentação e bebidas não alcoólicas» e «vestuário e calçado». Por grupos de produtos, as maiores subidas médias anuais registaram-se nos «produtos hortícolas, batata e outros tubérculos» (18,4 por cento), no «gás» (14,3 por cento) e nos «transportes aéreos de passageiros» (12,3 por cento). No mesmo dia, o Banco de Portugal reviu em baixa as suas previsões, apontando para níveis de acréscimo do PIB situados entre 1,5 e dois por cento, em 2001, e entre um e 1,75 por cento em 2002.

Governo «de gestão» permite impunidade

CGTP exige acção

Carvalho da Silva condenou duramente um patrão de Coimbra, que aos trabalhadores que quer despedir propôs uma indemnização quatro vezes inferior ao mínimo legal.

O secretário-geral da CGTP-IN exigiu anteontem do Governo medidas práticas contra o clima de impunidade em que se movimentam «empresários vigaristas», que não cumprem as suas obrigações perante o

Estado e os trabalhadores. «O facto de o Governo estar em gestão não o libeia de ser o Governo do País», declarou Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa, ao intervir perante trabalhadores da Sociedade de Porcelanas e da Fábrica de Cerveja de Coimbra, concentrados junto à Câmara Municipal antes da posse do novo executivo camarário, presidido por Carlos Encarnação (PSD), reclamando uma intervenção para a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento de salários em atraso.

Para o dirigente sindical, os ministérios «não podem continuar a assistir sem resposta» a situações como a que está a ser vivida na Sociedade de Porcelanas, cujo patrão pretende libertar-se dos trabalhadores «por meia dúzia de tostões» para ir «ganhar dinheiro com negócios paralelos, de especulação imobiliária». O Governo «deve obrigar nas próximas horas o empresário da Sociedade de Porcelanas a dizer que assume os

compromissos quanto ao pagamento de salários e ao futuro da empresa», exigiu Carvalho da Silva.

Os trabalhadores lutam e resistem à ofensiva do patronato e do Governo

aos trabalhadores a rescisão dos contratos «recebendo um quarto daquilo a quem têm direito».

Face à necessidade de deslocação da Sociedade de Porcelanas, alegada pela empresa, Carvalho da Silva sugeriu que o novo presidente da Câmara apresente propostas de terrenos onde a unidade possa ser instalada.

A Sociedade de Porcelanas, cujos trabalhadores entraram em greve na segunda-feira, tem em dívida para com os cerca de 200 trabalhadores – entre os quais 20 casais – os salários de Dezembro e 70 por cento do subsídio de Natal.

Os cerca de 120 trabalhadores da Fábrica de Cervejas de Coimbra contestam o anunciado encerramento da linha de enchimento da unidade fabril. É intenção da administração encerrar a linha de enchimento de Coimbra, mantendo nesta cidade apenas uma representação comercial. O encerramento da linha da unidade está pre-

visto para o próximo mês, tendo a Central de Cervejas apresentado propostas de rescisão dos contratos aos trabalhadores da linha de enchimento, que no entanto resistem e exigem a manutenção da laboração.

Pelos direitos

Amanhã e sábado decorre em Lisboa um encontro nacional de quadros da CGTP, para balanço da actividade de formação sindical e lançamento da campanha para efectivação dos

direitos dos trabalhadores, que decorre até final do ano, para responder à «forte ofensiva do patronato, com a cobertura do Governo, para restringir, enfraquecer, alterar para pior, quando não para eliminar direitos» conquistados e consagrados.



Velhas promessas e novas ameaças levam os trabalhadores das autarquias a prepararem a continuação da luta

STAL marca plenários

No final do processo de negociação suplementar do Governo com a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, na passada quinta-feira, o executivo demissionário manteve «a mesma posição prepotente», que levou ao rompimento unilateral das negociações com os sindicatos e à imposição de uma actualização salarial de apenas 2,75 por cento. Reagindo a este desfecho, a Direcção Nacional do STAL/CGTP, reunida no mesmo dia, decidiu realizar uma «jornada de esclarecimento e auscultação dos trabalhadores, com a realização de reuniões distritais e plenários».

O órgão dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Autarquias Locais considerou «inaceitável» o comportamento do Governo

nas negociações salariais para 2002, que vem agravar o poder de compra dos salários, contrariando os compromissos, publicamente assumidos pelo primeiro-ministro e pelo PS, no sentido de evitar perdas salariais.

Foi «com preocupação» que os dirigentes do STAL registaram «as intenções de Ferro Rodrigues, candidato a secretário-geral do PS, que afirma desejar introduzir na Administração Pública o contrato individual de trabalho, bem como as de Durão Barroso, secretário-geral do PSD, que anuncia novas intenções privatizadoras».

O sindicato afirma, na nota que divulgou à comunicação social, que o Governo «poderia e deveria ter impedido a desvalorização dos salários». Para o STAL também não se justifica invocar que o Gover-

no é «de gestão», uma vez que, «não querendo assumir uma posição política no sentido da valorização dos salários, acabou por tomar outra de sentido exactamente contrário e profundamente lesiva dos interesses dos trabalhadores».

Além das reuniões e plenários e a par da participação nas iniciativas que venham a ser decididas na Frente Comum, foram ainda marcados para Fevereiro três encontros nacionais descentralizados, no quadro da campanha da CGTP pela efectivação dos direitos. Nos locais de trabalho vai ser aprofundada a elaboração de cadernos reivindicativos. O STAL decidiu igualmente «aprofundar a discussão sobre a exigência de um novo sistema retributivo e de carreiras profissionais».

Marcada concentração na Portugal Telecom

A Comissão de Trabalhadores e doze estruturas sindicais convocaram para dia 22, terça-feira, às 16 horas, uma concentração nacional em Lisboa, na Rua Andrade Corvo, como forma de protesto contra a prepotência da administração da PT Comunicações, que abandonou as negociações salariais no dia 7 e decidiu impor, por acto de gestão, uma actualização de 3,3 por cento.

Para a concentração, a CT, o Sinttav, o STPT, o Sindetelco, o SNTCT, o Sicomp, o Tensiq, o STT, o Site-se, o SNAQ, o SERS/SEM, o

SETN e o SNET, reunidos no dia 10, decidiram chamar trabalhadores no activo, na pré-reforma ou em situação de suspensão. «Vamos reagir todos, a uma só voz», apelam as organizações representativas, que encaram a manifestação de descontentamento como uma exigência de que «a actividade sindical e a livre negociação colectiva não sejam postas em causa» na empresa.

A reunião dos representantes dos trabalhadores da PT Comunicações foi convocada por iniciativa da CT, que logo no dia 9 condenou a «postura

altamente reprovável, da exclusiva responsabilidade da administração presidida pelo eng.º Carlos Antunes, em relação ao normal desenrolar das negociações do Acordo de Empresa» para 2002.

Além da actualização salarial, inferior à inflação verificada e que a todos prejudica, a CT e os sindicatos querem também que seja corrigida a injustiça relativamente aos trabalhadores que foram para a pré-reforma desde o primeiro dia de 2001 e que viram as alterações no IRS reduzir-lhes o poder de compra.

Contra o fecho da Anodipol

A multinacional SAPA anunciou oficialmente a intenção de encerrar a filial no Pombal e despedir os seus 55 trabalhadores, mas o Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Coimbra e Leiria revelou que, conforme decisão tomada em plenário, são contestados os argumentos invocados pelos patrões da empresa, acusados de pretenderem lançar sobre os trabalhadores «todos os custos de uma gestão que eles próprios reconhecem ineficaz».

«A Anodipol tem feito o papel de parente pobre do grupo», denuncia o sindicato, recordando que os trabalhadores são mal pagos, têm de trabalhar dia e noite e aos sábados e domingos, e são tratados «como se ainda vivêssemos no tempo da outra senhora». Com a comunicação entregue na semana passada aos delegados sindicais, «percebe-se

agora onde a SAPA queria chegar» quando, nos dias 2 e 3 de Julho do ano passado, determinou que o pessoal da Anodipol fosse dispensado do trabalho «com vista a ser feita uma operação técnica, que ninguém sabia a que se destinava», mas que custou aos trabalhadores o desconto abusivo dos dias.

A SAPA, refere o sindicato, emprega sete mil trabalhadores na Europa, Estados Unidos e China, ocupando uma forte posição mundial no sector do alumínio. Da multinacional fazem parte a Sapa Anodil – responsável pela actividade em Espanha, Portugal e Moçambique, e que detém duas fábricas no Cacém e uma em Avintes – bem como as filiais Anodipol e Equipacento (esta em Ílhavo), para tratamento de alumínio, e Fipor (em Águeda), para produção de feiras.

Trabalho infantil diminui

O número de casos de trabalho infantil detectados pela Inspeção Geral do Trabalho diminuiu para menos de metade no período entre 1999 e 2001. Nos três primeiros trimestres do ano passado, foram feitas mais de 2300 inspeções e foram detectados 71 casos de trabalho infantil em 29 empresas. As áreas do calçado, do vestuário e da construção civil são as que empregam mais crianças, na sua maioria com 15 anos. Em 1999, a Inspeção Geral do Trabalho efectuou cerca de 4700 visitas. Em 198 empresas foram detectados 233 menores de 16 anos a trabalhar. Em 2000 foram detectados 126 casos num total de 5600 inspeções.

Pílula do dia seguinte para menores franceses

Os menores franceses podem obter a pílula do dia seguinte gratuitamente e sem receita médica em qualquer farmácia do país. A medida entrou em vigor na quinta-feira. As farmácias serão reembolsadas posteriormente pela segurança social. Os jovens franceses já anteriormente podiam obter a pílula do dia seguinte nas enfermarias das escolas.

Reforma do ensino em Espanha

O Governo espanhol anunciou uma nova «lei de qualidade» para o ensino do país, que está a provocar a contestação de estudantes, professores, pais e partidos da oposição. As críticas dirigem-se principalmente para a separação dos alunos com 14 anos (conforme a sua avaliação e rendimento) e a recuperação de um exame no fim do bacharelato. A degradação do ensino público será outro polo dos protestos. Estão já previstas iniciativas de contestação para o fim de Fevereiro e início de Março.

Neonazis aumentam na Suíça

O número de jovens neonazis está a aumentar na Suíça, revelaram esta semana as autoridades helvéticas. Segundo a polícia federal, os métodos utilizados também se tornaram mais violentos. Estima-se que, no fim do ano passado, existiram 950 «cabeças rapadas» em toda a Suíça. Julga-se que em 2000 existiram entre 800 e 900. O cantão de Argóvia é o palco do maior aumento, seguido de Basileia e Zurique. É cada vez mais comum adolescentes de 12 e 13 anos participarem em reuniões e concertos promovidos por grupos neonazis. Estes concertos têm frequentemente assistências de cerca de um milhar de pessoas. Nos últimos incidentes registados, verificou-se que a violência usada contra pessoas (na maioria estrangeiros) e objectos aumentou.

Conselho Directivo do Técnico instaura processo de averiguações a ex-presidente da Associação de Estudantes

O cartaz e a revolta

O ex-presidente da Associação de Estudantes do Técnico, João Rosa, é alvo de um processo de averiguações por parte do Conselho Directivo. Em causa está um cartaz onde acusa de difamação cinco colegas e apresenta as suas características: comunistas, homossexuais e praticantes de actos ilegais.

O Conselho Directivo do Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa, instaurou um processo de averiguações ao ex-presidente da Associação de Estudantes, João Santos Rosa.

As averiguações poderão desencadear um processo disciplinar

Razão: em meados de Dezembro, João Rosa assinou e afixou várias cópias de um cartaz onde faz questão de «apresentar à escola aqueles que me difamam». Segue-se o nome de cinco alunos do IST,

Dirigente da JCP, José Vasconcelos, comenta «É um ataque muito baixo»

José Vasconcelos, membro da Assembleia de Representantes do IST e responsável do colectivo da JCP do Técnico, é um dos visados pelo cartaz. Em entrevista, afirma que João Rosa sabe que as acusações são falsas e lamenta que o ex-presidente da AE integre a Comissão de Juventude do PSD: «É pessoas destas que querem ter à frente do País?»

- Como comentas as posições do cartaz?

- O cartaz é lamentável. Não estava à espera. A direcção fez muitas coisas mal, inclusive arrancar cartazes de grupos de alunos durante a discussão sobre a Secção de Folhas. Até foram colados cartazes falsos assinados pelo «Ponto de Fuga», mas nunca soubemos quem foram os autores. Os estudantes tiveram um comportamento decente, nunca houve ataques pessoais, por isso acho lamentável que o João Rosa, pouco antes de sair da direcção, faça um cartaz deste tipo. Eu e o Sérgio Morais não somos os mais lesados, só temos três linhas, embora com mentiras.

- O cartaz diz que perderam todas as eleições, mas tu foste eleito para a Assembleia de Representantes?

- Sim e pela lista mais votada. E não me candidatei a nenhum outro lugar. Mas não somos os mais lesados: o Pedro Fonseca é caracterizado como um homossexual que se «tem vindo a fazer» ao João Rosa, o José Guimaraes é descrito quase como um psicopata e o Pedro Pato é apresentado como um megalómano. É um ataque muito baixo. Nunca fizemos nenhuma crítica pessoal, nem poderíamos fazer. A nossa discussão centrou-se na Secção de Folhas. Nós éramos muitas vezes chamados de mentirosos, o ataque foi sempre unilateral.

- Como vês o processo de averiguações do conselho directivo?

- O João Rosa fez várias acções de difamação do conselho directivo e não participou na maioria das reuniões daquele órgão. Ele nunca deu motivos para ser respeitado no Técnico e agora que faz um ataque aos alunos, o conselho directivo tem razões para instaurar o processo a um aluno que teve atitudes não muito dignas.

- O que achas que seria justo acontecer?

- Não sei muito bem quais as medidas possíveis. Pessoalmente considero a acusação incómoda.

- João Rosa sabe que és membro da Assembleia de Representantes?

- Francamente, acho que sim. Ele diz que tem provas, logo sabe e, se sabe, está a mentir. Quanto às medidas, acho que devia haver algum tipo de repreensão escrita. Isto não pode acontecer, porque já não é a primeira vez que a direcção ataca alunos do Técnico. Não sei se uma suspensão é justa, mas deve ficar o exemplo.

É grave que o João Rosa diga que tem provas de coisas que são mentira. O cartaz não traz nenhuma informação, é um ataque pessoal a elementos que se têm mostrado muito activos e são bastante incómodos a uma direcção que tem sido altamente antidemocrática.

- Qual terá sido o objectivo do cartaz? Uma vingança ou desautorizar-vos perante os alunos do IST?

- Não sei bem qual foi a intenção dele. Pensou que não tinha nada a perder. Em declarações ao Público, disse que foi um desabafo, mas é um «desabafo» que se está a virar contra ele. Viu-se a pessoa pouco séria que ele está a ser. Já se questiona como é que alguém que faz um cartaz altamente preconceituoso pode estar na Comissão de Juventude do PSD. É pessoas destas que os outros partidos querem ter à frente do País? É de lamentar.

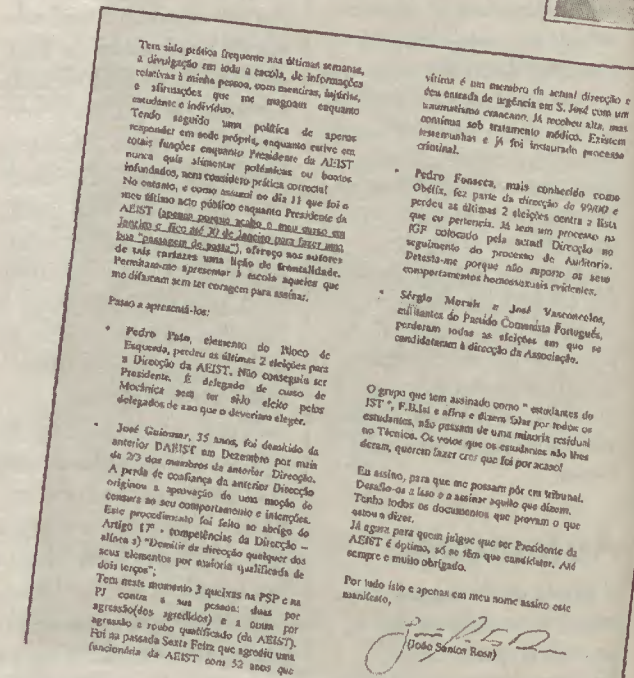


envolvidos na polémica sobre a privatização da «Secção de Folhas» – a repografia da AE –, alguns integrados no «Ponto de Fuga», movimento constituído no início do ano lectivo por um grupo de alunos. Todos eles integraram a Comissão para o Estudo da Secção de Folhas, eleita em Reunião Geral de Alunos.

Dois desses alunos são militantes da JCP, José Vasconcelos e Sérgio Morais. O então presidente da AE faz a sua apresentação: «Militantes do PCP, perderam todas as eleições em que se candidataram à direcção da Associação.» José Vasconcelos, membro da Assembleia de Representantes do IST e responsável do colectivo da JCP do Técnico, lamenta as afirmações do cartaz (ver caixa nesta página).

De outro estudante, João Rosa refere que é «mais conhecido como Obélix», pertencia a uma antiga direcção e «tem um processo na Inspeção Geral de Finanças colocado pela actual direcção». «Detesta-me porque não apoio os seus comportamentos homossexuais evidentes», concluiu.

De outro aluno diz que foi demitido da anterior direcção – da qual João Rosa também foi presidente –, que é alvo de três queixas na PSP e na Polícia Judiciária por agressão e



«O cartaz é um ataque pessoal a elementos que se têm mostrado muito activos e são bastante incómodos a uma direcção que tem sido altamente anti-democrática», considera José Vasconcelos

roubo qualificado e refere as suas «vítimas»: uma funcionária e um membro da direcção.

Finalmente, o quinto estudante é apresentado como «elemento do Bloco de Esquerda», que «não conseguiu ser presidente», acrescentando que «é delegado de curso de Mecânica sem ter sido eleito pelos delegados de ano que o deveriam eleger».

Rosa classifica o cartaz como «uma lição de frontalida-

de». «Eu assino para que me possam pôr em tribunal. Desafio-os a isso e a assinar aquilo que dizem. Tenho todos os documentos que provam o que estou a dizer. Já agora, para quem julgue que ser presidente da AEIST é ótimo, só se tem que candidatar-se», declara.

Segundo o Conselho Directivo, foi nomeado um instrutor para o processo de averiguações, que poderá desembocar num processo disciplinar.

Coimbra aprova Carta de Direitos e Deveres dos Estudantes

O Senado da Universidade de Coimbra aprovou por unanimidade a Carta de Direitos e Deveres dos Estudantes, na reunião de quarta-feira da semana passada. Este documento – previsto nos Estatutos da instituição há 12 anos – prevê que todos os alunos têm direito a uma avaliação de conhecimentos, «realizada em concordância com o ensino ministrado, com claro conhecimento dos critérios em que se baseia».

Por outro lado, reconhece o direito aos estudantes de participar na vida académica, nomeadamente na gestão da Universidade, «sem prejuízo

das suas actividades curriculares». A Carta de Direitos consagra ainda o estatuto de atleta de alta competição.

Victor Salgado, o presidente eleito da Associação Académica de Coimbra, ficou surpreendido com a aprovação da Carta. «Não havia um documento final que agradasse a todos os senadores, mas finalmente chegou-se a um consenso», afirmou, em declarações à agência Lusa. «A sua aprovação tem sido sucessivamente adiada por dificuldade em chegar a uma versão final sem ferir susceptibilidades», acrescentou.

O documento tem agora de se regulamentar, num prazo entre 60 e 90 dias.

No mesmo dia, Helena Nazaré tomou posse como reitora da Universidade de Aveiro. «A universidade portuguesa está numa das mais problemáticas encruzilhadas das últimas décadas», afirmou na ocasião, defendendo que os problemas do ensino superior decorrem da actual conjuntura económica em Portugal e na Europa, da situação de contracção do número de alunos e das alterações previstas na Declaração de Bolonha.

Direcção Nacional da JCP aponta prioridades para 2002

Congresso marcado para 2 e 3 de Novembro

A agenda da JCP está repleta. Este ano será marcada pelo 7.º Congresso e várias campanhas: de recrutamento, de fundos e de defesa da paz no mundo. Prevê-se que o saldo seja o reforço da organização.

2002 será um ano importante para a JCP. A Direcção Nacional da organização, reunida no fim-de-semana, marcou o 7.º Congresso para 2 e 3 de Novembro. Até lá terá lugar uma campanha de recrutamento de 2002 novos militantes e uma campanha de fundos de 50 mil euros para a realização do congresso.

As eleições legislativas marcam inevitavelmente o ano. Por isso, a Direcção Nacional recorda que «num quadro de forte bipolarização entre o PS e o PSD os nossos esforços devem ser fortemente voltados para o contacto directo com a juventude, ganhando-a para as propostas, o projecto e o voto na CDU, sendo este o voto que conta para a resolução dos problemas juvenis, um voto que conta para uma verdadeira política de esquerda para a juventude».

«Quanto maior for o reforço eleitoral da CDU, quer em

votos quer na sua tradução em número de deputados, mais condições de sucesso terá a luta dos direitos dos trabalhadores e da juventude», sublinham os jovens comunistas.

O voto na CDU conta para uma real política de esquerda para os jovens

As principais linhas de acção apontadas pela Direcção Nacional relacionam-se

com a dinamização das iniciativas da Juventude CDU, de forma a chegar ao maior número possível de jovens em escolas, empresas e locais de convívio. Para isso, conta com a grande participação de jovens, como candidatos e activistas.

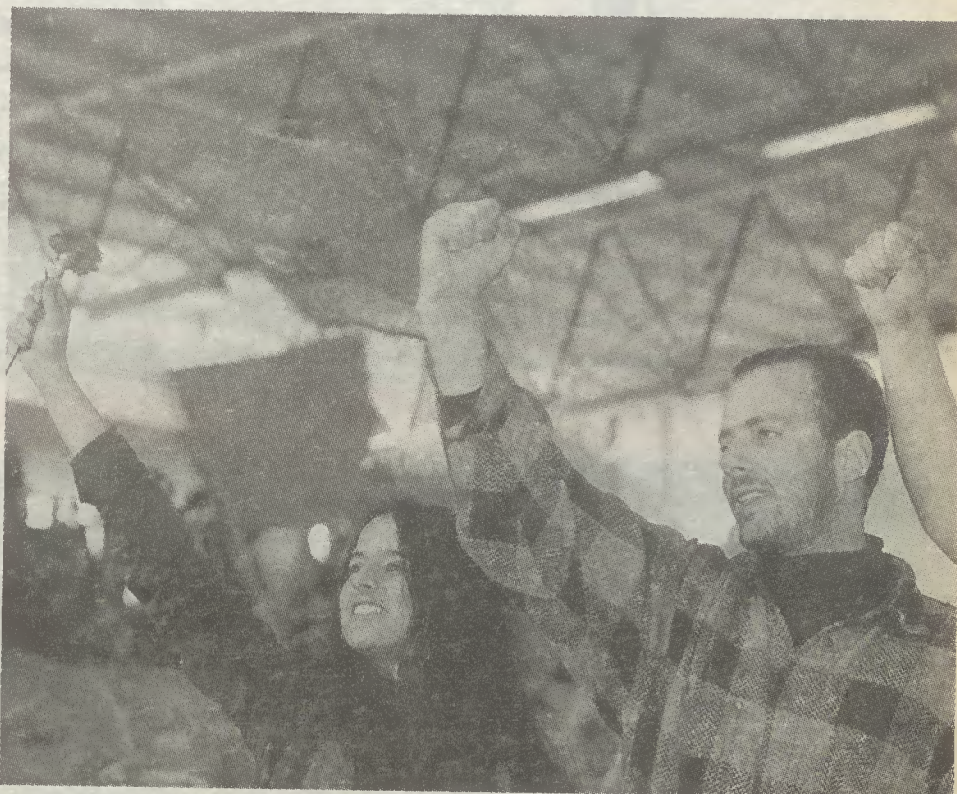
As linhas de intervenção política serão a educação, o emprego, o associativismo, a imigração e o racismo, o ambiente, os direitos sexuais e reprodutivos, o combate à toxicoddependência e a produção e fruição culturais. O objectivo é assumir um papel ofensivo em relação «à política de direita, demonstrando a real actuação do PS e do PSD

ao longo dos seus anos de governação e as suas políticas contra os direitos dos jovens, e afirmar a CDU como a verdadeira alternativa de esquerda».

Nesse sentido, terá lugar no mês de Março uma iniciativa de afirmação da Juventude CDU. Os dirigentes da JCP apelam ainda à mobilização para o Encontro Nacional do PCP, a realizar no próximo dia 27, em Lisboa. «A participação nesta importante iniciativa contribui para as propostas eleitorais e linhas de campanha na área da juventude», recordam.

Jovens trabalhadores

Uma das prioridades da JCP para este ano é o reforço da intervenção junto dos jovens trabalhadores através de uma campanha de afirmação e recrutamento. «A situação da juventude trabalhadora degrada-se, consequência das políticas de direita levadas a cabo alternadamente pelo PS e pelo PSD. No âmbito dos direitos, a situação é de grande desinformação, facto do qual se aproveita o patronato para desrespeitar a legislação existente», comenta a Direcção Nacional.



A educação, o emprego, o associativismo, o ambiente, e a toxicoddependência serão alguns temas em debate no congresso (na foto, o 6.º Congresso)

A campanha tem como objectivos o recrutamento de 200 novos militantes até ao 1.º de Maio e a criação de mais colectivos da JCP nas empresas. Neste quadro terão lugar duas reuniões nacionais – marcadas para 20 de Janeiro e 24 de Fevereiro –, de forma a envolver os quadros desta frente de trabalho na definição e prosseguimento da campanha.

A JCP apela ainda à participação e valoriza a campanha pelos direitos que a CGTP-IN prepara para 2002, na qual a Interjovem participará activamente e com iniciativas próprias.

Em nome da paz no mundo

A JCP lançará em breve uma campanha sobre as questões da paz. A Direcção Nacional apela à iniciativa das organizações para pintar murais e graffiti, incluir nos boletins textos sobre estas questões e proporcionar debates nas escolas e nas colectividades.

«Num momento em que o imperialismo é mais arrogante e violento, com uma escalada militarista e de guerra sem precedentes nos últimos anos, é urgente que os comunistas afirmem mais as suas posições», afirmam os jovens dirigentes comunistas.

«A situação na Palestina, no Afeganistão e na Colômbia, bem como o novo julgamento de Mumia Abu-Jamal, devem merecer a nossa especial atenção», acrescentam.

Encontros nacionais do Secundário e do Superior em Abril

«No Ensino Secundário estão criadas as condições para um período de luta de massas a curto prazo», considera a Direcção Nacional da JCP. «Por um lado, a dinâmica de luta criada nos últimos três anos ganhou os estudantes para a necessidade de lutar e intervir. Por outro lado, o actual panorama político permite-nos acreditar na suspensão da revisão curricular, pois é possível que com um reforço da luta dos estudantes, acompanhado de um reforço eleitoral da CDU, o próximo Governo seja obrigado a suspendê-la», afirma.

A DN da JCP saúda a realização do Encontro Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário (ENAES), que se realizará em Lisboa, valorizando a oportunidade das AEs de todo o país discutirem entre si formas de intervenção para resolver problemas comuns.

«A marcação deste encontro confirma a necessidade e as condições que existem para a luta no Ensino Secundário. Os comunistas que participam no movimento associativo devem valorizar, participar e dar força a esta grande realização», sublinha o texto.

Entretanto, a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) marcou o 8.º Encontro Nacional do Ensino Secundário (ENES) para 13 Abril. Os objectivos do ENES são o balanço e o reforço

orgânico da OESEC.; o aprofundamento da análise e a discussão sobre a situação política nos ensinos básico e secundário; o balanço e reforço da OESEC. nas escolas e no movimento associativo; a dinamização da luta estudantil; e a eleição da CNES.

Conferência do Superior

A organização do Ensino Superior da JCP tem marcada a X Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP também para Abril, iniciativa que será precedida «de um profundo trabalho de preparação, nomeadamente na discussão, actividade, recrutamento e recolha financeira».

«A situação social e política vivida pelos milhares de estudantes do ensino superior hoje não é diferente da realidade que tem mobilizado neste ano lectivo muitos estudantes para a luta. A manifestação nacional de dia 14 de Novembro e todas as acções de luta que se foram repetindo um pouco por todo o país são um exemplo claro e que devemos valorizar», sublinha a Direcção Nacional.

As batalhas da JCP neste campo são conhecidas: «Uma luta por outra política educativa, uma política que vá ao encontro das aspirações e justas reivindicações dos estudantes do ensino superior em Portugal – mais finan-

ciamento e a revogação desta Lei de Financiamento; mais e melhor acção social escolar; um estudo e combate eficazes às verdadeiras causas que estão por trás das elevadas taxas de insucesso escolar; mais emprego para os recém licenciados.»

Os dirigentes recordam que a Organização do Ensino Superior da JCP «teve uma importância vital para a dinamização e concretização da luta dos estudantes e terá que continuar a ser nas escolas o motor dessa mesma luta. Uma luta que tem que continuar até que exista uma política para a educação que responda às aspirações e necessidades dos estudantes do ensino superior e do país. Para tal é também imprescindível que a intervenção associativa organizada dos comunistas seja reforçada do ponto de vista da discussão e concretização.»

A Direcção Nacional refere a urgência de uma discussão e posterior intervenção no processo de internacionalização do ensino superior. «Independentemente de um maior amadurecimento da nossa reflexão e análise é importante desde já denunciar, que o que está em causa é uma perspectiva economicista para o ensino superior (comum em todos os governos da UE), utilizando para isso a diminuição compulsiva do número de anos de duração dos cursos», salienta.



Objectivos centrais do 7.º Congresso

- Aprofundar a análise da situação social e política dos jovens e do movimento juvenil, no plano nacional e internacional;
- Reforçar e aprofundar a organização da JCP, a sua ligação às massas juvenis e a sua capacidade realizadora;
- Afirmar o ideal e o projecto comunistas e o marxismo-leninismo;
- Discutir e aprofundar as propostas da JCP e do PCP para a juventude e traçar as grandes linhas de acção e intervenção da JCP;
- Preparar o Congresso de forma intimamente ligada ao desenvolvimento da dinâmica da luta juvenil;
- Envolver profundamente os militantes no processo preparatório do Congresso, contribuindo assim para o alargamento da discussão e da opinião no debate e a formação política e ideológica dos membros da JCP;
- Fazer o balanço do trabalho de organização, direcção e intervenção da JCP;
- Eleger a Direcção Nacional da JCP.

Solidariedade Internacional com as mulheres da Maia

A uma semana da leitura da sentença do processo em julgamento no Tribunal na Maia, Ilda Figueiredo, deputada do PCP no Parlamento Europeu, apresentou um balanço final da iniciativa que promoveu – e que o «Avante!» noticiou em anterior edição – visando a subscrição por personalidades de diversos países de uma Declaração Internacional de Solidariedade com as 17 mulheres acusadas da prática de aborto clandestino. Um balanço que aqui reproduzimos no essencial e que valoriza a adesão de mais de mil personalidades de 42 países e de 57 entidades.

Não estamos sós nesta causa

Declaração de Ilda Figueiredo

Como se recordarão, esta iniciativa começou por ser inicialmente dirigida aos deputados ao Parlamento Europeu (tendo de imediato encontrado um grande acolhimento traduzido na assinatura da Declaração por cerca de 60 deputados pertencentes a diversos grupos políticos) e foi depois alargada a personalidades da vida política e social, cultural, artística e científica de diversos países que, como o texto da Declaração propunha, entendessem manifestar a sua «*activa e emocionada solidariedade*» com as 17 mulheres portuguesas e formular «*de todo o coração*» o desejo de que «*as instâncias judiciais portuguesas, no exercício soberano e independente das suas atribuições, façam justiça absolvendo as acusadas*».

É com uma grande satisfação e alegria, que cremos será bem compreendida, que verificamos não estarmos sós nesta causa, e que hoje podemos anunciar que esta iniciativa se traduziu num importante e significativo movimento de solidariedade internacional, com expressão nos cinco continentes, como se confirma plenamente não apenas pela assinatura de diversas personalidades de grande notoriedade e prestígio internacionais, mas sobretudo pela assinatura da Declaração, em pouco mais de dois meses, por um total de 1104 personalidades de 42 países e pelo apoio expressamente manifestado por 57 entidades estrangeiras, designadamente organizações sociais e de mulheres.

Uma iniciativa justa e útil

A esta luz, creio que esta iniciativa foi inteiramente justa e útil e que, exactamente porque há causas e valores que ultrapassam as fronteiras nacionais, foi justo e útil que as importantes e meritórias acções de solidariedade desenvolvidas no plano nacional designadamente pela Plataforma pelo Direito de Optar (e entre as quais destacamos o – infelizmente pouco divulgado – manifesto subscrito por mais de 420 personalidades da vida nacional) se viesse juntar a voz livre e responsável de tantas personalidades de outros países que, em muitos casos, além da assinatura, transmitiram pessoalmente a sua amargura, surpresa e indignação com uma situação que, como refere a Declaração, ofende «*valores de civilização em que todos nós reconhecemos*».

Por razões de inteira justiça, queremos sublinhar que a dimensão e êxito desta iniciativa se fica, em boa parte a dever, não tanto às diligências e contactos que directamente estabelecemos, mas ao esforço e iniciativa de muitas e muitas personalidades, de cidadãs e cidadãos e de organizações estrangeiras que, com grande dinamismo, empenho e generosidade, ajudaram à circulação internacional da Declaração e à respectiva recolha de assinaturas.

E é por isso que, agradecendo a todos(as) os(as) subscritores(as) e organizações que apoiaram a Declaração, queremos deixar expressa uma especial menção de gratidão para todos aqueles que sentiram o apelo interior de levar a mais pessoas a urgência deste testemunho internacional em defesa da dignidade humana das 17 mulheres acusadas, no processo da Maia, de prática de aborto clandestino, isto é, acusadas de algo para o que, apesar da sua (indesejável) dimensão social, a lei portuguesa continua a prever – de forma injusta e retrógrada – a possibilidade de punição com pena de prisão até 3 anos.

A única forma de se fazer justiça será a absolvição

Finalmente, queremos afirmar com toda a clareza que, no nosso ponto de vista e na nossa sensibilidade, a única forma de fazer realmente justiça será a absolvição das 17 mulheres que estão a ser julgadas sob a acusação (repetido, sob a acusação) de terem feito o que, ao longo de décadas e décadas, já foi feito por centenas de milhares de portuguesas na grande maioria das vezes em situações de dramático «estado de necessidade» e baseadas em decisões pessoalmente muito dolorosas.

Sem pretender interferir nem na marcha da justiça nem nos seus critérios, manifestamos entretanto a opinião de que a aplicação da justiça, por vezes, deve ser muito mais do que a mera verificação ou prova de um «crime» tipificado na lei e a consequente aplicação, em qualquer modalidade, das penas previstas ou permitidas pela lei. E, neste sentido, chamamos a atenção para que em situações particulares, por vezes o poder judicial por razões de sensibilidade social e por consciência de um crescente consenso social sobre a ineficácia e inadequação das penas previstas na lei, evita – e bem – proceder a uma rígida e mecânica aplicação da lei.

Para que não sobre nenhuma espécie de equívoco, queremos afirmar ainda, com total clareza e convicção profunda, que o prosseguimento e o desenvolvimento da luta pela justa e válida causa da despenalização do aborto em Portugal não precisam para nada da condenação das 17 mulheres acusadas no processo da Maia.

E isto, para além da suprema razão de que nada pode ou deve passar à frente do interesse directo das mulheres acusadas, porque entendemos que a pungente situação em que as 17 mulheres foram colocadas por força de uma denúncia, a devassa das suas vidas que tiveram de enfrentar com as perguntas com que foram confrontadas representam uma tão desmedida e inaceitável violência que, só por si, são razões suficientes para que, tão breve quanto possível, Portugal seja finalmente

dotado de uma lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez aprovada pela Assembleia da República.

Pela despenalização do aborto

Para que haja um movimento de transferência do aborto da esfera da clandestinidade e do risco para a saúde das mulheres, para a esfera da legalidade e da segurança médica, no contexto de um crescimento e paralelo esforço para a generalização do planeamento familiar e da educação sexual.

Para que na sociedade portuguesa se termine com essa corrosiva duplicidade que agita fantasmas e duros adjectivos contra uma lei de despenalização, mas convive tranquila e pacificamente, dia após dia, com o drama do aborto clandestino. Para que seja posto termo a esta permanente ameaça sobre as mulheres que recorrem ao aborto clandestino, que está inscrita no Código Penal, como o processo da Maia acaba de dolorosamente lembrar. Para que o século XXI, vivido em Portugal, não mais tenha mulheres sentadas no banco dos réus por este motivo.

Declaração de solidariedade

A Plataforma pelo Direito de Optar, que o PCP integra, lançou para subscrição pelos cidadãos uma «Declaração de solidariedade para com as 17 mulheres acusadas de prática de aborto clandestino no processo em julgamento no Tribunal da Maia e de exigência da aprovação de uma lei que despenalize a interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas».

Um texto que ainda vamos a tempo de subscrever.

É urgente aprovar uma lei que despenalize o aborto até às 12 semanas. 1. Dezasete mulheres acusadas de prática de aborto estão envolvidas num processo que tem, como ponto de partida, a acusação, a outros réus, de organização de uma rede de prática de aborto clandestino. Estas acusações colocam de novo em grande evidência os desajustamentos da actual legislação em vigor e confirmam que, afinal, a permanência de criminalização das mulheres pela prática de aborto, até 3 anos de prisão, não era, nem é, meramente simbólica, nem tão-pouco tão inofensiva como alguns sustentaram.

2. A actual penalização da prática do aborto é ineficaz enquanto instrumento de dissuasão por milhares de mulheres que, por razões que só a elas dizem respeito, tomam a decisão de o realizar. É uma lei que atenta contra a dignidade de todas as mulheres que têm de recorrer à interrupção voluntária da sua gravidez, mesmo das que têm condições



Declaração de Solidariedade Internacional com as 17 mulheres acusadas de prática de aborto

A pungente situação em que as 17 mulheres foram colocadas por força de uma denúncia, a devassa das suas vidas que tiveram de enfrentar com as perguntas com que foram confrontadas representam uma tão desmedida e inaceitável violência que, só por si, são razões suficientes para que, tão breve quanto possível, Portugal seja finalmente dotado de uma lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez aprovada pela Assembleia da República

Campanha de solidariedade Dois grandes objectivos

São dois os grandes objectivos da campanha de solidariedade lançada pela eurodeputada Ilda Figueiredo a nível internacional e que corre de paralelo com a solidariedade a nível nacional.

Antes do mais, e naturalmente, o apoio às mulheres que estão a ser julgadas, pelo mesmo «crime» que poderia levar à barra do tribunal, anualmente, pelo menos outras 20 mil portuguesas. Mas também – para que processos como este nunca mais possam vir a acontecer – a implementação, tão breve quanto possível, de uma lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, aprovada pela Assembleia da República. É, no fundamental, em apoio destes dois grandes objectivos, que têm vindo a realizar-se diferentes formas de protesto e solidariedade, concentrações, correntes de solidariedade, a Declaração de solidariedade que aqui reproduzimos.

Quanto à declaração internacional, assinada por personalidades como o filólogo e professor universitário norte-americano Noam Chomski, a actriz alemã Hanna Shygula, o sociólogo francês Pierre Bordieu, a secretária nacional dos «Verdes» de França e ex-ministra Dominique Voynet e a cantora de ópera norte-americana Júlia Migenes, exprime a «activa e emocionada solidariedade» para com as 17 arguidas, e o desejo de que as «instâncias judiciais portuguesas, no exercício independente e soberano das suas competências, façam justiça absolvendo as acusadas».

Os signatários apelam ainda aos órgãos de soberania para que «favoreçam medidas para uma maternidade consciente e responsável, e ponham termo à dura penalização e criminalização do aborto actualmente consagrado na legislação portuguesa». Esta declaração será entregue no parlamento e na Presidência da República, entre outras instâncias.

económicas de a realizar em Portugal, ou no estrangeiro, com melhores garantias para a sua saúde.

São, contudo, as mulheres das camadas mais desfavorecidas social e economicamente que têm de percorrer os atalhos do comércio clandestino, que se desenvolve em condições sanitárias insuficientes, colocando-as numa situação de risco e até de morte.

É fundamental recordar que o aborto clandestino é um problema de saúde pública, representando a 2.ª causa de morte materna e a 1.ª entre as mães adolescentes.

3. Portugal assinou a Plataforma de Acção, aprovada na Conferência de Pequim, sobre os direitos das Mulheres, promovida pelas Nações Unidas, onde se reafirmou que o aborto inseguro é um grave problema e que as mulheres devem

ter acesso a serviços de saúde, devido às complicações daí resultantes, assim como devem ser revistas as leis que contêm medidas punitivas contra as mulheres que praticam abortos ilegais.

● Porque a prática do aborto clandestino continua

● Porque as mulheres continuam a sofrer em segredo

● Porque a lei continua a ser hipócrita e a violentar os direitos das mulheres

● Porque a actual Lei condena efectivamente as mulheres por prática de aborto e fomenta as redes de aborto clandestino

Exigimos que esta questão volte à Assembleia da República e que seja aprovada uma lei que despenalize a interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas.

Juntem-se a nós!

É já amanhã, dia 18, a leitura da sentença do processo em que dezasseis mulheres estão a ser julgadas, na Maia, acusadas de prática de aborto. Vítimas de uma lei que, como é referido em folheto da Plataforma Direito de Optar (Plataforma pela despenalização do aborto), «atenta contra a dignidade de todas as mulheres que têm de recorrer à interrupção voluntária da gravidez, mesmo daquelas que têm melhores condições económicas de a realizar».

Assim, amanhã, a Plataforma vai realizar duas acções de solidariedade e em defesa da despenalização do aborto até às 12 semanas de gravidez.

Em Lisboa, terá lugar uma concentração junto do Tribunal da Boa Hora (R. Nova do Almada), entre as 12 e as 14 horas. No Porto, o encontro é às 9 horas, frente ao Complexo Desportivo da Maia.

Números e factos

● O aborto é a segunda causa de morte materna em todo o mundo e a primeira em mães adolescentes.

● Portugal é o segundo país da União Europeia com maior taxa de mães adolescentes. Em 1999 nasceram em Portugal mais de sete mil bebés de mães adolescentes, sendo que 104 tinham menos de 15 anos.

● Os números do INE referem que nos anos 80 morreram 67 portuguesas por aborto. Na década seguinte o seu número desceu para os 23 óbitos. Em 2000 não se registaram oficialmente casos fatais mês, em 2001, entre Janeiro e Junho, já faleceram três mulheres.

● A estimativa do número de abortos que se fazem anualmente no nosso país é de 20 mil (projectão da Associação para o Planeamento da Família – APF, que coincide com a da OMS), ou de 20 a 40 mil, segundo a International Planned Parenthood Federation.

● O último Inquérito Nacional de fertilidade, de 1997, referia que 7 por cento de todas as mulheres portuguesas em idade fértil já tinham abortado – cerca de 180 mil.

● Um estudo da APF em oito bairros sociais das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, indica que 30 por cento das mulheres já tinham realizado uma IVG (interrupção voluntária da gravidez). Uma em cada cinco mulheres que admitiram ter efectuado um aborto disse ainda ter sofrido complicações na sequência dessa intervenção.

● De acordo com a legislação actual, a interrupção voluntária da gravidez apenas não é punível em três casos: constituir perigo de morte ou «de grave e duradoura lesão para o corpo e para a saúde física e psíquica da mulher grávida, e for realizada nas primeiras 12 semanas de gravidez»; malformação do feto, e ocorrer até às 24 semanas de gravidez; ou em caso de violação, até às 16 semanas de gestação.

Todos os serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a informação e o aconselhamento, deverão ser prestados com privacidade e garantia de que as informações pessoais permanecerão confidenciais.

Todas as mulheres têm o direito de efectuar escolhas autónomas em matéria de reprodução, incluindo as opções relacionadas com o aborto seguro.

Todas as pessoas têm o direito de exprimir a sua orientação sexual a fim de poder disfrutar de uma vida sexual segura e satisfatória, respeitando contudo o bem-estar e os direitos dos outros, sem receio de perseguição, perda da liberdade ou interferência de ordem social.

Todos os serviços de cuidados em saúde sexual e reprodutiva incluindo os serviços de informação e aconselhamento devem estar disponíveis para todas as pessoas e casais em particular os mais jovens, numa base de respeito aos seus direitos de privacidade e confidencialidade.

In Carta de Direitos Sexuais e Reprodutivos
Aprovada no Conselho Central e na Assembleia Geral da IPPF (International Planned Parenthood Federation) em 1995.

Eu(ro)forias de uma «Big Estrela»

● Pedro Carvalho

As moedas e notas de Euro estão aí. O Euro já é uma «Big Estrela». A comunicação social coloca-o nas «luzes da ribalta». Mostra as filas de pessoas para trocar a moeda. Prova a adesão pelo número de transacções em euros. Mostra políticos, ministros e governadores de bancos centrais nas caixas multibanco, com sorrisos e rasgos de felicidade. Questiona cidadãos sobre a necessidade de um governo europeu. Enquanto comentadores de serviço atacam «os profetas da desgraça» e aclamam «mais emprego e crescimento». Em toda União Europeia (UE), burocratas europeus de mãos dadas com os grandes industriais, suspiram: «levou 30 anos, mas está aí». E realmente, alguns têm razão para tanto contentamento. O Euro é o rosto visível de uma política e de uma UE.

Esquece-se que o Euro e a União Económica e Monetária (UEM) não são uma necessidade económica objectiva, mas sim uma decisão política. A UE não é um espaço económico homogéneo. Existem economias com diferentes graus de desenvolvimento e com necessidades específicas, o que implica respostas diferenciadas. O caso da Irlanda e da Alemanha é paradigmático.

Enquanto a Irlanda tem a economia em sobreaquecimento, com a aceleração da inflação, a Alemanha está em plena desaceleração económica. Estes dois países necessitariam de uma política monetária e cambial oposta. Mas o Banco Central Europeu (BCE) tem de aplicar a mesma política para toda a «zona Euro» e opta pela Alemanha, devido a seu peso económico, com consequências directas sobre o crescimento e o emprego na Irlanda. Que se desenganem aqueles que pensavam que com o BCE teriam mais influência na política monetária europeia. O BCE é um «filho» do Bundesbank, permitindo à Alemanha marcar a política monetária, sem assumir na íntegra os custos de ter a moeda âncora do sistema monetário europeu. Exemplos internacionais, como o descalabro económico da Argentina, com a paridade fixa do peso ao dólar, deviam fazer pensar os indefectíveis do Euro.

Euro sem ZMO

Robert Mundell (Nobel da Economia), desenvolveu nos anos 60 a teoria das zonas monetárias óptimas (ZMO). Esta teoria tenta avaliar os ganhos de eficiência monetária (redução dos custos de transacção e conversão, maior previsibilidade económica, etc.) com os custos da perda da política monetária e cambial. Muitos são os economistas que afirmam que a UE não é uma ZMO e afirmam que, no actual contexto, a UEM é um passo desprovido de racionalidade económica.

A UE está longe de ter o grau de integração económica dos EUA. Quanto maior o grau de integração, maiores os ganhos de eficiência monetária. As exportações

intracomunitárias variam entre os 10% e 20% do PIB comunitário, ou seja, cerca de três vezes menos que os EUA. A UE não tem o grau suficiente de mobilidade do trabalho. Não só a migração na UE é mais baixa que nos EUA, como os diferenciais entre taxas de desemprego são maiores que nos EUA. A UE não tem o grau de diversificação económica ou de homogeneização das estruturas económicas necessário para evitar choques económicos assimétricos. O grau de especialização produtiva regional aumenta a possibilidade de ocorrência destes choques, aos quais uma política monetária e cambial comum não poderá dar resposta. Por último, a UE não tem um orçamento que promova a solidariedade entre Estados-membros. O orçamento representa apenas cerca de 1% do PNB comunitário, não existindo mecanismos de compensação financeira. Os Fundos Estruturais estão longe de garantir uma verdadeira política de redistribuição ao nível da UE. Para além da UEM criar também constrangimentos ao nível da política fiscal, através do Pacto de Estabilidade.

Uma decisão política

Então, se de um ponto de vista económico não existe justificação, quais foram os objectivos desta decisão política? Primeiro, argumentado com as falhas na ZMO, dar impulso a uma estratégia de «flexibilização» face à «rigidez» da perda de instrumentos de política económica, ou seja, mais liberalizações, privatizações e flexibilidade no mercado de trabalho. Segundo, garantir benefícios às multinacionais, através de reduções de custos e de uma melhor internalização do mercado. Terceiro, garantir a moderação salarial. Em quarto e mais importante, dar impulso a uma maior unificação política da UE, agora com bandeira e moeda, começando na criação de um verdadeiro governo económico europeu. Por isso, o PCP disse NÃO ao Euro e à UEM. Um país como Portugal, não só perderá alavancas económicas importantes para evitar choques económicos como terá dificuldades acrescidas no processo de convergência económica com a UE. Como forma de minimizar os efeitos da UEM, o PCP tem vindo a propor: a revisão das perspectivas financeiras, a suspensão do Pacto de Estabilidade, a taxação dos movimentos de capitais, a criação de um fundo de compensação monetária e a revisão dos objectivos do BCE. Não há que ter medo de afirmar que o Euro e a UEM são instrumentos de classe, em defesa dos interesses do capital europeu e das grandes potências da UE. Os custos não serão de fácil visibilidade, mas alguns já os sentiram, com perdas no poder de compra ou com o desemprego. Não haverá por isso espaço para tanta eu(ro)foria. As notas e moedas estão aí, são as faces visíveis de uma luta maior. É preciso não esquecer.

União Europeia decreta abate da maioria das embarcações que operava em Marrocos

Pescas ao fundo

Armadores do sotavento algarvio afirmam que a aplicação do regulamento comunitário de reestruturação da frota conduzirá ao abate de embarcações.

A maioria das embarcações de pesca algarvias que operava em águas marroquinas, ao abrigo do acordo entre a União Europeia e Marrocos, deverá ser abatida, segundo afirmou no domingo a Associação de Armadores do Sotavento Algarvio.

Em declarações à Agência Lusa, a Associação sublinha que dos nove barcos de pesca existentes na zona de Olhão e Fuzeta, apenas três devem voltar à actividade piscatória, na sequência do regulamento comunitário, publicado em 28 de Dezembro do ano passado, embora ressalve que os armadores aguardam ainda a saída de uma portaria para decidirem em definitivo sobre o destino das suas embarcações.

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário,

confirmou que as embarcações com mais de 10 anos poderão ser abatidas com uma majoração até 120 por cento, «o que significa que um o barco abatido poderá receber entre 100 a 120 mil contos, dependendo da sua tonelagem», acrescentando que as unidades mais novas, com menos de cinco anos, serão licenciadas para outras actividades piscatórias.

«Neste momento calcula-se que estejam nestas condições 14 embarcações de pesca de um total de 34 que trabalhavam em Marrocos entre 1997 e 1999», disse José Apolinário, explicando que existe ainda outras alternativas de pesca, nomeadamente em países como a Mauritânia, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola, para

que não haja abates de embarcações.

Outra possibilidade para evitar o abate, de acordo com José Apolinário, é as embarcações com mais de cinco e menos de 30 anos passarem para sociedades mistas com países terceiros, recebendo um apoio em média entre 70 e 80 mil contos, segundo a sua tonelagem.

Quanto à situação dos pescadores a trabalharem nessas embarcações, José Apolinário referiu que está a ser preparada uma solução de emergência com fundo comunitário já que o subsídio comunitário de 134 contos mensais atribuído aos trabalhadores por conta de outrem terminou em Dezembro do ano passado.

O governante adiantou ainda que decorrem esta semana em Lisboa outras reuniões com armadores de outros locais do país que operavam em Marrocos, e com as centrais sindicais para a conhecer o projecto de portaria sobre o regulamento da decisão comunitária e reestruturação da frota.

Só as
embarcações
com menos
de 5 anos
poderão
manter-se
em actividade

Portugal no comando da EUROFOR

Portugal vai assumir no final deste ano o comando da EUROFOR (a Força Operacional Rápida europeia), rendendo a França.

Segundo o tenente-coronel Luís Vila de Brito, chefe do gabinete de Relações Públicas do Comando da EUROFOR, em Florença, Itália, em declarações à Agência Lusa, o próximo comandante da força europeia será um general português, ainda não indigitado.

Para o oficial português, a EUROFOR passou a constituir um «caso ímpar» de sucesso na cena europeia e internacional, porque entrou «numa missão real (na região da Albânia) após a sua declaração de operacionalidade» enquadrada por militares de

diversas nacionalidades e com sistema profissionais diferenciados.

«Esta missão permitiu dar experiência profissional ao pessoal empenhado, colocando-se em prática os conceitos e procedimentos operacionais da NATO, confirmando-se assim que, apesar de europeus, este comando deve continuar a trabalhar no sentido da perfeita interoperabilidade com aquele comando aliado».

Em relação a Portugal, o oficial referiu que, a partir de 1995, «apostou fortemente» na EUROFOR, ao colocar em Florença a sua maior delegação militar permanente no estrangeiro, e adiantou que os militares portugueses ocuparam cargos de

relevância, nomeadamente o de Chefe de Divisão de Pessoal, Chefe de Secção de Aquisições e Contratos e Oficial de Ligação no comando superior em Skopje, responsável por planear e dirigir todas as operações da NATO efectuadas em território da Albânia, incluindo patrulhas, escoltas, segurança de áreas, transportes, exercícios e execução de planos de contingência, nomeadamente em apoio das populações albanesas em caso de calamidade ou desastres naturais.

A Euroforça Operacional Rápida (EUROFOR), como comando europeu, foi criada pela França, Itália, Espanha e Portugal a 15 de Maio de 1995, em Lisboa.

Afeganistão

UE paga destruição

Face à relutância dos EUA em liderar a reconstrução do Afeganistão, a União Europeia deverá ser o principal financiador do programa estimado em vários milhares de milhões de dólares.

Segundo fontes da diplomática da ONU, citadas pela agência Lusa, os Estados Unidos, que tradicionalmente pagam cerca de 25 por cento de operações de ajuda internacional, querem pagar «substancialmente menos» e estão a pressionar a União Europeia, o Japão e a Arábia Saudita para aumentarem a sua contribuição. Washington argumenta que teve que assumir quase todos os custos da guerra pelo que devem ser outros países a pagar o custo da reconstrução.

Cinquenta países doadores vão reunir-se no Japão no próximo dia 21 para discutir a reconstrução no Afeganistão. Embora oficialmente os EUA não tenham tomado uma deci-

são sobre a percentagem de ajuda, fontes da ONU consideram inevitável que seja a União Europeia a pagar a maior fatia do programa de reconstrução.

Mas para além de fugirem às suas responsabilidades financeiras, os EUA não aceitam que a ajuda ao Afeganistão seja canalizada através das Nações Unidas ou outras organizações internacionais, reivindicando o controlo directo directamente dos seus programas de ajuda.

Os custos da reconstrução do Afeganistão são actualmente estimados entre 6,5 mil milhões de dólares (7,2 mil milhões de euros) e nove mil milhões de dólares (10,1 mil milhões de euros).

Para o Banco Mundial, estes números, num período de dez anos, sobem o custo para um montante entre os 10 mil e 20 mil milhões de dólares (11,2 e 22,4 mil milhões de euros).

Dinamarca insiste no referendo

O governo dinamarquês quer realizar um referendo em 2003 sobre a participação da Dinamarca no euro e a abolição de duas reservas que eximem o país de participar nas políticas de defesa comum e cooperação policial.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Per Stig Moeller, afirmou na passada semana que o executivo considera que esta nova consulta popular deve ocorrer entre a presidência dinamarquesa da UE, no segundo semestre de 2002, e as negociações do novo tratado da União em 2003. Moeller mostrou-se confiante numa lenta adaptação dos dinamarqueses à moeda única, que serão doravante obrigados a utilizar o euro quando viajarem para alguns dos 12 países da eurozona. Os dinamarqueses rejeitaram a moeda única em 53 por cento num referendo em Setembro de 2000, mas segundo uma sondagem, divulgada a 24 de Dezembro último, o número de eurocépticos diminuiu substancialmente, com 51 por cento de opiniões favoráveis contra 43 por cento negativas. O governo daquele país pretende ainda aproveitar o referendo para questionar os cidadãos sobre as reservas dinamarquesas à política de defesa comum e cooperação policial. As excepções em matéria de moeda, segurança e cooperação policial foram estabelecidas na cimeira de Edimburgo, em 1992, e acrescentadas ao tratado de Maastricht, que os dinamarqueses aprovaram em referendo em Maio de 1993 depois de uma primeira rejeição numa consulta efectuada no ano anterior.

Rótulos ecológicos

A Comissão Europeia pretende alargar de 17 para 30, até 2004, as categorias de produtos que ostentam os chamados «rótulos ecológicos», símbolo de que respeitam o meio ambiente. O novo Plano de Trabalho (2002-2004) apresentado na semana passada pela Comissão, pretende atrair os produtores, comerciantes e consumidores para um tipo de produtos que ao longo do seu ciclo de vida (matérias-primas, produção, comercialização, reciclagem) têm um impacto ambiental reduzido. O rótulo ecológico, criado em 1992, distingue actualmente 17 grupos de produtos e que vão desde os têxteis ao calçado desportivo, passando por máquinas de lavar e detergentes, tintas de interior e vernizes. Dinamarca, Espanha, Grécia e Itália são os países da União Europeia que apresentam melhores índices em matéria de produtos com o símbolo comunitário de qualidade ambiental - uma flor.

Contra pacote laboral

Vaga de greves abala Itália

Os sindicatos italianos mantêm desde segunda-feira um braço-de-ferro com o governo de Silvio Berlusconi, tendo iniciado uma série de greves que irão durar várias semanas em protesto contra as reformas do mercado laboral e da segurança social.

As três estruturas sindicais mais representativas dos trabalhadores italianos, Cgil, Cisl e Uil, convocaram paralisações gerais de quatro horas que terão lugar sucessivamente até 1 de Fevereiro em todas as 20 regiões em que se encontra dividido o país.

Entretanto, estão marcadas várias outras greves sectoriais, como nos transportes aéreos, amanhã, dia 18, que se repetirá no dia 30 do corrente mês.

Para Fevereiro, está anunciada para dia 15 uma greve geral dos funcionários públicos e da educação que culminará com uma grandiosa manifestação nas ruas de Roma.

Entre as razões para estas lutas, que abrangem a generalidade dos trabalhadores italianos, está a aprovação pelo Conselho de Ministros, em Novembro passado, de uma reforma do mercado de trabalho que, entre outros aspectos, inclui a suspensão durante quatro anos do artigo 18 do Estatuto dos Trabalhadores, que proíbe o despedimento sem justa causa. As centrais sindicais contestam esta medida de Berlusconi considerando que ela abre as portas ao livre despedimento.

Outro motivo dos protestos é a reforma da segurança social que prevê uma redução das contribuições para jovens contratados.

Com a reabertura do Parlamento esta semana serão discutidos os decretos que consagram aquelas reformas, contra as quais a contestação não pára de aumentar. As centrais sindicais já solicitaram audiência ao presidente da República, Carlo Azeglio Ciampi, a quem pedem

rado com os diferentes parceiros sociais com vista a repor o clima de concertação.

Com a degradação das relações entre os governo italiano e os sindicatos, há já quem preveja para breve a convocação de uma greve geral, embora até ao momento as centrais não tenham manifestado intenção de recorrer a esse instrumento.

Por enquanto, o chefe do governo italiano tem tentado

manter-se à margem da polémica, resguardando-se no seu ministério do Trabalho, Roberto Maroni. No entanto, a gravidade da situação é comparável com o ano de 1994, quando uma greve geral contribuiu para acelerar o descontentamento

popular contra o efémero governo de Berlusconi e a sua política, o qual acabou por cair na sequência de processos judiciais.

Governo de Berlusconi quer despedimentos livres



A contestação às reformas antilaborais mobiliza de novo milhares de trabalhadores contra a política da extrema-direita no poder

que intervenha junto do Governo para este retome as negociações rompidas unilateralmente. Ciampi resolveu na terça-feira acolher o pedido dos sindicatos e já iniciou consultas em sepa-

UE ganha batalha na OMC

A Organização Mundial do Comércio deu razão na segunda-feira às pretensões da União Europeia considerando ilegais as ajudas fiscais que o governo dos Estados Unidos concede às exportações.

Bruxelas que, acolheu a decisão com natural satisfação, pode agora aplicar sanções com companhias americanas em cerca de quatro mil milhões de dólares, valor em que é estimado os prejuízos sofridos pelos Quinze.

Os subsídios atribuídos pela FSC (Foreign Sales Corporations) datam de 1984, embora já em 1971 um regime similar tenha sido decla-

rado ilegal. A FSC gerou protestos de numerosas empresas europeias que acusavam os EUA de dificultarem assim a competitividade dos seus produtos. Depois de falharem as negociações, a UE apresentou queixa em 1997 recebendo agora o veredicto do qual os EUA não poderão recorrer.

Em traços gerais, o sistema norte-americano permitia que as suas empresas utilizassem intermediárias em paraísos fiscais beneficiando de importantes reduções que atingiam os 30 por cento. Neste processo estão envolvidas importantes multinacionais.

PE elege novo presidente

O liberal irlandês Patrick Cox, do Grupo do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas (ELDR) venceu na terça-feira a eleição para presidente do Parlamento Europeu, lugar que ocupará até 2004. No entanto, a vitória não foi fácil tendo sido necessário efectuar uma terceira volta para reunir os votos necessários à eleição.

Eram ainda candidatos o socialista David Martin, o verde Gérard Onesta, o comunista Francis Wurtz e

Jens Peter Bonde, do Grupo para a Europa das Democracias e das Diferenças.

Esta semana, os eurodeputados elegeram ainda os candidatos às 14 vice-presidências.

A eleição dos novos dirigentes do PE ocorre a meio da V legislatura - de 20 de Julho de 1999 até Junho de 2004 - de acordo com o Regimento da instituição parlamentar que determina que a duração do mandato do presidente e dos vice-presidentes é de dois anos e meio.

PE nomeia espanhol para Convenção

O eurodeputado social-democrata Iñigo Méndez Vigo (PPE) foi nomeado para membro da presidência da Convenção, chefiando a delegação do Parlamento Europeu neste novo fórum criado em Laeken, em Dezembro passado.

A Convenção e presidida pelo antigo chefe de estado francês Giscard d'Estaing, coadjuvado por dois vice-presidentes, o ex-primeiro-ministro italiano Giuliano Amato e o ex-primeiro-ministro belga Jean-Luc Dehaene. Fazem ainda parte do «presidium» dois representantes da Comissão Europeia, o português António Vitorino, responsável pela Justiça e Assuntos Internos, e Michel Barnier, comissário encarregado da Política Regional e das Reformas Institucionais.

Este novo órgão será ainda composto por 15 representantes dos chefes de Estado ou de governo e 16 membros do Parlamento Europeu. A primeira reunião está prevista para 28 de Fevereiro, em Bruxelas.

Líbano firma acordo com UE

A União Europeia e o Líbano rubricaram um acordo de associação que visa uma maior liberalização do comércio bilateral e o reforço do diálogo político. Segundo a Comissão, o protocolo «constituirá um trampolim para a liberalização económica no Líbano», prevendo também o desenvolvimento da cooperação numa série de domínios que vão desde a educação e a cultura à luta contra a criminalidade.

Acordos semelhantes já foram celebrados com oito países mediterrânicos, estando em curso negociações com a Síria. Um dos objectivos centrais da parceria euro-mediterrânica lançado em Barcelona em 1995 é a criação de uma zona de livre troca euro-mediterrânica até 2010.

Alemanha sobe salários baixos

O chanceler alemão Gerhard Schroeder quer estender os subsídios de desemprego aos salários baixos na Alemanha. Em entrevista ao semanário Der Spiegel, no domingo, o chanceler referiu que «a lei actual prevê a atribuição de 325 euros por mês aos desempregados, (...) mas há um sector de empregados que ganha salários muito baixos, entre 325 a 750 ou 850 euros, pelos quais queremos fazer alguma coisa».

O Estado propõe-se assumir algumas cotizações sociais para fazer subir os salários incentivando a renúncia às ajudas sociais. Este novo dispositivo de combate ao desemprego poderá entrar em vigor a 1 de Abril próximo, e que custará ao Estado cerca de 40 a 70 milhões de euros por ano. Gerhard Schroeder, que quer ser reeleito em Setembro deste ano, está a braços com uma alta contínua da taxa de desemprego (quatro milhões de desempregados em Dezembro).

Israel suspende vendas de armas

Os EUA pressionaram Israel para suspender a venda de sistemas avançados de defesa e armamento à Índia face à actual tensão reinante entre Nova Deli e Islamabad.

Segundo o diário *Times of India*, que avançou com a informação terça-feira, Israel havia chegado a um acordo com as autoridades indianas para a venda de mísseis antibalísticos do tipo Arrow-2, assim como aviões Falcon, dotados do sistema de alerta e controlo por radar AWACS. Segundo o jornal, as vendas foram suspensas, tendo em conta que o sistema Arrow foi desenvolvido em conjunto pelos EUA e Israel, e estes últimos devem contar com a autorização dos primeiros para a venda deste tipo de sistema a países terceiros.

Outra das razões apontadas por Washington, além da actual crise na região, é a violação do Regime de Controlo de Tecnologia de Mísseis (MTCR) — um acordo internacional destinado a prevenir a proliferação de mísseis em regiões instáveis.

Confrontos no Zimbabué

A polícia zimbabueana prendeu, domingo, 22 opositoristas do Movimento Democrático para a Mudança (MDC), no centro do país, na sequência de violentos confrontos com militantes do partido no poder.

Os confrontos ocorreram em Kwe Kwe, depois de os militantes da União Nacional Africana do Zimbabué-Frente Patriótica (ZANU-PF, no poder) terem deitado fogo a um escritório do MDC, sábado. Um comunicado do MDC refere que Edmore Marima foi detido por 60 polícias armados que forçaram a entrada da casa, levando-o juntamente com dois seus trabalhadores, sem que tenha sido dada qualquer razão para a detenção. Ao contrário, a rádio estatal zimbabueana relatou vários ataques aos partidários da ZANU-PF efectuados por membros do partido da oposição. Entretanto, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, encontrou-se com o presidente sul-africano, Thabo Mbeki, para analisar o aumento da crise no Zimbabué.

Prisioneiros afegãos chegam a Cuba

Um segundo grupo de prisioneiros capturados no Afeganistão chegou, segunda-feira, à base naval norte-americana de Guantanamo (Cuba) onde ficarão detidos por tempo indeterminado. Os 30 prisioneiros partiram no domingo da base de Kandahar, no Leste do Afeganistão, onde se encontram detidos centenas de outros prisioneiros, adiantou o Pentágono. Composto por alegados combatentes talibã e da rede terrorista Al-Qaeda, este grupo permaneceu durante toda a viagem algemado, encapuçado e sob o efeito de sedativos.

Arafat critica o silêncio da comunidade internacional perante as operações militares de Israel contra o povo palestino

Israelitas destroem casas em Jerusalém

A polícia israelita destruiu, numa semana, 60 casas de palestinianos deixando mais de meio milhar de pessoas sem abrigo em pleno Inverno.

A polícia israelita destruiu no início da semana nove casas de palestinianos no bairro árabe de Al Issawiya, em Jerusalém Oriental, com a ajuda de «bulldozers».

Uma fonte da polícia disse mesmo que foram ordens de destruição — por um tribunal israelita — para 16 casas «ilegalmente construídas» nesse bairro de Jerusalém, ocupado por Israel em 1967.

Estas destruições surgem num momento polémico, depois do exército israelita ter demolido, na passada semana, 50 casas em Rafah, deixando 500 palestinianos sem abrigo, a meio do Inverno. «As ordens de demolição foram emitidas sábado», explicou um habitante do bairro, Mohammed Abu Anis,

citado pela Lusa. «Esses papéis são normalmente metidos debaixo da porta ou deixados em frente à casa, na lama. O que acontece é que os habitantes não os vêem. A maior parte compreende o hebraico mas não o lê e, mais frequentemente, nem suspeitam que as suas casas estão prestes a ser destruídas», acrescentou.

Entretanto, dois militantes de esquerda israelitas, que tentavam barrar a passagem de um dos bulldozers, foram detidos pela polícia. Um grupo de representantes norte-americanos e europeus encontrava-se também no local. «Vamos relatar o que vimos hoje aos nossos governos e parlamentos respectivos. Esperamos que não haja mais demolições», declarou

um alto representante da Comissão Europeia, sob anonimato.

Para Hani Issawi, membro do conselho do bairro de Al Issawiya, «a União Europeia deveria ter feito pressão sobre Israel antes da demolição das casas, em vez de vir demonstrar a sua solidariedade depois do mal feito».

Issawi referia-se ao facto de Josep Piqué, ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, país que actualmente ocupa a presidência da União Europeia (UE), ter segunda-feira expressado, em nome dos Quinze, a sua «consternação pela destruição de casas e pelo ataque ao aeroporto de Gaza».

Contra o silêncio

O líder palestiniano, Yasser Arafat, criticou domingo os árabes, os muçulmanos, os cristãos e o mundo em geral pelo «silêncio perante as operações militares de

Israel contra o povo palestiniano».

Numa entrevista à emissora árabe «Al-Jazira», do Qatar, Yasser Arafat acusou o governo israelita de crimes contra os palestinianos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza durante os quinze meses da segunda Intifada.

«Por que é que o mundo se cala?», perguntou o presidente da Autoridade Nacional Palestiniana ao denunciar as agressões do exército israelita contra os palestinianos, com a recente destruição de casas civis em Rafah.

O líder palestiniano disse que o seu governo atravessa uma grave crise financeira e quantificou em sete milhões de dólares (cerca de 7,9 milhões de euros) as perdas sofridas, adiantando que há 950 milhões de dólares (aproximadamente 1064 milhões de euros) retidos por Israel que correspondem a impostos destinados à

Autoridade Nacional Palestiniana.

Líder da Fatah assassinado

Um líder militante palestiniano foi assassinado em consequência da explosão de um automóvel, informaram fontes de segurança palestinianas, que responsabilizaram Israel pelo sucedido.

A vítima, Raed Karmi, era líder da milícia Tanzin, na cidade de Tulkarem, em West Bank, um grupo armado associado à Fatah, movimento liderado por Yasser Arafat.

Nos últimos 16 meses de conflito, Israel já matou dezenas de palestinianos em ataques planeados.

Em Setembro, Karmi sobreviveu a um desses ataques, quando helicópteros israelitas dispararam mísseis contra o seu automóvel, matando dois passageiros.

Milosevic ao ataque

O antigo presidente jugoslavo Slobodan Milosevic acusou, na passada semana, o Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia de falta de neutralidade e imparcialidade.

«Por definição, um tribunal é sempre imparcial e sem partido. Ora, a que assistimos aqui? O juiz é um britânico e a acusação que me é feita baseia-se em informações dos serviços secretos britânicos», declarou Milosevic. O substituto do procurador Geoffrey Nice no decorrer da audiência preliminar é igualmente britânico.

Milosevic, que falava pela primeira vez antes do início

do seu julgamento, marcado para 12 de Fevereiro, considerou, igualmente, que, por trás de um formalismo honesto, o tribunal tem apenas um objectivo: «Justificar os crimes cometidos pela NATO (Aliança Atlântica)» contra a Jugoslávia.

As acusações à NATO baseiam-se nos bombardeamentos contra a Jugoslávia, em 1999. De acordo com o ex-presidente jugoslavo, a organização matou pessoas inocentes, destruiu hospitais, pontes e caminhos-de-ferro, além de ter escondido terroristas albaneses.

«Uma operação está em curso para inverter o cenário

e o culpado. Tudo isto é orquestrado em torno de uma justificação construída para os crimes cometidos durante a agressão da NATO à minha nação. Obviamente, a intenção é rotular aqueles que defenderam as suas famílias, crianças, bens, casas e país como criminosos e pessoas más», acusou Milosevic.

O antigo chefe de Estado foi interrompido, por diversas vezes, pelo presidente do tribunal, o britânico Richard May, que procurou forçar Milosevic a cingir-se às questões dos autos. Não conseguindo o seu objectivo, May cortou a palavra ao acusado e encerrou a sessão.

Intelectuais contra EUA

Mais de mil intelectuais egípcios condenaram na passada semana a política dos Estados Unidos e consideraram-na como «o primeiro inimigo dos árabes».

Reunidos num seminário organizado pela semanário pan-arabista egípcio «Al Usbua», os representantes da vida cultural egípcia criticaram os esforços por equiparar o terrorismo aos movimentos palestinianos e libaneses de resistência à ocupação israelita.

«O seminário foi organizado para dizer “não” aos Estados Unidos, para dizer “não” à sua política no Médio-Oriente», explicou o jornalista do «Al Usbua», Moustapha Bakri.

Apesar do governo egípcio ser um dos mais importantes aliados estratégicos dos Estados Unidos, e o Egipto ser um dos países que mais ajuda económica recebe dos Estados Unidos, um vasto sector da população tem sentimentos de ódio por Washington pela sua duplicidade no conflito israelo-árabe.

Manifestação em Berlim



Mais de 100 000 pessoas participaram domingo, em Berlim, na tradicional romagem ao túmulo de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburgo, uma das fundadoras do Partido Comunista Alemão (DKP) e destaca militante que se opôs com muita coragem ao desencadear da I Guerra Mundial pela Alemanha.

Rosa Luxemburgo foi mandada assassinar por Gustav Noske em 15 de Janeiro de 1919.

No mar de cravos e bandeiras vermelhas que invadiram as ruas da capital alemã participaram a presidente do PDS, Gabriela Vimmer, e Haeinzsther, presidente do DKP, entre outros dirigentes políticos e sindicais. No mesmo dia realizou-se na Universidade de Humboldt um Fórum sobre problemas sindicais.

Seis dias para negociar

Alta tensão na Colômbia

As negociações de paz na Colômbia recomeçaram segunda-feira, após cinco dias de alta tensão, mas Pastrana exige «resultados concretos» até 20 de Janeiro.

A escassas horas de ser decretada a falência do processo de paz, o presidente colombiano Andrés Pastrana e o comandante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Manuel Marulana, aceitaram prosseguir as negociações de paz. Fruto da intensa actividade diplomática desenvolvida pelo mediador da ONU e pelo grupo de dez países da Comissão Facilitadora (do processo negocial), o compromisso assumido refere que há condições para iniciar, de imediato, as negociações e para chegar «a curto prazo» a acordos que se traduzam numa diminuição da intensidade do conflito.

A maratona de negociações, desenvolvida pelo representante especial da ONU para a Colômbia, o norte-americano James Lemoyne, e pelos embaixadores do Canadá, Cuba, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela, permitiu ultrapassar a crise provocada pelo ultimato de Pastrana às FARC para que eva-

cuassem a zona desmilitarizada em que se encontram num prazo de 48 horas. O ultimato foi a resposta do governo colombiano às novas propostas apresentadas no sábado pelas FARC para a reativação do diálogo.

De acordo com um comunicado das FARC divulgado domingo, a ameaça presidencial de fazer avançar o Exército para a zona desmilitarizada alterou «de forma unilateral o acordo que acompanhou os três anos de negociações», pelo que só

minorias de privilegiados e ricos» aos «interesses de 40 milhões de colombianos».

Pelo seu lado, o governo mobilizou milhares de soldados do Exército, apoiados por tanques e aviões, para tomarem de assalto a zona desmilitarizada (com uma extensão do tamanho da Holanda) a partir da noite de segunda-feira. A ofensiva do Exército, a concretizar-se, significaria o fim de três anos de tentativas para pôr fim a 38 anos de conflito armado na Colômbia, que só na última década provocou 40 mil vítimas.

Seis dias para um acordo

Extremadas as posições, valeu à Colômbia a acção dos diplomatas. De acordo com os mediadores, as partes comprometeram-se a avançar de imediato com o Acordo de San Francisco de la Sombra, subscrito em 5 de Outubro de 2001 pelos representantes do governo e da guerrilha na Mesa Nacional de Diálogo e Negociação, que entre outras coisas prevê a implementação de um cessar-fogo e do fim das hostilidades.

Reagindo ao acordo, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, exortou «ambas as partes a manter o optimismo gerado nas últimas 48 horas, visando obter substantivos progressos na direcção de um acordo de paz».

A crise foi de momento ultrapassada, mas a tensão permanece. Em mensagem divulgada na madrugada de anteontem, o presidente Andrés Pastrana insistiu que restam apenas seis dias para chegar a «resultados concretos».

A crise foi de momento ultrapassada, mas a tensão permanece



Manuel Marulana

podia ser entendido como «o fim do processo de paz na sua forma actual». Atribuindo a responsabilidade da ruptura das negociações à intransigência de Pastrana, «apesar dos esforços realizados em 11 e 12 de Janeiro na presença do enviado especial da ONU, James Lemoyne», as FARC acusaram o presidente de mais uma vez sobrepor «os interesses mesquinhos de uma



As FARC chegaram a acordo com o governo e as negociações de paz foram reatadas. Na imagem, uma torre de vigiância em La Macarena

Encontro de Solidariedade

O Segundo Encontro Internacional pela paz e em solidariedade com a Colômbia e a América Latina vai realizar-se, de 4 a 5 de Março, na Cidade do México.

Convocado por um conjunto de forças políticas, sociais e sindicais mexicanas, o Encontro visa, entre outros aspectos, «denunciar e rejeitar o Plano Colômbia e o seu anexo a Iniciativa Andina como planos de intervenção militar norte-americana que

afectarão negativamente a convivência pacífica, a estabilidade democrática e o desenvolvimento económico dos povos e estados latino-americanos».

Segundo os promotores, a iniciativa destina-se igualmente a «promover a solidariedade dos povos e governos com as lutas do povo colombiano que procura uma saída pacífica para o conflito social e armado de que é vítima».

Crise na Argentina

O presidente argentino apelou à unidade nacional para enfrentar a crise social e económica que assola o país, arruinado por «tolos e corruptos», segundo Eduardo Duhalde.

«Quero ser mais um trabalhador nesta convergência, que une os principais membros das forças políticas, dos grupos de negócios, de trabalho e sociais, para lidar com a destruição que nos levou à anarquia e à violência», afirmou Duhalde, terça-feira, num discurso ao país.

O projecto de unidade nacional, criado pelo presidente da Argentina, será apoiado pela igreja católica, que servirá de «condutor espiritual» nas conversações, e pelas Nações Unidas, que darão uma ajuda ao país.

As reuniões de apoio a este

processo, começaram quarta-feira, com a intervenção, numa primeira fase, de empresas de serviços públicos, bancos, consumidores, Frente Nacional contra a Pobreza e grupos políticos minoritários. Partidos políticos, Congresso, organismos empresariais e grupos religiosos participarão no diálogo, numa segunda fase.

Estes encontros deverão levar ao estabelecimento de um «acordo de princípio», para que depois sejam definidas medidas concretas para combater o desemprego e a pobreza.

Duhalde deu ainda a receita para a recuperação económica do país: «chamar os maiores grupos económicos internacionais, desenvolver a agricultura, fomentar a exploração e a exportação de hidro-

carbonatos e minerais, desenvolver as pescas, os transportes e as comunicações».

Uma bomba-relógio

Entretanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou, segunda-feira, à Argentina para analisar as possíveis condições de ajuda financeira a conceder para resolver a crise económica e social instalada naquele país.

A chegada da equipa do FMI acontece depois de um fim-de-semana marcado pela troca de acusações entre os responsáveis governamentais argentinos e do FMI, e depois de o presidente argentino ter manifestado algumas dúvidas quanto às vantagens económicas das restrições aos levantamentos bancários.

Em entrevista publicada num dos principais jornais de Buenos Aires, Duhalde comparou a situação a «uma bomba-relógio muito difícil de desactivar» e que, se explodir, «ninguém verá um peso». Entretanto, muitos são os que acusam as organizações financeiras internacionais pela crise devido ao peso da dívida externa, cujos os pagamentos estão suspensos desde 23 de Dezembro de 2001.

Estado de emergência

A população de vários bairros de Buenos Aires saiu, sexta-feira, à rua em protesto contra as restrições económicas impostas. Cerca de cinco mil pessoas manifestaram-se na Plaza de Maio quando a

polícia começou a dispersar a multidão com gás lacrimogénico e balas de borracha.

O principal motivo dos protestos da passada semana foi o anúncio da decisão de manter até 2003 algumas restrições bancárias, nomeadamente ao nível dos limites dos levantamentos.

O povo ostentava cartazes a pedir eleições nacionais e a demissão dos juizes do Supremo Tribunal que aprovaram as medidas restritivas.

No dia anterior, a falta de medicamentos em stock levou a que fosse decretado o estado de emergência sanitário na Argentina. Vários doentes não conseguem ter acesso a vários tipos de medicamentos, nomeadamente insulina para os diabéticos, tratamentos para a sida e para o cancro.

Pobreza afecta 31 milhões nos EUA

Uma sondagem divulgada em Washington revelou que cerca de 31 milhões de norte-americanos são afectados pela pobreza.

As maiores vítimas da pobreza são as crianças e as minorias, uma vez que, segundo dados do recenseamento, as crianças de origem afro-americana e hispânica são as mais afectadas por este flagelo, que não deixa de lado 13 por cento das crianças brancas. Na apresentação do documento, o director da Campanha de Desenvolvimento da Igreja Católica, Robert Vitillo, anunciou que «os menores de 18 anos continuam a sofrer maiores níveis de pobreza que qualquer outro grupo da população e o nível da pobreza nos Estados Unidos continua a ser muito superior ao de outros países industrializados». Acrescentam ainda que «uma em cada seis crianças nos EUA vive em condições de pobreza».

Manifestação contra a ETA

Milhares de espanhóis e dirigentes de todos os partidos políticos, à excepção do Batasuna (braço político da ETA), estiveram segunda-feira no centro de Bilbao para protestar contra a organização independentista basca, no local onde esta fez explodir um automóvel armadilhado. O veículo, armadilhado com 20 quilos de dinamite, explodiu no sábado causando nove feridos ligeiros e prejuízos em lojas, bancos e apartamentos numa rua. O alerta da ETA, meia hora antes sobre a localização da explosão, evitou a ocorrência de vítimas mortais. Apesar do pânico das pessoas que circulavam na zona, a polícia conseguiu evacuar a área, evitando estragos maiores.

Distúrbios em Belfast

Um jovem católico, funcionário dos correios, foi abatido a tiro na passada semana num bairro protestante dos subúrbios de Belfast, quando chegava ao seu posto de trabalho. Dois homens encapuçados aproximaram-se do jovem, depois de terem estacionado, e dispararam vários tiros sobre a vítima. O jovem morreu a caminho do hospital. Uma viatura, que se pensa ter sido utilizada pelos assassinos, foi mais tarde encontrada em chamas.

Em duas noites consecutivas de distúrbios, mais de 80 polícias e soldados ficaram feridos interpondo-se entre jovens extremistas das comunidades católica e protestante, armados de projecteis repletos de ácido e petardos incendiários.

• Manoel de Lencastre

Na Grã-Bretanha

Privatizações

provocam o caos nos comboios

A declaração recente do ministro Peter Hain (Foreign Office) de que o sistema ferroviário britânico é o pior da Europa (não pensou em países tidos como secundários...) causou choque em toda a Grã-Bretanha. Este país, historicamente, considera-se o melhor em tudo e sofre, como é óbvio, sempre que algumas realidades mais dolorosas lhe são apresentadas. Mas o povo britânico está a confrontar-se com uma crise gravíssima a todos os níveis dos transportes públicos. Observemos, pois, alguns aspectos do sector dos comboios.

Tudo resulta das privatizações. Não se nega que algumas delas, quando levadas à prática pelos governos de Margaret Thatcher, tinham o apoio da classe média e dos meios de negócios... e a indiferença da generalidade do povo. Essas privatizações eram anunciadas com base na luta contra a ineficiência das grandes empresas públicas, contra a perda de recursos, a não realização de economias, a falta de espírito competitivo por parte dos dirigentes, a sua repulsa quanto ao primado das leis do mercado, a estagnação, o exagero dos poderes dos sindicatos, e muito mais. Nesta atmosfera, os conservadores radicais «thatcheristas» abriram as portas para o grande assalto aos serviços públicos onde os capitalistas sabiam que acumulariam os lucros mais significativos - os telefones e as comunicações em geral, a electricidade e as indústrias energéticas (o petróleo e o gás do Mar do Norte), os abastecimentos de água ao país, a aviação comercial, tudo onde sabiam que se faria dinheiro. Ninguém pensava, evidentemente, na privatização dos comboios, coisa que, como agora costuma dizer-se, era muito complicada.

Mas os governos de John Major, que sucederam aos da chamada «iron lady», também desejaram prosseguir a política das privatizações. Entretanto, não havia já quase nada para entregar aos privados porque o parque industrial e os grandes serviços com evidente interesse para o grande capital nacional e estrangeiro tinham já tombado nas garras dos mais agressivos meios do mercado. Lembraram-se, então, dos comboios, de toda a imensa rede de linhas e de serviços ferroviários que estavam na tradição e nos hábitos do país, que eram o sangue que lhe corria nas veias. Havia, ali, receita a considerar em duas grandes áreas, a dos transportes de passageiros e a dos serviços de carga. Mas os capitalistas candidatos à exploração dos serviços da então «British Rail» não queriam arcar com as despesas resultantes da manutenção das infra-estruturas, das linhas, das estações, das sinalizações - tudo isto teria de permanecer na posse do Estado. Eles apenas desejavam «possuir e gerir» o serviço de transportes...

O drama da Railtrack...

Nestas condições, a Grã-Bretanha acordou um dia com os seus transportes ferroviários privatizados. Em vez de uma grande empresa nacional, a «British Rail», o país passou a ter 25 companhias privadas. Estas adquiriram ao Estado, por preços irrisórios, o direito a operarem nas áreas que negociaram. O governo, por sua vez, criou uma companhia central, a «Rail-

track» cujas funções passaram a ser de regulação das regras de funcionamento das suas 25 filhas, de manutenção das referidas infra-estruturas e de «encaixe» de todas as despesas próprias do sistema ferroviário geral num país como a Grã-Bretanha onde os comboios chegavam a todos os cantos, mesmo os mais recônditos.

A «Railtrack», por sua vez, dividia-se em duas companhias. Uma, pública, fazia a fiscalização do funcionamento do sistema e teria, claro, de perder dinheiro. A outra, privada, procurava gerir os negócios relacionados com a renovação das infra-estruturas. Por exemplo, adquirir material circulante e vendê-lo às 25 irmãs, comprar novo equipamento e renovar o sistema de sinalizações e vendê-lo, por bom dinheiro, à irmã estatal.

Logo, algumas das 25 novas empresas transportadoras foram vendidas pelos recentes novos proprietários (quase todos antigos altos funcionários da velha «British Rail») a novos abutres que surgiam de todos os quadrantes. Fizeram-se lucros de muitas centenas de milhões de libras em cada um desses negócios. E tudo continuou. Numa política imediata de «música e fardamentos novos», as 25 irmãs mandaram pintar os velhos comboios adquiridos, distribuíram novos uniformes ao pessoal, disseram que tudo estava modernizado em harmonia com os novos tempos e... aumentaram os preços dos bilhetes assim como as

tarifas aplicáveis aos transportes de mercadorias. Realizaram despedimentos em massa e «racionalizaram» os serviços. Todo o pessoal readmitido foi obrigado a rever a sua atitude. De então em diante, o funcionalismo dos comboios, tanto o que circulava como o que se mantinha nas estações ao serviço das 25 operadoras, teve de passar a exibir uma postura de «business» - gente, por exemplo, inexcedivelmente sorridente, gentil, rápida, eficiente. Mas gente, claro, a trabalhar sem quaisquer garantias e sob uma permanente ameaça de despedimento.

Assim, dado que esta multidão de companhias só trabalhava para os lucros dos respectivos accionistas, não investia na melhoria dos serviços e explorava, avidamente, os passageiros e os carregadores. Os horários deixaram de ser cumpridos, os serviços foram reduzidos e os preços continuaram a aumentar. Perante o desespero do grande público, o destino da «Rail-track» (a mãe da nova geração de empresas ferroviárias) começou a revelar-se. E surgiram os grandes desastres. O descarrilamento do expreso Londres-Leeds, em Hatfield, e o espectacular embate de composições ferroviárias à saída da estação de Paddington (Londres) trouxeram o máximo descrédito público aos transportes privatizados. Logo, o «Morning Star» gritou: «O sistema ferroviário tem de voltar ao sector público!»

Os seis últimos primeiro-ministros



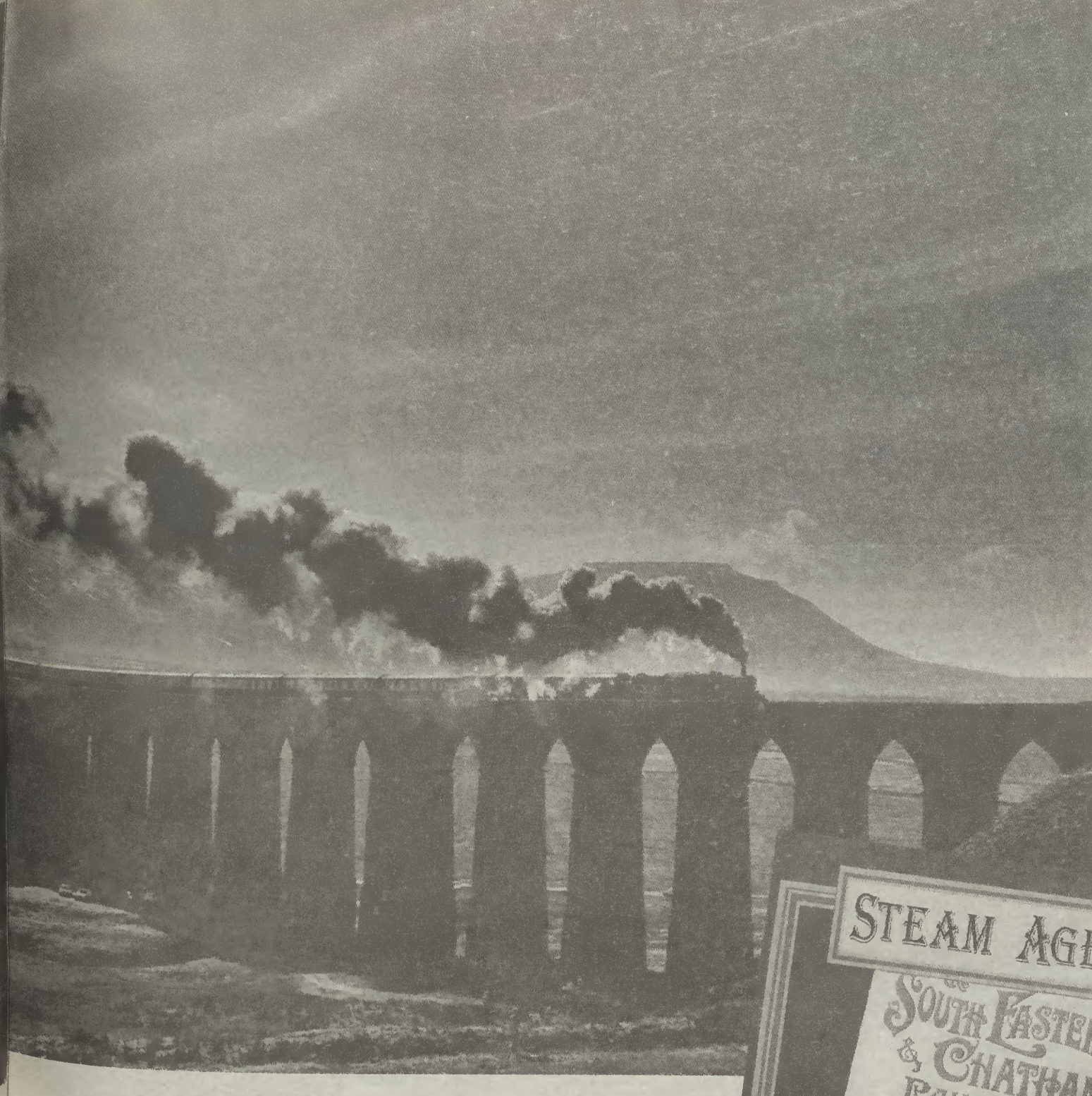
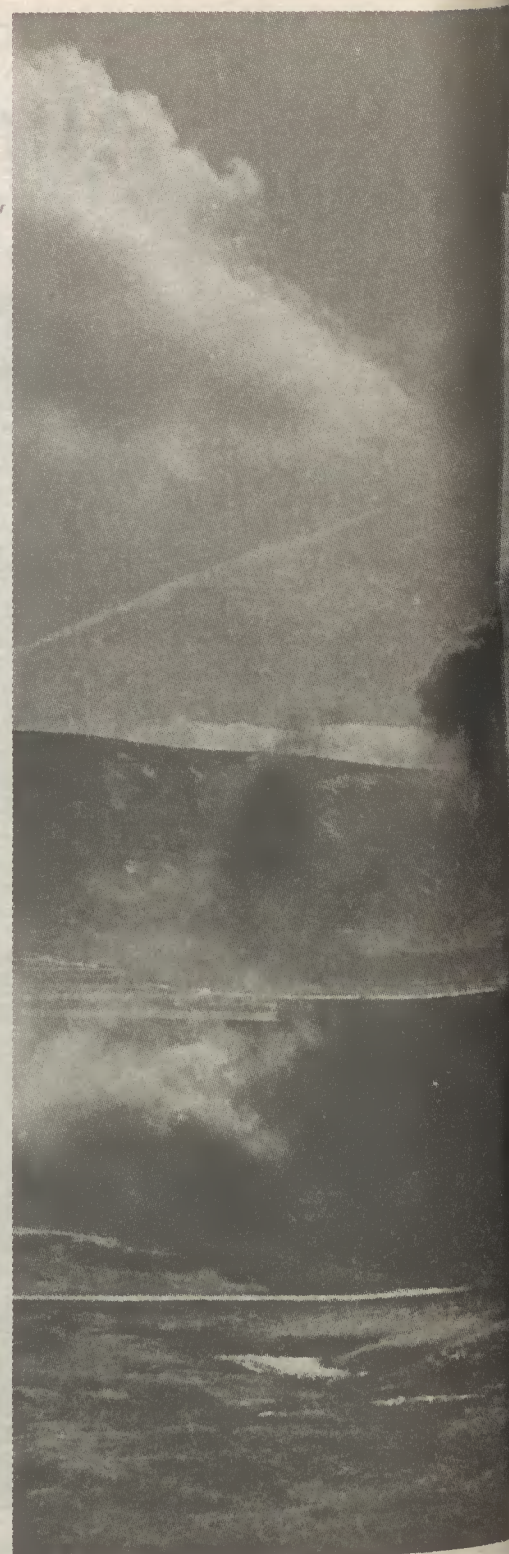
Harold Wilson, Eward Heath, James Callaghan, Margaret Thatcher, John Major, Tony Blair. Os três primeiros provocaram a estagnação dos caminhos-de-ferro; os outros, a sua destruição

Os 30 000 milhões de Blair

No passado mês de Outubro, a «Rail-track» pública navegava num oceano de dívidas. Disse o ministro dos Transportes, Stephen Byers: «O governo não pode passar à «Railtrack» um cheque em branco.» Os investidores privados na empresa estavam «à coca» posto que o gabinete de Blair tinha anunciado considerar-se preparado para injectar 30 000 milhões de libras «nos comboios» ao longo dos próximos 10 anos. Quando Byers declarou a «Railtrack» em administração (falida) foi grande o clamor. Um dos grandes Bancos, o «Hongkong & Shanghai Banking Corporation» (sucessor do Midland Bank), cativou, imediatamente, algumas centenas de milhões de libras que a «Rail-track» ainda tinha em depósito. Gritaram os investidores: «Esse dinheiro é nosso!» Disse o ministro: «Não, o

dinheiro é do Estado!» O Banco replicou: «Só o desbloqueamos se nos pagarem uma indemnização!» Todos correram aos advogados cujos salários ascenderão a muitos milhões, também. Mas, o ministro ainda esclareceu: «Não haverá dinheiro público para compensar seja quem for.»

O plano do primeiro-ministro, Tony Blair, o tal dos 30.000 milhões, foi anunciado na passada terça-feira. Prevê a substituição da «Railtrack» estatal por uma «Autoridade Estratégica para a Indústria Ferroviária» que passará a administrar e a regulamentar tudo desde as linhas ferroviárias aos «toilettes» nas estações - mas permitirá a continuação das operações das 25 irmãs... Haverá um orçamento para projectos de curto prazo - por exemplo, a criação de um sistema electrónico de protecção, a construção



O comboio de Marley Hill, a vapor. É o mais antigo em serviço

Amemos os nossos comboios

Os caminhos-de-ferro nasceram da necessidade de conseguir-se para veículos em sistema de reboque uma direcção correcta e uma melhor resistência aos balanços criados pelo andamento. A tracção era animal. As linhas, feitas em madeira, já existiam em 1670 na região de Newcastle. Mas os comboios, tal como os imaginamos, modernamente, nasceram da invenção da locomotiva. As linhas férreas apareceram em Sheffield em 1776. Em 1801, começou a construir-se o primeiro caminho-de-ferro com viaturas ainda puxadas por cavalos num trajecto entre Wandsworth e Croydon (sul de Londres) de 16 quilómetros. Entraria ao serviço três anos mais tarde.

Em 1802, dois construtores ingleses, Vivian e Trevithick, obtinham licença para a construção da primeira máquina a vapor. Quatro anos mais tarde, o primeiro conseguiu construir uma via férrea muito similar às do nosso tempo dando origem ao tipo de transportes ferroviários actuais. A máquina a vapor começou a ser experimentada em 1770 pelo engenheiro francês Joseph Cugnot, enquanto a locomotiva de Vivian e Trevithick derivava das experiências, aliás ridicularizadas, do americano Oliver Evans (1804). Seria o inglês Blackett o primeiro a provar a «aderência suficiente» das rodas da locomotivas às linhas lisas.

A locomotiva moderna foi concebida e desenvolvida pelo inglês George Stephenson, filho de um mineiro da zona de Newcastle. O modelo por si criado já transportava, em 1829, 13 toneladas de mercadorias a uma velocidade de 24 kms/hora. A locomotiva de Stephenson

foi a mãe de todas aquelas que conhecemos nos nossos tempos. Podemos imaginar, a partir dessa locomotiva, a criação dos pequenos e grandes sistemas ferroviários que foram surgindo para transporte de passageiros e carga. O caminho-de-ferro popularizou-se em todo o mundo e, na Grã-Bretanha, pátria da era industrial, alargou-se a todo o território. A sua implantação no sector dos transportes tornou-se pedra-base de todo o sistema produtivo e distributivo, deu mobilidade às populações, tornou mais próximas as cidades, as fábricas e o campo.

Outubro, Outubro...

O mesmo se verificaria noutros países e, especialmente, em França, na Alemanha, nos Estados Unidos e na América do Sul. Após a gloriosa Revolução de Outubro de 1917, a electrificação dos vastos territórios da URSS tornou-se uma questão política essencial. Com essa electrificação, surgiu a extensa rede ferroviária que ainda existe e que possibilitou o acordar de imensas regiões para a nova realidade do mundo que Lenine anteviu. Os planos quinquenais do Estado estiveram na base dos dramáticos progressos conseguidos pela indústria soviética e pela sua expansão através do vastíssimo país. Mas, sem a electrificação e os caminhos-de-ferro, tudo teria sido muito mais difícil.

Temos de dizer, entretanto, face à grandeza, à enormidade das iniciativas levadas à prática na URSS, que nos fazemos



sorrir as pequenas grandes lutas dos capitalistas britânicos à volta dos 30 000 milhões de Blair. A sua insistência na equívoca superioridade do transporte automóvel, o seu voraz desejo de asfixiar os comboios e fugir com os saldos nos Bancos. Superior, na verdade, era a tarefa dos autores dos planos quinquenais. Esses, não tinham a miragem do dinhei-

ro na sua frente. Possuíam um ideal - o do interesse colectivo. É por isso que a grande empresa socialista será sempre superior à grande empresa capitalista que não tem ideal e existe na feira dos interesses egoístas de homens primitivos mascarados de modernos.

• Miguel Urbano Rodrigues

Certezas e incógnitas no terramoto argentino

A evolução da crise argentina está a ser acompanhada com atenção absorvente em todo o Continente. Washington e os governos e as classes dominantes da América Latina assim como as esquerdas coincidem na conclusão de que o «estallido» social na grande nação do Cone Sul é um acontecimento com características inéditas no Hemisfério.

A convergência de opiniões acaba aí. O que nuns é temor, noutros desponta como esperança.

Em duas semanas o país teve cinco presidentes. Esse absurdo aparente reflecte a gravidade e complexidade de uma crise cujo desfecho é imprevisível.

Eduardo Duhalde, o novo chefe do Estado, resumiu a situação existente no seu discurso de posse (durou cinco minutos) em quatro palavras que correram mundo: «A Argentina está falida!»

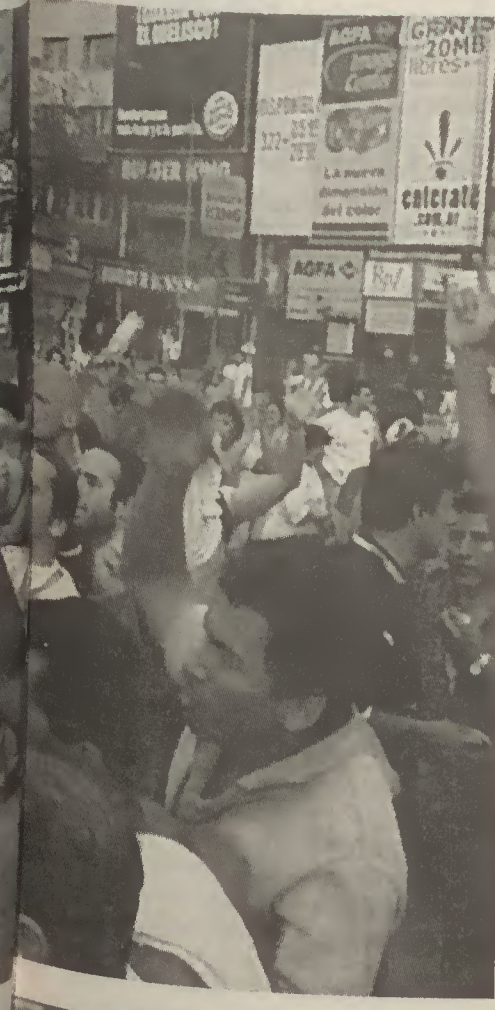
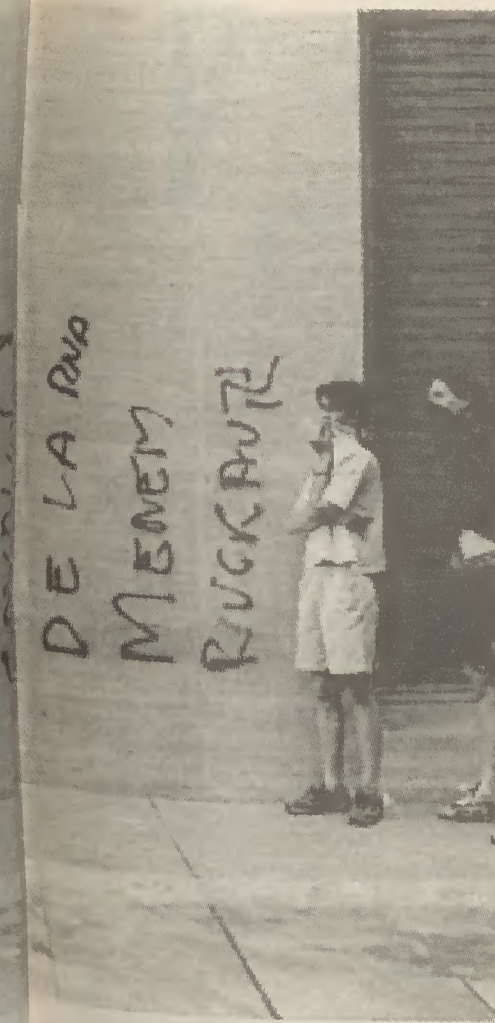
Rodríguez Saá, o mandatário eleito após um intermezzo de violência, durou poucos dias. Fez promessas que não poderia cumprir, mas não deu resposta a exigências prementes das massas. Tentou conciliar e ficou isolado no seu próprio partido. Renunciou.

Duhalde é também peronista. Um político do sistema. Foi ministro de Menem e, na época, antes de entrar em choque com o chefe, defendeu a política imposta pelo FMI. Hoje define-a como «perversa» e proclama a necessidade de um novo «modelo económico». Mas o

discurso que dirigiu aos empresários, por ele convocados, deixa transparecer a esperança ilusória numa convergência de interesses e objectivos entre os trabalhadores e aqueles que os exploram. A sua fala, própria de um devoto do capitalismo, não impressionou as vítimas da crise. Ao atribuir a responsabilidade da falência do país ao aventureirismo financeiro e a uma política monetária que subalternizou a produção e reduziu à pobreza e à miséria milhões de argentinos, Duhalde tentou conquistar os industriais e confundir os trabalhadores. Mas os efeitos da desvalorização do peso (30%) e das medidas que põem termo à polarização rígida da economia não podem ser os por ele pretendidos. Nos bancos os depósitos voaram há muito, no âmbito da roubalheira generalizada. Nos cofres do Tesouro não há dinheiro nem para pagar as pensões aos reformados.

Como o susto em Washington é grande, tanto a Casa Branca como o Departamento de Estado evitam críticas ao novo governo. Há mesmo indícios de que nas presentes circunstâncias lhes agrada. Mas é sintomático que o governo de Bush insista na necessidade de uma íntima cooperação com o FMI como única saída para a recuperação económica do país. Esse discurso tem notas de humor negro que suscitaram o riso não apenas dos argentinos mas de toda a América Latina. A mezinha que se recomenda é precisamente aquela que quase matou o doente...

Merece reflexão a mudança de linguagem de muitos políticos, tanto pero-



nistas como radicais. Nos últimos dias, subitamente, começaram a defender «a necessidade de um governo forte». A fórmula é propositadamente ambígua. O que seria no momento «um governo forte»?

O exército, tradicionalmente golpista, tem permanecido passivo. Apavorado com a crise económica e financeira não sentiu a tentação do assalto directo ao poder, porque não saberia como o exercer. Mas outra coisa será dar o seu aval a

um governo civil autoritário, de fachada democrática.

A história ensina-nos que explosões sociais como a da Argentina não são de duração prolongada quando não desembocam em rupturas revolucionárias. A burguesia argentina não desconhece essa realidade.

Qualquer que seja o desfecho da actual crise as lições a extrair dela justificam, entretanto, a inquietação que suscita em Washington.

O resultado das soluções impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial na Argentina está à vista. No país que há sessenta anos se orgulhava de ser o sexto mais rico do mundo, hoje o povo tem fome e saqueia os supermercados em busca de alimentos

Os dias da cólera na Argentina deixaram na capital e em muitas das principais cidades do país um rasto de destruição e morte. Mas nem o estado de sítio nem a brutal repressão policial conseguiram desta vez deter a revolta popular



• André Levy

Em nome do combate ao terrorismo

EUA ensaiam circo romano

Os EUA iniciaram já a transferência de várias centenas de prisioneiros Taliban e da Al-Qaeda para a sua base naval em Guantanamo, Cuba. O estatuto destes prisioneiros e o que lhes irá suceder não é nada claro. As condições das celas em Guantanamo foram descritas como «escandalosas» por Jamie Fellner, director da secção norte-americana da Human Rights Watch.

Segundo a Convenção de Genebra, os prisioneiros de guerra (PDG) devem ser detidos em condições semelhantes às exigidas pelos captadores. Mas os detidos não são oficialmente reconhecidos como PDG. O Secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, descreveu-os com «combatentes ilegais», implicando que não receberão protecção da Convenção

Em vista está um processo jurídico distinto não só dos tribunais civis como também dos tribunais militares regulares ou conselhos de guerra. Legalmente não constitui tribunal, sendo mais apropriado a denominação como comissão militar. Não haverá júri ou juiz, apenas um painel de cinco militares que poderão nem ter experiência jurídica (recorde-se que os juízes do Tribunal de Nuremberga eram juristas civis). O procedimento poderá ter lugar fora dos EUA e de portas fechadas ao público (certamente umas das razões de ser das comissões militares). Segundo a ordem presidencial, a condenação e sentença (incluindo pena de morte) poderá ser determinada por uma maioria de dois terços de membros da comissão. O presidente decide quem enfrentará acusação e tem a última palavra sobre condenações e sentenças.

O julgamento de suspeitos terroristas em comissões militares em vez dos tribunais civis tem sido das propostas mais contro-

Paródia de justiça

Os defensores das comissões militares alegam que é necessário justiça rápida, pois o país está em guerra (embora o Congresso nunca tenha formalmente declarado guerra, autorizou o presidente o usar «toda a força necessária contra os terroristas»). Alegam que os suspeitos terroristas não merecem as garantias constitucionais, embora a sexta emenda à Constituição dos EUA providencie um julgamento público e imparcial sem descriminar cidadania. Fazem apelo ao uso de comissões militares no passado. Este mecanismo foi usado em 1942 contra oito nazis que desembarcaram na costa leste com o objectivo de danificar a indústria de guerra. Os sabotadores não foram considerados PDG, mas foram antes declarados «combatentes ilegais» e julgados em comissões militares secretas. Esta decisão foi disputada na altura, mas foi depois sancionada pelo Tribunal Supremo (1). Esta comissão foi estabelecida para uma ocasião específica e foi de uso limitado. A presente ordem presidencial é ilimitada no tempo e qualifica, segundo Bush, aqueles «que procuram destruir o nosso país e o nosso modo de vida» como «combatente ilegais», quer sejam combatentes Taliban no Afeganistão ou terroristas «adormecidos» nos EUA.

É alegado que o sigilo das comissões é necessário como modo de proteger informações classificadas, informantes e outras pessoas envolvidas no julgamento (o júri num tribunal civil estaria em risco de retaliações, sustentam os defensores das comissões). Contudo, vinte seis terroristas foram julgados e condenados em tribunais civis pelo ataque ao World Trade Center em 1993, numa situação análoga. Outro caso recente foi o julgamento do terrorista doméstico Timothy McVeigh, também num tribunal civil. O único suspeito detido nos EUA acusado em ligação aos atentados do onze de Setembro, Zacarias Moussaoui, irá de facto ser julgado em tribunal civil. O vice-presidente Dick Cheney justificou esta opção por oposição à inauguração das comissões militares com base na qualidade do caso contra Moussaoui, implicando que as comissões serão apropriadas quando os casos forem mais fracos e que a justiça é apenas um meio de condenar quem *a priori* já é considerado culpado.

Críticas e preocupações provieram também de fora dos EUA. Significativamente, procuradores espanhóis recusaram-se a extraditar detidos se estes poderem enfrentar a pena de morte ou julgamento fora dos sistema de tribunais regular (incluindo tribunais militares). A Espanha detém catorze suspeitos membros da Al-Qaeda, e existem suspeitos detidos no Reino Unido e na França, ambos países sem pena de morte. Os críticos têm também sublinhado que a falta de transparência e imparcialidade de tais comissões envia o sinal errado ao mundo islâmico. Se este deve ser convencido da culpabilidade de Bin Laden e da Al-Qaeda e de que a «guerra não se trava contra o islão mas contra o terrorismo», então os EUA devem providenciar julgamentos públicos e justos. Devem agir segundo os critérios que exigem de outros países, como por exemplo quando criticaram o tribunal militar peruano que condenou Lori Berenson, ou os tribunais militares que julgam terroristas no Egipto. Não será por acaso que o presidente do Egipto, Hosni Mubarak, se sentiu vingado com a medida dos EUA, que «prova que nós tínhamos razão desde o início em

usar todos os meios, incluindo tribunais militares, em resposta aos crimes que ameaçam a segurança» (2).

Se os EUA oferecerem aos suspeitos terroristas menos direitos que os do Tribunal Internacional em Haia, ou os exigidos segundo a Convenção de Genebra, abrem as portas para que estes venham a ser vistos não como criminosos mas como prisioneiro político, que sejam condenados nas comissões militares mas ilibados ou martirizados na opinião pública mundial. O cumprimento da Convenção de Genebra e a protecção dos direitos humanos exige-se não só por razões de direito ou diplomacia, mas de coerência. Quem poderia argumentar caso um soldado seu fosse preso por forças Taliban, ou outras, e condenado por participar na morte de milhares de mortos civis no Afeganistão? Os EUA devem reger-se pelos princípios que proclamam defender. Caso contrário poderíamos suspeitar que existem outras razões por detrás da presente intervenção militar.

Critérios

A ordem militar emitida por Bush, enquanto Chefe das Forças Armadas, trouxe apenas o formato geral de funcionamento. As demais regras de processo estão ainda a ser elaboradas pela administração e têm ainda de ser aprovadas pelo Secretário de Defesa. Mas em Dezembro passado, um esboço não oficial do plano final foi publicado na imprensa. Entre as propostas que constam neste plano incluem-se a presunção de inocência (sobre a qual a ordem presidencial não se havia pronunciado), o critério de culpa «para além da dúvida razoável», a possibilidade de ajuda legal civil e de apelos a círculo superior, e a exigência de unanimidade para condenação à morte.

A administração reagiu à fuga de informação minimizando o plano como ainda muito preliminar, embora esta tenha agido em seu favor acalmando muitos dos críticos. Ainda que as protecções esboçadas se venham a confirmar, persistem elementos reprováveis. A proposta coloca mínimas restrições à qualidade das provas. Qualquer evidência «com valor de prova para um peso sensata» é admissível, permitindo boatos ou testemunho de terceiros e possivelmente o questionável vídeo de bin Laden com o al-Harbi e o Xeique Suleiman. Permite que certas provas sejam mantidas em segredo da defesa. Por outro lado, embora exista a possibilidade de apelo, este é decidido por um painel de três militares, não por juizes federais civis. Todo o processo fica à margem da jurisdição civil, tanto mais se vierem a ser julgados em Guantanamo, que não está ao abrigo da jurisdição dos EUA.

Os EUA não são hoje um país mobilizado para a guerra, como o terá sido durante a participação na segunda guerra mundial. O horror dos ataques de onze de Setembro, o pânico gerado pelos ataques de antraz, o medo de futuros ataques reduz-se. A guerra no Afeganistão é sentida como distante e aparentemente terminada. As preocupações públicas parecem mais viradas para a presente crise económica. Não existe já um clima de vingança cega que clame satisfação a todo o custo e justifique a suspensão do direito e da justiça. Mas a administração Bush tem já a bisarma orçamental virada para despesas militares, defesa do território e apoios fiscais às grandes corporações. Seria lamentável que as comissões militares, oferecendo aos réus direitos e oportunidades de defesa limitados num processo quase decidido à partida, funcionassem como circo romano para entreter a plebe.

(1) O caso contra os sabotadores apoiava-se quase todo no testemunho de um deles, que recebeu uma pena de 30 anos (tendo sido perdoado e deportado por Truman 6 anos mais tarde). Os restantes foram condenados à morte e executados no mesmo dia da condenação.

(2) Entrevista no jornal egípcio *Al Gomhuriya* (16 de Dez).



de Genebra. Adicionalmente, segundo esta Convenção, deveriam ser julgados segundo as mesmas regras a que seria submetido um detido das forças captoras, neste caso o procedimento de Conselho de Guerra das forças dos EUA. Mas outra possibilidade se perfila, o uso das propostas comissões militares, cujos moldes estão ainda sob preparação.

A 13 de Novembro, o presidente George W. Bush legislou comissões militares para julgar não-cidadãos que tenham cometido actos de terrorismo contra os EUA, tenham ligação ao Al-Qaeda, ou que simplesmente tenham albergado qualquer pessoa que tenha apoiado actos terroristas que de algum modo tenha tido efeitos adversos sobre a economia ou política externa nos EUA. (Podiam-se incluir nesta última categoria Nelson Mandela ou Gerry Adams.) Caso fosse necessário algo ainda mais geral e vago, uma cláusula estende o braço das comissões a todo aquele que «seja do interesse dos EUA» julgar por este modo.

versas da administração Bush na sua campanha contra o terrorismo. Em questão está não só a ausência de imparcialidade e de garantias constitucionais para os réus, mas também a legitimidade do presidente em criar tais comissões sem consultar nem pedir aprovação da Casa de Representantes. Bush tentou apaziguar os críticos com promessas de usar as comissões judiciosamente e pedindo a confiança no seu bom critério. Com taxas de aprovação tão altas como as de Bush, esperar o apoio do eleitorado (e por arrasto os dos seus representantes) é quase um dado adquirido.

Apesar da oposição pública, durante uma audiência do Comité Judicial do Senado para discutir os efeitos das iniciativas antiterrorismo sobre as liberdades cívicas, o Procurador-Geral John Ashcroft mal foi pressionado a justificar as comissões militares ou a explicar o seu funcionamento. Aproveitou antes para alertar que os críticos da administração «ajudam os terroristas, minam a unidade nacional e diminuem a nossa resolução».

Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Parece que pegou, também entre nós, a moda de bater a eito na Ciência. Uma Ciência tanto mais facilmente fragilizável quanto é - no contexto social actual - em grande parte assimilada à Tecnologia, às suas aplicações. Para muitos mesmo, na sua cabeça, a Ciência é como que subsumível na Tecnologia. E, seguindo esta linha de raciocínio, em vez de utilizarem a designação de Tecnologia, o que seria mais correcto, chamam de preferência Ciência à Tecnologia assim expandida (isto é, que inclui a Ciência). A partir desta premissa, parece ser de uma simplicidade sem apelo o poder incriminar a Ciência de todos os malefícios provocados pela utilização dos meios que, em nome dela, têm sido concebidos e produzidos, e ainda os que estão na forja - na verdade, aplicações empregando em crescendo o conhecimento científico.

Um destes dias, foi a vez de João César das Neves (JCdN), Professor de Economia e colunista na nossa Comunicação Social, sair à liça no DN para nos dizer ter o fim da URSS significado uma derrota da Ciência - tanto se quis construir tudo cientificamente, a começar pela planificação na economia, que foi o visto!

A tal Ciência - entenda-se «as técnicas mais sofisticadas da política, economia e sociologia da época» -, que terá sido fundamental,

despropósito, ainda: «o aborto já matou mais inocentes que as purgas estalinistas» (sic). Além disso - reconhece - são também outras as áreas da Ciência que o Ocidente persegue com tenacidade. Nomeadamente os avanços na área da Internet - as auto-estradas e a sociedade da informação, acrescentamos nós. Enfim, tudo devido, entende-se do texto de JCdN, a um fundamentalismo científico e, portanto, ao menos-



Quando a ciência é sinónimo do mal!

em conjunto com as «infindáveis estepes», para a vitória da URSS sobre a Alemanha, Itália e Japão na 2.ª Guerra Mundial. E para quê? Não foram as potências que sofreram com a derrota que acabaram por sair vencedoras no pós-guerra, justamente devido a esse sofrimento? - escreveu ainda JCdN. O articulista, a pensar nos «milagres» económicos nestes países?

Chegados aqui, pergunta-se: e os EUA, também vencedores, e dos menos sofrendores, mais que não fosse por razões de distâncias a teatros de guerra, também não prosperaram no pós-guerra, e inclusivamente não foram grandes beneficiários da força científica europeia, em particular da alemã? E a URSS, sem plano Marshall, também progrediu imenso no imediato pós-guerra, económica e cientificamente. Terá acontecido assim porque a URSS sofreu tanto com a guerra? Afinal, a URSS também sofreu, ou não terá sofrido? Confesso que a argumentação de JCdN não resiste a um mínimo de análise de consistência... será que, nas suas lições, também reinam semelhantes confusões? Mas continuemos.

Agora - JCdN ainda a discorrer - é a vez do Ocidente estar à beira do desastre, acima de tudo com o avançar da Biologia, com o horror dos clones que vêm aí, com o seu «Gulag dos embriões congelados»! E, a propósito, ou a

prezo a que são votados os indivíduos e as suas identidades (neste ponto poderíamos estar de acordo com JCdN, mas desconfio serem diversos os entendimentos para estes termos). Pois é, em tudo isto JCdN a discorrer acima de tudo sobre a Tecnologia e outras coisas, e a omitir (por desconhecimento?) o papel desempenhado pela Ciência na tão apregoada necessidade de «aprofundamento da vida interior» e de «elevação espiritual»!

Ainda para que fique registado, também não é possível iludir a convicção de JCdN, ao apresentar os seus exemplos e os problemas implicados, estar a fazê-lo sob a influência de uma forte polarização ideológica. E chama-se à colação este facto, mesmo tendo em atenção que JCdN arrazoa, no caso da URSS, de modo sereno - quanto basta, é certo -, nomeadamente em relação ao empreendimento de planificação da sua economia.

Mas, no mínimo, é curioso verificar a sua grande preocupação com actuações que vão contra o que é «natural», o que é «dado», sejam elas, na economia - o plano contra o mercado -, ou seja, para falarmos do que temos hoje pela frente, na manipulação genética - o fabrico de seres em vez da sua natural criação, a invenção de seres de espécies inexistentes (os «fins terapêuticos») da tecnologia a encobrirem a tentação prometeica?). Enquanto, por outro lado, lídimos representantes tecnológicos da Ciência mais avançada - as bombas nucleares - nem sequer são referidos. Não andou já o Mal à solta em Hiroshima e Nagasaki? E curiosamente, da crítica ambientalista e ecológica, da questão da sustentabilidade, também uma mão cheia de quase nada. Escolhas.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Diálogo

I
«Procurar novas artes
de ouvir a voz do sino?
Abraçar-te?
Se mudares, assino...»

Assim falas com o charme
do sedutor serôdio.
Tu queres abraçar-me
ou comer-me todo?

II
Espera aí.
Para seguir viagem
qual a vantagem
de eu ser igual a ti?

Se fazes o
que não está certo
e se eu aprovar o que tu
fazes, a soma é ainda mais deserto.

III
Tudo falha, de resto,
se, no reino das mentiras,
me quiseres só como pretexto
de provar que respiras.

Há-de ser outra a solução de fundo.
Sozinho, vais ao fundo.

IV
A ponte existe
porque o rio insiste.

Ponte: a passagem
que aperta a mão
margem a margem.

Para outra margem
como diz a canção.

V
Lutar não cansa
se não se cansa a esperança.
A arma põe-se à prova
em cada etapa nova.

Ser é o que for preciso
no mar da confusão.
A História envia cartas com aviso
de recepção.

Cartoon

• Monginho

«CHEGA DE BOTA ABAIXO»
É O LEMA DO PRIMEIRO
CARTAZ DO PS PARA
AS ELEIÇÕES QUE ...

COITADOS.
ESTÃO MESMO
TRAUMATIZADOS!





Plenários de militantes

ALMADA

Pragal – Plenário de militantes da freguesia: sábado, 19, às 15h30, no CT do Pragal.

Plenário da célula dos Trabalhadores da Autarquia: quinta-feira, 24, às 18h, no CT de Pombal.

Plenário da célula dos Trabalhadores do Arsenal: quinta-feira, 24, às 18h, no CT de Pombal.

Plenário de militantes da freguesia de Caparica: sexta-feira, 25, às 21h, no CT da Caparica.

Plenário de militantes da freguesia de Laranjeiro: sexta-feira, 25, às 21h, no CT do Laranjeiro.

LISBOA

Plenário de militantes do Sector de Serviços e Hotelaria de Lisboa: hoje, dia 17, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário de militantes da Carris: hoje, dia 17, às 18h, no CT Vitória, para discussão da situação política e social e das eleições legislativas.

Plenários do Sector da Função Pública da ORL - do OD, hoje, dia 17, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória, para discussão da situação política, designadamente eleições legislativas; - do Sector, quinta-feira, 24, às 19h, no CT Vitória, com a mesma Ordem de Trabalhos, com a participação do camarada José Casanova.

Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira: sábado, 19, às 15h, no CT Vitória. Ordem de Trabalhos proposta: 1. Situação política, social e eleitoral; 2. Apreciação das eleições autárquicas; 3. Eleições legislativas de 17 de Março.

Plenário de militantes de Benfica: sábado, 19, às 15h, no CT de Benfica, para análise da situação política, social e eleitoral, com a participação de Margarida Aboim Inglês.

Plenário de militantes do Sector Sindical da ORL: segunda-feira, 21, às 18h30, no CT Vitória, para discussão das conclusões da reunião do CC e eleições legislativas, com a participação do camarada Domingos Abrantes.

Plenário de militantes da freguesia de Carnaxide: terça-feira, 22, às 21h, no CT de Carnaxide, para fazer o balanço das eleições autárquicas e discutir a situação política e próximas eleições legislativas. Participa o camarada Arménio Carlos.

Plenário de militantes da Organização dos Bancários de Lisboa, para continuação do debate do plenário anterior e discussão das conclusões da reunião do CC: terça-feira, 22, às 17h30, no CT Vitória.

Plenário de militantes de S. Domingos de Benfica, com idêntica Ordem de Trabalhos: quinta-feira, 24, às 21h, no CT de Benfica.

Plenário do Sector de Empresas de Lisboa: sexta-feira, 25, às 19h30, no CT Vitória.

Plenário de militantes da freguesia de Sto. Condestável: sábado, 26, às 15h, no CT Pedro Soares.

Plenário da célula da Câmara Municipal de Lisboa: quinta-feira, 24, às 19h, no CT Vitória.

LOURES

St. Iria de Azóia – Plenário de militantes da freguesia, para análise da situação política e resultados das Autárquicas: sexta-feira, 18, às 21h, no CT.

Caldas da Rainha

Debate promovido pelo Colectivo do Ensino Superior das Caldas da Rainha sob o tema

«O PCP na Assembleia da República»

com a participação de Margarida Botelho e Luísa Araújo
Dia 23 às 21h, no CT do PCP



Sintra

Plenário concelhio de militantes da JCP

para discussão da situação política, plano de trabalho 2002, proposta de resolução política do próximo

Encontro Concelhio de Sintra
Dia 20 às 14h30, no CT Cacém

MONTIJO

Plenário de militantes da freguesia de Montijo: hoje, dia 17, às 21h30, com a participação do camarada José Caetano.

ODIVELAS

Plenário concelhio de militantes: segunda-feira, 21, às 21h, na Sociedade Musical Odivelense, com a participação do camarada Francisco Pereira.

OEIRAS

Queijas – Almoço-convívio no Centro de Trabalho local, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês: domingo, dia 20, a partir das 13h.

Plenário concelhio de militantes sobre a situação política e social e as próximas Legislativas: segunda-feira, 21, às 21h, no CT de Algés, com a participação do camarada Francisco Lopes.

Caxias – Plenário de militantes da freguesia: hoje, dia 17, às 21h, no CT de Algés, com a participação da camarada Clarinda Nogueira.

PALMELA

Marateca – Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, 18, 21h, em Bairro Margaça.

Pinhal Novo – Plenário de militantes da freguesia: sábado, 19, às 15h, no CT de Pinhal Novo, com a participação de Edgar Pereira.

PORTO

Plenário de militantes das Células e sectores profissionais da ORP: segunda-feira, 21, às 18h30, no CT da Boavista.

SANTARÉM

Coruche – Reunião da célula dos trabalhadores da CM, sobre a situação política local e nacional e as próximas legislativas: sexta-feira, 18, às 17h30, no CT de Coruche.

Santarém – Reunião de militantes sobre a actual situação política e as próximas eleições legislativas, com a participação do camarada Luísa Araújo: sexta-feira, 18, às 21h, no Centro de Trabalho.

VILA FRANCA DE XIRA

Vila Franca de Xira – Plenário da célula da CM/SMAS: hoje, dia 17, às 17h. Plenário de militantes da freguesia: terça-feira, 22, às 21h, no CT de Vila Franca.

Vialonga – Plenário de militantes e simpatizantes do Partido da freguesia, sobre a situação política nacional e internacional e as próximas eleições legislativas: domingo, 20, às 15h, no CT de Vialonga, com a participação de Adelaide Alves.

Alverca – Plenário da célula dos trabalhadores da Junta de Freguesia: segunda-feira, 21, às 21h, no CT de Alhandra.

VILA NOVA DE GAIA

Reunião concelhia de militantes, sobre a situação política e a intervenção do PCP, com vista às eleições legislativas antecipadas: domingo, 20, às 15h, no CT de Gaia.

Encontro Nacional do PCP
sobre as Eleições Legislativas 2002

Para uma política de esquerda
**mais força
ao PCP e à CDU**

27 de Janeiro | Centro de Congressos da FIL | Junqueira | Lisboa



Encontro Nacional do PCP

Com o objectivo de, no quadro da orientação definida pelo Comité Central, contribuir para a unificação da orientação do Partido relativa à batalha das legislativas e para o arranque da preparação da campanha eleitoral em todo o País, realiza-se, a 27 de Janeiro, um Encontro Nacional do PCP.

No Encontro, que decorrerá no Centro de Congressos da FIL, à Junqueira, entre as 10h30 e as 18h, prevê-se a participação de 2000 militantes do Partido.

Encontro de Quadros da Emigração na Europa do PCP

Nanterre (França – Região de Paris) – Dias 19 e 20 de Janeiro com a participação do camarada

Rui Fernandes

Dia 20 às 12h30

Apresentação dos candidatos da CDU pela Europa

Direito de Optar Plataforma pela despenalização do aborto

Acções de solidariedade com as mulheres da Maia acusadas de aborto

Dezassete mulheres estão a ser julgadas na Maia pelo crime de prática de aborto.

Sexta-feira, dia 18 de Janeiro, vai ser lida a sentença.

Estas 17 mulheres correm o risco de ser condenadas.

A Plataforma Direito de Optar promove nesse dia acções de solidariedade com essas mulheres e em defesa da despenalização do aborto até às 12 semanas de gravidez.

Em LISBOA – Das 12 às 14h, junto ao Tribunal da Boa Hora
No PORTO – A partir das 9h, junto ao Complexo Desportivo da Maia

VIAGEM AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro – Angra dos Reis e Cabo Frio – Búzios

5 a 13 de Outubro (data prevista)

promovida pela Comissão Concelhia de Almada

(Inscrições e informações: Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

Associação de Amizade Portugal-Cuba

Jantar com animação cultural

comemorativo do aniversário da vitória da Revolução Cubana

Dia 25 às 20h, na Rua de S. José, 24, com a presença do Sr. Embaixador de Cuba

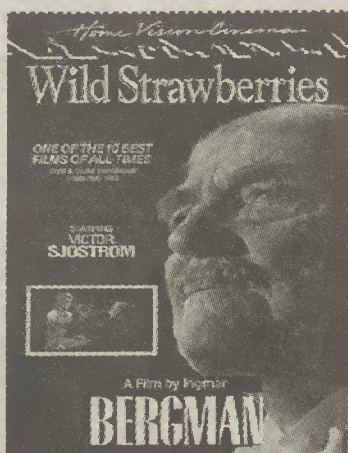
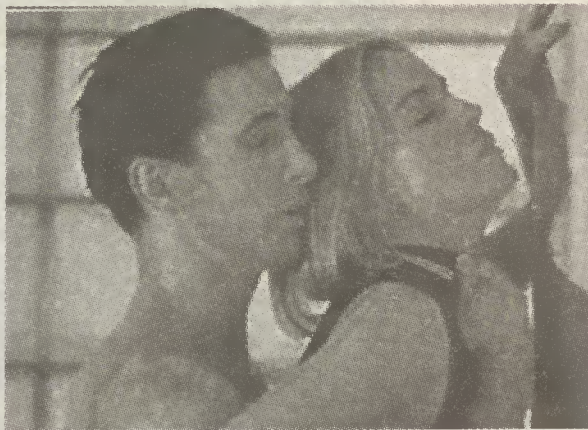
ATVer

Violação de Privacidade é um interessante filme de suspense e mistério

O Nosso Agente em Havana

(Quinta-feira, 17.01.02, RTP-2)

Se há felizes coincidências na reunião de talentos, **O Nosso Agente em Havana** é disso paradigmático. Com argumento de **Graham Greene**, adaptado do seu próprio romance homónimo, produção e realização de **Carol Reed** e um notável elenco, onde se contam nomes como **Alec Guinness**, **Burl Ives**, **Maureen O'Hara**, **Ernie Kovacs**, **Noel Coward** ou **Ralph Richardson**, esta irónica e satírica história de espionagem é uma comédia a vários títulos surpreendente. Rodado em Cuba pouco depois do triunfo da revolução cubana, **O Nosso Agente em Havana** é uma irresistível história de equívocos sobre um vendedor de aspiradores que se torna espião e vai inventando informações para ganhar dinheiro (um Alec Guinness portentoso), dando azo a um grande e hilariante sarcasmo ao mundo paranóico da espionagem. Tudo começa com um inglês pacato e discreto, representante em Havana de uma empresa de aspiradores, que aceita tornar-se «agente secreto britânico» para poder custear os estudos da filha na Suíça... Uma excelente comédia feita em 1960, hoje um clássico do género.



Morangos Silvestres, que **Ingmar Bergman** rodou em 1957, é um dos seus filmes mais célebres e fascinantes

por uma rapariga, por sua vez acompanhada por um feroz cão-lobo - a quem conquista a amizade - e um vagabundo. Com **Meredith Salenger** no principal papel, numa surpreendente realização de **Jonathan Kaplan**.

Violação de Privacidade

(Sábado, 19.01.02, TVI)

Violação de Privacidade

é um interessante filme de suspense e mistério protagonizado por **Sharon Stone**, uma recém-divorciada que, ao instalar-se num novo apartamento, é calorosamente recebida por dois atraentes vizinhos, um escritor (**Tom Berenger**) e um designer de software de computadores (**William Baldwin**), ao mesmo tempo que começa a sentir-se incomodamente espiada...

007, o Mundo não Chega

(Domingo, 20.01.02, SIC)

Devidamente adaptado aos tempos que correm, este é um dos mais recentes filmes de James Bond, o agente secreto com ordem para matar, agora protagonizado por **Pierce Brosnan**. O mau da fita tem planos para destruir a economia do planeta (cá está! *Mister Bond* também se globalizou), ao mesmo tempo que persegue uma rica herdeira. É claro que o 007 põe tudo na linha, com o devido foguetório!

O Silêncio dos Inocentes

(Segunda-feira, 21.01.02, SIC)

Campeão dos óscares em 1992 (vencedor das categorias mais importantes: melhor filme, realização, argumento e intérpretes principais) **O Silêncio dos Inocentes** foi igualmente um estrondoso sucesso de bilheteira, tão estrondoso que originou uma empobrecedora sequência. Mas este original é um filme de mão-cheia, onde **Anthony Hopkins** tem um dos seus mais marcantes papéis ao criar um inteligentíssimo e tortuoso assassino-em-série que manipula uma jovem investigadora do FBI (**Jodie Foster**, igualmente brilhante) para conseguir a fuga e, de passagem, resolver o caso de um outro serial killer que a jovem do FBI anda a investigar. Realização de grande qualidade por parte de **Jonathan Demme**.

Los Angeles Confidencial

(Quarta-feira, 23.01.02, TVI)

Considerado um dos grandes filmes de 1997 (que até ganhou dois óscares, um para **Kim Basinger** como Melhor Actriz Secundária e outro pelo Melhor Argumento Adaptado), **Los Angeles Confidencial** adapta com particular talento um clássico policial de **James Ellroy** contando-nos a sombria história de três polícias (**Kevin Spacey**, **Russel Crowe**, **Guy Pearce**), uma prostituta de luxo (**Kim Basinger**), um chulo milionário (**David Strathairn**), um jornalista de escândalos sem escrúpulos (**Danny DeVito**) e um comissário de polícia aparentemente ético (**James Cromwell**), todos evoluindo num sufocante enredo de mistério, ambição e crime. Como se vê, um excelente naipe de actores para um policial de grande nível.

Morangos Silvestres

(Quarta-feira, 23.01.02, RTP-2)

Morangos Silvestres, que **Ingmar Bergman** rodou em 1957, é um dos seus filmes mais célebres e fascinantes. Centrando-se na viagem de um velho professor que se desloca para uma homenagem académica e ao longo da qual vai repensando toda a sua vida, Bergman constrói uma obra de extraordinária precisão realista e, ao mesmo tempo, de hipnótica dimensão surreal, onde utiliza com magistral eficácia a técnica do *flashback* para nos dar a genial incursão ao passado de um homem amargo e frio que chega à conclusão de ter tido uma vida árida e falhada pelo deserto do seu egoísmo. Assinale-se a presença, neste filme, do velho mestre do cinema mudo sueco **Victor Sjöström** e de **Ingrid Thulin**, uma das actrizes marcantes do universo bergmaniano.

Quinta, 17

VRTP 1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.15 Lá em Casa Tudo Bem
14.45 Vidas de Sal
15.15 A Senhora das Águas
16.45 Pedra sobre Pedra
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Riscos
19.05 Pícaro Sonhadora
20.00 Telegiornal
21.00 Grande Informação
22.00 Um Estranho em Casa
Lá em Casa
23.00 Serviço de Urgência
24.00 Crónica do Século
«A Terra dos Adeuses - II»
01.00 Futebol de Praia
02.00 24 Horas
02.15 «Cyberjack - Plano Diabólico» (de Robert Lee, EUA/1995. Ficção Científica)

VRTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
14.10 Estação e Musas Alemãs
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Bem... Você Percebe?
20.30 3.ª Calhau a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Roswell
24.00 «O Nosso Agente em Havana» (de Carol Reed, G. Bret./1960, com Alec Guinness, Burl Ives, Maureen O'Hara. Ver Destaque)
02.00 Zapping

VSIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira

Sexta, 18

VRTP 1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.15 Lá em Casa Tudo Bem
14.45 Vidas de Sal
15.15 A Senhora das Águas
16.45 Pedra sobre Pedra
18.00 Quebra Cabeças
18.35 Riscos
19.05 Pícaro Sonhadora
20.00 Telegiornal
21.00 Um Estranho em Casa
22.00 O Crime
23.00 O Fugitivo
24.00 Crónica do Século
«Cultura Popular e Tempos Livres no Séc. XX»
01.00 24 Horas
01.15 Imagens
02.00 «A Alameda do Crime» (de Jon Steven Ward, EUA/1999, com Matt Reidy, Erin J. Dean. Terror)

VRTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
14.10 Estação e Musas Alemãs
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 2010
20.00 Bem... Você Percebe?
20.30 3.ª Calhau a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 História da Música Popular (6)
24.00 «O Assassino» (de John Woo, Hong-Kong/1989, com Chow Yun-Fat. Acção)
02.00 Zapping

VSIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave

Sábado, 19

VRTP 1

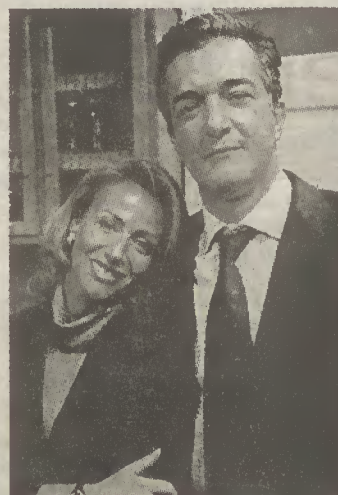
07.30 Infantil/Juvenil
11.00 Futebol de Praia
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «O Segredo de Roan Inish» (de John Sayles, EUA/1994, com Jeni Courtney. Drama. Fantástico)
17.30 «Maverick» (de Richard Donner, com Mel Gibson, Jodie Foster. Comédia)
20.00 Telegiornal
20.55 Futebol: Salgueiros-Benfica
23.00 «Piloto de Elite» (Longa-metragem)
00.30 24 Horas
00.45 «Louca» (de Martin Ritt, EUA/1987, com Barbra Streisand, Richard Dreyfuss. Drama)

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 10 Grãosinhos de Terra
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Segundos Sísmicos
20.30 Por Outro Lado
21.30 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Britecom
00.30 Artes de Palco «Putting It Together»
03.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

VSIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walter, o Ranger do Texas
16.00 «Anjos da Guarda» (de Jean Marie Poiré, 1994, com Gérard Philipe, Eva Grimaldi. Comédia)
18.00 «Viagem Clandestina» (de Jonathan Kaplan, EUA/1985, com Meredith Salenger, John Cusack. Ver Destaque)



«Fúria de Viver», com o inevitável «casal de aparências» de todas as novelas



Alberta Marques Fernandes, a primeira ex-estrela SIC a aparecer na RTP



A Broadway: dos anos 20, como aqui aparece, até hoje, «templo do espectáculo» por excelência

19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso
21.30 O Clone
23.30 Sexo e a Cidade
00.15 Amante Latino
01.15 No Fim do Mundo

02.15 «Encontros Virtuais-II» (de Sybil Richards, EUA/1998. Erótico)
04.15 Espaço Cinema

VTVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.00 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Bora Lá, Marina
22.00 Anjo Selvagem
22.30 Filha do Mar
23.30 Nunca Digas Adeus
00.30 (Filme não designado)
03.30 O Rei do Bairro

VTVI

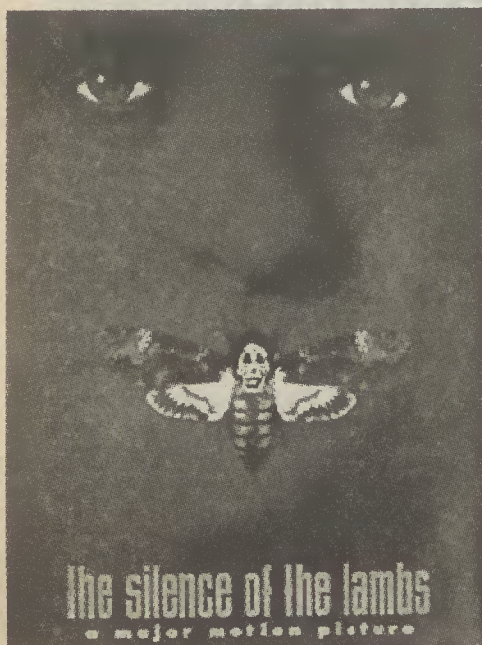
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.00 Espaço Informação
00.30 «O Abrigo» (de Scott Paulin, 1997, com John Akllen Nelson, Brenda Bakke. Aventura)
03.00 Noites Longas (Beckett)

VTVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Chiquititas
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.00 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «Atradora de Elite» (de Bharat Nalluri, EUA/1996, com Craig Fairbass. «Thriller»)
02.00 Ally McBeal

VTVI

09.00 Chiquititas
10.15 Survivor
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.30 «Três Homens e um Bebê» (de Leonard Nimoy, EUA/1987, com Tom Berenger, Steve Guttenberg, Ted Danson, Nancy Travis. Comédia)
17.15 Anjo Selvagem
19.00 Futebol
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Filha do Mar
23.00 «Violação de Privacidade» (de Phillip Noyce, EUA/1993, com Sharon Stone, William Baldwin, Tom Berenger. Ver Destaque)
01.00 «Negligência Médica» (de Peter Levin, EUA/1997, com Bill Brochtrup, Brock Pierce, Casey Biggs. Drama)
03.00 As Feiticeiras



Campeão dos óscares em 1992, **O Silêncio dos Inocentes** é um thriller de mão cheia



O Nosso Agente em Havana é um irresistível sarcasmo ao mundo paranóico da espionagem

Viagem Clandestina

(Sábado, 19.01.02, SIC)

Viagem Clandestina é um inesperado mergulho na Grande Depressão que devastou os EUA nos anos 30, através da pungente busca do pai encetada



«Crónica do Século» prossegue esta semana com temas que atravessaram o nosso Séc. XX, dos quais a emigração (hoje: «A Terra dos Adeuses»)

Domingo, 20

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Futebol de Praia
15.00 Made in Portugal
16.15 «Uma Paródia de Férias» (de Harold Ramis. *Comédia*)
18.00 «Austin Powers: O Espião» (Longa-metragem. *Comédia*)
19.35 Contra-Infamação
20.00 Telejornal
21.00 Vamos à revista
22.30 «A Esfera» (de Barry Levinson, EUA/1998, com Dustin Hoffman, Sharon Stone, Samuel L. Jackson. *Fantástico*)
24.00 Domingo Desportivo
02.00 24 Horas
02.15 «Passado Sangrento» (de Paul Thomas Anderson, EUA/1996. *Thriller*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Turma das Ciências
12.30 Clube da Europa
13.00 Horizonte
14.00 Desporto 2
18.00 Para Além de Babel
19.00 Onda Curta
19.30 Artes e Letras
«Broadway - Um Século de Comédias»
20.30 Elis Regina
21.30 Jornal 2
22.30 Crimes Portugueses: «A Hora da Morte»
23.45 Sinais do Tempo
00.45 2010

▼ SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Regresso a Casa» (de Duwayne Dunham, prod. Estúdios Disney. *Fantasia. Juvenil*)
16.00 «La Bamba» (de Luiz Valdez, EUA/1987, com Lou Diamond Phillips, Esai Morales. *Musical. Biografia*)
18.00 «007 - O Mundo Não Chega» (de Michael Apted, EUA/1999, com Pierce Brosnan, Sophie Marceau. *Ver Destaque*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fora de Série
22.30 Herman SIC
00.45 «Halloween H20 O Regresso» (de Steve Miner, EUA/1998, com Jamie Lee Curtis, Adam Arkin. *Terror*)
02.45 Jerry Springer

▼ TVI

08.30 Chiquititas
09.10 «Aventuras de BigFoot» (de Phillip Spink, EUA/1990, com Chilton Crane, Donnelly Rhones. *Comédia*)
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Survivor Americano
14.45 Lux
16.00 Domingo Fantástico
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 «Heat - Cidade sob Pressão» (de Michael Mann, EUA/1998, com Al Pacino, Robert de Niro. *Thriller*)
01.00 «Cego de Amor» (de Peter Werner, EUA/1995, com James Marshall, Lea Thompson. *Drama*)
03.00 Os Médicos

Segunda, 21

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.15 Lá em Casa Tudo Bem
14.45 Vidas de Sal
15.15 A Senhora das Águas
16.45 Pedra sobre Pedra
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Riscos
19.05 Pícaro Sonhadora
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
22.00 Um Estranho em Casa
23.00 Jogo Falado
24.00 Crónica do Século - «Arte de Ser Português»
01.00 24 Horas
01.15 Bull
02.15 «Um Vigarista Encantador» (de Charles Burnett, EUA/1990. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
14.10 O Lugar da História
15.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 Veterinário de Emergência
20.00 Bem... Você Percebe?
20.30 3.º Calhau a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 A Família Green
24.00 «Sonata de Outono» (de Ingmar Bergman, Suécia, com Ingrid Bergman, Liv Ullman. *Drama*)
01.40 Zapping

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clóne
23.30 Com a Boca na Botija (Parte 1)
00.30 «O Silêncio dos Inocentes» (de Jonathan Demme, EUA/1991, com Jodie Foster, Anthony Hopkins, Scott Glenn. *Ver Destaque*)
03.00 Noites Longas (Raymond Depardon)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 Ficheiros Secretos
01.30 «Visões de Terror» (de Sam Pillsbury, EUA/1994, com Barbara Eden, Joan Pringle, Michael Nouri. *Fantástico*)
03.30 Desafio Total

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Filme não designado
02.00 A Juíza
03.00 O Rei do Bairro
03.30 As Feiticeiras

Terça, 22

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.15 Lá em Casa Tudo Bem
14.45 Vidas de Sal
15.15 A Senhora das Águas
16.45 Pedra sobre Pedra
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Riscos
19.05 Pícaro Sonhadora
20.00 Telejornal
21.00 Um Estranho em Casa
22.00 «Os Condenados de Shawshank» (de Frank Darabont, EUA, com Tim Robbins, Morgan Freeman. *Drama*)
23.45 Crónica do Século - «A Arquitectura em Portugal no Séc. XX»
00.45 24 Horas
01.00 Histórias da Noite
01.45 «Stag» (Longa-metragem)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
14.10 2010
15.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onde Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Bem... Você Percebe?
20.30 3.º Calhau a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Poltergeist: O Legado
24.00 «Na Presença do Palhaço» (de Ingmar Bergman, Suécia-Alem-It-Nor-Din/1997, com Bärje Abstedt, Marie Richardson. *Drama*)
01.45 Zapping

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clóne
23.30 Com a Boca na Botija (Parte 1)
00.30 «O Silêncio dos Inocentes» (de Jonathan Demme, EUA/1991, com Jodie Foster, Anthony Hopkins, Scott Glenn. *Ver Destaque*)
03.00 Noites Longas (Raymond Depardon)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 Ficheiros Secretos
01.30 «Visões de Terror» (de Sam Pillsbury, EUA/1994, com Barbara Eden, Joan Pringle, Michael Nouri. *Fantástico*)
03.30 Desafio Total

Elis Regina, vulto incontornável da música popular brasileira: domingo na RTP2

21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clóne
23.00 Ficheiros Clínicos
00.30 Quando a Plástica Corre Mal
01.45 Jerry Springer
03.15 Noites Longas (Raymond Depardon)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Filme não designado
02.00 A Juíza
03.00 O Rei do Bairro
03.30 As Feiticeiras

Quarta, 23

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.15 Lá em Casa Tudo Bem
14.45 Vidas de Sal
15.15 A Senhora das Águas
16.45 Pedra sobre Pedra
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Riscos
19.05 Pícaro Sonhadora
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informaçã
22.00 Um Estranho em Casa
23.00 Sociedade Anónima
24.00 Andrómeda
24.00 Crónica do Século II
01.00 Crónica do Século - «O Século da Ciência e da Técnica»
02.00 24 Horas
02.15 «A Ex-Condenada» (de Lee David Zlotoff, EUA/1996, com Alison Elliot, Ellen Burstyn. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
14.10 Estação e Musas Alemãs
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
17.45 Informação Religiosa
18.15 Basquetebol
20.00 Bem... Você Percebe?
20.30 3.º Calhau a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Mentas Assassinas
23.30 «Morangos Silvestres» (de Ingmar Bergman, Suécia/1957, com Victor Sjöström, Ingrid Thulin. *Ver Destaque*)
01.10 Zapping

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clóne
23.30 Espaço Informação
00.30 «Jogada para a Morte» (de Carl Schenkell, EUA/1992, com Christopher Lambert, Diane Lane, Tom Skerrit, Daniel Baldwin. *Ação*)
03.15 Noites Longas (Raymond Depardon)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Chiquititas
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional

Nota: A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

Dias difíceis

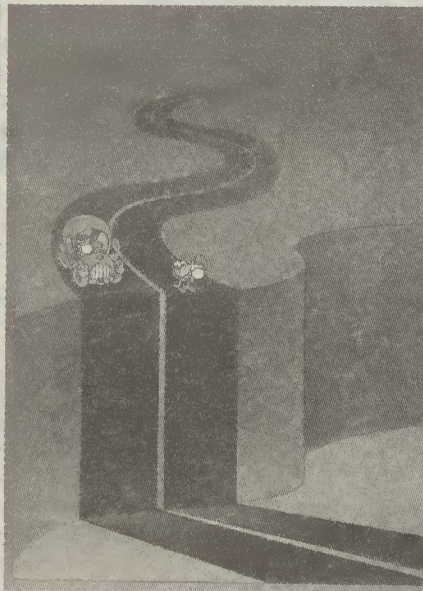
Vão difíceis os tempos para quem se obstina em alinhar comentários acerca do que a televisão lhe traz para casa. É que a televisão portuguesa, que sempre viveu, aliás como qualquer outra, injectada por opções políticas embora afectando ares de virginal inocência nessa matéria, está agora assolada por obsessão: o momento actual da vida do PCP. Anda a coitadinha muito ralada, não vá o Partido Comunista extinguir-se um dia destes, e a preocupação é tal que a arrasta para excessos de zelo que não lhe fica bem. Por exemplo: um dia destes, um periódico deu uma retumbante notícia ao alto da primeira página, com chamada para uma das páginas interiores onde, presumivelmente, a notícia em título se justificaria. Vai-se a ver, busca-se no interior e nada. Não importa: a mesmíssima manchete serve como notícia de abertura de um telenoticiário principal. Não é deontologicamente impecável, mas deve ser muito

páginas do anticomunismo assumido, onde, a mim, nem as «cartas ao director», desmentindo inverdades, publicam.

O bom exemplo

É claro que, estando nós todos em democracia, não é verdade?, cada qual escolhe livremente o seu caminho e escolhe-o como a vergonha lhe aconselha, tudo bem. O pior é que tudo isto surge na televisão envelado e bem temperado, nisso consistindo o que de mais relevante vai pela TV portuguesa, e não é fácil fazer sequer registo do facto sem correr o risco de cometer injustiças e de incorrer em antipatias, para não dizer coisa pior. Felizmente, porém, mesmo neste assunto amargo há momentos que o adoçam com o bom humor involuntário de que vêm carregados. Desses, pode-se falar sem problemas de maior. E, entre os mais recentes, avulta o parecer do quase mítico Professor Marcelo, homem de tantas sabedorias que facilmente se entende que faça algumas confusões e até que nelas reincida, como foi o caso.

Já uns tempos que Marcelo Rebel de Sousa, nos seus comentários na TVI, que são, para muitos, como que a desobriga dominical quanto a informação política, aconselhara o renitentíssimo PCP a seguir o bom exemplo dos comunistas italianos que, disse o professor, até «estavam no governo». Passaram os meses, os tais do governo italiano de então e que não seriam muito mais comunistas que o meu senhorio já não estão em governo nenhum embora porventura tenham governar-se, mas Marcelo continua com a mesma ideia que, no mínimo, parece um bocado desfocada. E, no passado domingo, lá reincidiu. Que o Partido Comunista Português devia renovar-se e por essa via atingir os resultados pelos vistos óptimos do PCI depois de melhorado. Que não devia seguir os maus caminhos do Partido Comunista Francês, que teimou em ser «duríssimo» (sic!) e, pum!, acabou. Enfim, quem avisa amigo é, e quando o amigo é reconhecidamente sábio o aviso é de não perder. Marcelo, que ganhou uma capacidade de comunicação televisiva que estava longe de possuir nos seus primeiros anos de presença diante das câmaras, adiciona-lhe agora, em momentos como este, uma irresistível vertente de humor discreto, formulado com o ar de quem fala a sério, que é verdadeiramente precioso nestes difíceis dias. Entretanto, é claro, a campanha anti-PCP em todos os media que de facto o sejam vai prosseguir. Parafraseando aquele grandiosíssimo estadista por cuja beatificação muitos esperam, poderá dizer-se que enquanto houver um comunista obstinado os bons conselhos continuam. E o comentador da TV, coitado, continuará em apuros.



A talhe de foice

• Henrique Custódio

Economias

A informação veio no *Diário de Notícias*: segundo estimativas da Direcção-Geral do Emprego da Comissão Europeia, no ano de 2000 a economia paralela representou, aproximadamente, 22% do Produto Interno Bruto (PIB) português, equivalendo a cerca de 26,4 mil milhões de euros (5,3 mil milhões de contos) que escaparam às malhas da máquina fiscal. Nesta matéria vamos à frente: acima de nós só está a Grécia (com cerca de 30% do PIB) e a nosso lado pontificam a Espanha e a Bélgica, também com uma economia paralela equivalente a 22% do PIB.

Acontece que o peso da economia paralela nos três países (Portugal, Espanha e Bélgica) não só não diminuiu como aumentou significativamente nos últimos dois anos, ao passar de 15% do PIB em 1998 para 22% dois anos depois. Os principais países da União Europeia apresentavam, entretanto, taxas mais moderadas no mesmo ano de 2000, com a Alemanha e a França registando uma economia paralela à volta dos 10% do PIB, o Reino Unido 13% e, finalmente, a Áustria com uma economia com a mais baixa incidência de actividades subterrâneas, apresentando valores de apenas 8% do seu PIB.

De acordo com os dados de Bruxelas, na maior parte do Sul da Europa as principais bolsas de economia paralela encontram-se em sectores tradicionais como a agricultura, a construção, a moda e calçado, o comércio e a restauração. É o caso da Espanha e da Grécia e, é claro, de Portugal.

No caso de Portugal, é fácil ver onde circula todo este caudal de economia subterrânea, seja nas incontáveis feiras e mercados que borbulham por todo o País, na miríade de restaurações mais ou menos improvisadas em cada esquina onde fluam multidões, na infinidade de obras de construção ou reparação realizadas clandestinamente, nos produtos de todo o género vendidos em toda a parte sem controlo ou regra, tudo circulando na mesma implacável lógica: por parte de quem compra ou consome, obter preços mais baixos ou em conta e por parte de quem vende, registar o maior lucro possível. Ora, para isso, nada melhor que fazer circular os produtos à margem da lei, fugindo a sete pés de toda a legislação laboral e fiscal...

Não é necessário ser-se especialista em economia para se perceber que os fluxos de economias clandestinas através de mercados paralelos aumentam em proporção directa com o atraso socioeconómico, o subdesenvolvimento e a miséria. Basta olharmos o mundo e verificarmos o que se passa em economias deprimidas como as de Angola ou Rússia, o Afeganistão ou o Kosovo (para darmos alguns exemplos extremos), onde o mercado paralelo é rei e senhor e a economia dita normal quase não tem expressão. Aliás, é isso mesmo que a Direcção-Geral do Emprego da Comissão Europeia sobre Exclusão Social diz, relacionando implicitamente altas taxas de economia subterrânea com alto nível de «pobreza relativa».

A «pobreza relativa», segundo os parâmetros deste organismo europeu, encontra-se no número dos cidadãos que vivem com rendimentos 60% inferiores à média nacional.

Pois bem: segundo estudo desta Direcção-Geral, intitulado «A Exclusão Social: A Comissão dá os seus primeiros passos na adopção de uma estratégia contra a pobreza», Portugal figura com o rácio de «pobreza relativa» mais alto da União Europeia, com uma percentagem de 24% da população naquelas condições. Até a Grécia e a Irlanda se distanciam de nós, com 21%, enquanto a Espanha regista 18% e os que apresentam menos pobres são a Dinamarca, com 8%, e a Holanda, com 10%. Como se vê, isto anda tudo ligado: temos um crescente mercado paralelo e também a maior pobreza da União.

Entretanto - e convém sublinhá-lo - um outro estudo da União também dizia, recentemente, que Portugal já registava os mais altos ordenados da Comunidade Europeia em cargos de direcção ou chefia...

PCP propõe cinco medidas para a área da Saúde

Governo tenta limpar imagem negativa

Bernardino Soares criticou o aumento do preços dos medicamentos e pediu a Jorge Sampaio que não promulgue as medidas apresentadas pelo Governo de nomeação dos directores clínicos e enfermeiros directores. O dirigente comunista apresentou ainda cinco propostas para a área da Saúde.

O PCP apela ao Presidente da República que não promulgue os diplomas apresentados pelo Governo sobre o serviço de saúde. Em conferência de imprensa realizada anteontem, Bernardino Soares, líder do grupo parlamentar comunista, apresentou cinco medidas para a área da saúde e manifestou a sua estranheza em relação ao «súbito frenesim do Governo já demissionário em tentar fazer aprovar alterações de fundo já fora do prazo» e «passar a imagem de um grande dinamismo na resolução de problemas que até aqui não atacou».

Bernardino Soares, igualmente membro da Comissão Política do PCP, referiu que o balanço da política do Governo na área da saúde se traduziu «num enfraquecimento das capacidades e do prestígio do Serviço Nacional de Saúde abrindo caminho a uma maior privatização».

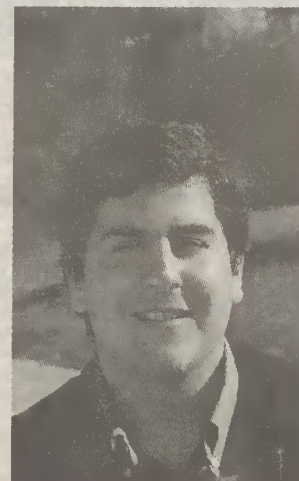
O PCP considera que a nomeação dos directores clínicos e enfermeiros directores - método agora proposto pelo Governo, mas que o PS

criticou no passado - é uma alteração de fundo nos actuais mecanismos de escolha e que, por isso, não pode ser tomada por um Governo de gestão como um mero desenvolvimento do Orçamento de Estado.

«O que o Governo faz é meramente transformar um sistema baseado na eleição destes responsáveis num sistema de controle político centralizado», afirmou Bernardino Soares. Além disso, trata-se de acentuar a «desresponsabilização do Governo e da sua política em relação aos problemas da saúde, atirando para os profissionais do sector esta responsabilidade».

Genéricos

Quanto à utilização de medicamentos genéricos, o PCP afirma que a sua promoção é desejável, mas que o aumento de 2,5 por cento dos preços dos fármacos esconde o contínuo adiamento da prescrição pelo princípio activo. Bernardino Soares sublinhou que a



«Não há uma política de medicamentos independente dos poderosos interesses económicos do sector», acusou Bernardino Soares

manutenção dos genéricos de marca «não é mais do que a cedência à indústria farmacêutica».

«Nem a campanha de promoção dos genéricos esconde a ausência de uma política do medicamento independente dos poderosos interesses económicos do sector, nem a alteração anunciada no que diz respeito ao método de escolha de directores clínicos e enfermeiros directores traz qualquer contributo positivo para uma gestão mais responsável das unidades de saúde», afirmou.

«Uma política do medicamento ao serviço da população e uma gestão responsável que assegure mais e melhores cuidados de saúde às populações implicam uma alteração de fundo na orientação da política deste sector», acrescentou.

Cinco propostas

- Dispensa gratuita dos medicamentos nas urgências e consultas externas dos hospitais, quando o custo para o Estado é menor do que a comparticipação com a compra em farmácias.

- Generalização da prescrição de medicamentos pelo princípio activo, baseada num formulário nacional de fármacos.

- Escolha de equipas de gestão por concurso, mediante a apresentação de um programa de desempenho. Estas equipas seriam responsabilizadas pela concretização dos objectivos definidos.

- Gestão conjunta das unidades públicas de saúde, nomeadamente hospitais e centros de saúde, retomando os Sistemas Locais de Saúde.

- Completa utilização dos recursos complementares de diagnóstico existentes nos hospitais, evitando o esbanjamento de milhões de contos.

País e professores querem novo ensino básico

«O desenvolvimento do País exige um nova escola do 1.º ciclo do ensino básico.» Quem o diz é a Fenprof (Federação Nacional dos Professores) e a Confap (Confederação Nacional das Associações de Pais). Juntas apresentam um manifesto anteontem onde pedem que o 1.º ciclo seja assumido como «uma prioridade fundamental na elaboração dos próximos orçamentos de Estado».

«A maioria das escolas

deste ciclo de escolaridade obrigatória está longe de responder às necessidades de desenvolvimento do País. A maioria das escolas não dispõe dos equipamentos nem dos recursos pedagógicos, didácticos e financeiros indispensáveis à consecução dos objectivos que o País espera que cumpram», lê-se no manifesto, que refere ainda a existência de assimetrias regionais mais marcadas do que noutros sectores da educação.

Para melhorar o ensino

A Fenprof e a Confap juntam a estas reivindicações um conjunto de propostas, nomeadamente a aprovação de um plano nacional de emergência que permita a recuperação das escolas e o seu apetrechamento com materiais pedagógicos.

País e professores pedem também que seja aprovada uma lei de financiamento dos estabelecimentos públicos de edu-

cação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário «que estabeleça regras claras, universais e transparentes que suportem, com rigor, os orçamentos a atribuir a todas as escolas».

O redimensionamento das turmas do 1.º ciclo para um máximo de 20 alunos, a institucionalização do serviço de refeições para todas as crianças e a criação de quadros de auxiliares de acção educativa em todas as instituições são outras medidas defendidas.

A declaração exige ainda a reorganização do modelo de docência do 1.º ciclo, com a constituição de equipas educativas que permitam a melhoria da qualidade da acção educativa em todas as áreas curriculares.

A Fenprof e a Confap enviam este documento a milhares de organizações e entidades de todo o País, solicitando a sua assinatura.

